

DISCURSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL NA RIO-92

Fernanda Natasha Bravo Cruz

Fernanda Natasha Bravo Cruz

**DISCURSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL
TRANSNACIONAL NA RIO-92**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política. Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Participação e Democracia.

Orientadora: Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cruz, Fernanda Natasha Bravo
DISCURSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL
TRANSNACIONAL NA RIO-92 / Fernanda Natasha Bravo Cruz ;
orientadora, Ilse Scherer-Warren - Florianópolis, SC, 2013.
152 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. sociedade civil
transnacional. 3. Rio-92. 4. pós-colonialismo. 5.
globalização contra-hegemônica. I. Scherer-Warren, Ilse. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsu@cfh.ufsc.br

"DISCURSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL NA Rio 92."

Fernanda Natasha Bravo Cruz

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final
pela Orientadora e pelos demais membros da Banca
Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Ilse Scherer-Warren
Orientadora

Prof. Dr. Ligia Helena Hahn Lückmann
Membro

Prof. Dr. Lizst Benjamin Vieira
Membro

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller
Coordenador

FLORIANÓPOLIS, (SC) ABRIL, DE 2013.

Aos que lutam, aos que amam, aos que sentem.

AGRADECIMENTOS

Desde o desenho do anteprojeto de mestrado, na graduação, até a entrega desse texto passaram, pelo menos, quatro anos. Novas ideias, novas formas de ver o mundo, novos planos, vieram acompanhados por muitas ausências. Em meio a essas escolhas difíceis, que se renovam diariamente, agradeço estar cercada, mesmo à distância, por pessoas com uma enorme capacidade de amar.

Sou profundamente grata ao amor dedicado por minha família. Primeiramente, agradeço as oportunidades de vida proporcionadas pelos meus queridos pais Noemia e Juracy, pessoas admiráveis e presentes de tantas formas, lutadores que me ensinam em inúmeras dimensões, e apoiam constantemente a perseguição de meus ideais. Aos meus avós, Neuza, Dulce e Juracy, companheiros de ideias, fontes inesgotáveis de motivação, afeto e compreensão. À minha irmã Luiza, jovem forte e carinhosa, dona de uma sabedoria ímpar, brilhante em tantos sentidos. Aos meus padrinhos, Regina e Alexandre, agradeço a ternura, o incentivo e o auxílio em tantos momentos cruciais. Aos meus tios, Maria, Luciano e Luiz, sempre docemente dispostos a compartilhar e a aprimorar nossas capacidades de sentir a vida. Agradeço a Deus, que meus pais e avós me ensinaram a crer, pela proteção oferecida e por cada passo que foi permitido.

Aos meus amigos, companheiros de alegrias e ansiedades, além de excelentes conselheiros... Sou muito grata aos internacionalistas Eduardo Coury e Isadora Souza, pela fraterna amizade, e Fernanda Galvão, que me recebeu carinhosamente no Rio de Janeiro. Do período em Florianópolis, agradeço às queridas Gabriela Cardoso, Domitila Cayres, e Laura Guerrero, sociólogas inspiradoras, ao Cleber Bosetti, caríssimo parceiro de projetos, e minha amiga-prima-irmã e seu esposo, Camila e Dante Reina. Em Santos, agradeço Nathaly, Mainá, Edgar, Maíra, Mariana, Poty, e tantos outros, pelos encontros afetuosos que também motivam. Em Brasília, agradeço aos amigos e chefes no Ministério da Saúde e na OPAS, que proporcionaram relevante oportunidade de trabalho e aprendizagem, tendo sido também compreensivos durante os momentos de dedicação à pesquisa. Agradeço especialmente à amiga Thays de Souza, estimada parceira de trabalhos, de propósitos e de migração para Brasília.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, agradeço a oportunidade estimulante de estudo. À Albertina e à Fátima, sempre prestativas e cuidadosas. Ao Núcleo de Pesquisas em

Movimentos Sociais (NPMS) e seus integrantes, às descobertas e o aprimoramento intelectual que compartilhamos. À CAPES e ao projeto REUNI, agradeço a bolsa de estudos que proporcionou a possibilidade de viver dois anos em Florianópolis e realizar esta pesquisa.

A cada um dos entrevistados, agradeço o tempo, as ideias compartilhadas e a trajetória de lutas. Em especial, Liszt Vieira, Tony Gross, Leilah Landim, Selene Herculano, Rogério Rocco, Fabio Feldmann, João Paulo Capobianco e José Pedro Oliveira Costa, que me receberam em suas casas ou locais de trabalho no início da pesquisa, em 2011. Pela gentil mediação junto aos entrevistados paulistas, agradeço ao estimado José Alberto Pereira. Sou grata também ao Professor Armando Lisboa, pelas propostas de caminhos no ensejo do trabalho de campo e pelas sugestões teóricas para este trabalho. Ao Liszt Vieira, à Selene Herculano e ao Rubens Born, que compartilharam suas louvadas teses de doutorado, com temas tão afins aos pesquisados nesta dissertação.

Agradeço em especial à professora Regina Laisner, que realizou acompanhamento afetuoso no período de graduação, apresentou leituras cativantes, apontou novas direções e me impulsionou a compartilhar do seu olhar crítico; e ao professor Carlos Sell, agradeço suas excelentes aulas teóricas e a dedicação nas relevantes orientações iniciais à dissertação. Aos professores Julian Borba e Lígia Lückmann, agradeço às inspiradoras aulas sobre participação e democracia. Aos professores Liszt Vieira, Lígia Lückmann e Ilse Scherer-Warren, membros da Banca de Defesa desta dissertação, agradeço a leitura cuidadosa e às valiosas propostas, que não se restringiram a esse estudo e certamente influenciarão minha caminhada na academia.

À querida e respeitada Professora Ilse Scherer-Warren, sou profundamente grata por suas criteriosas orientações, sua ternura, seu acompanhamento constante, pela oportunidade ímpar de estágio docência, pelo convite para participar do NPMS, pelo curso inédito sobre pós-colonialismo e movimentos sociais, pelo compartilhamento de suas análises apuradas, e por acreditar. Muito obrigada por acreditar que a proposta deste estudo poderia se concretizar, estimulando-o de tantas formas e, principalmente, por acreditar e impulsionar uma cidadania sem fronteiras, as redes emancipatórias de movimentos sociais, o outro mundo possível que buscamos.

Ao Wesley, meu maior amigo, meu companheiro, agradeço o apoio devotado, as conversas nas quais emergem tantos insights, a vida que estamos inventando, o nosso amor.

RESUMO

Esta dissertação compreende o estudo de discursos de ativistas a respeito da influência da sociedade civil transnacional (SCT) sobre a Rio-92, também conhecida por Eco 92. Múltiplas fontes embasaram este estudo: entrevistas com ativistas que foram protagonistas durante os eventos preparatórios e de culminância; documentos históricos como a Agenda 21, a Declaração do Rio de Janeiro e os Tratados Alternativos da Sociedade Civil; a bibliografia consolidada no tema; conceitos e noções referentes ao atravessamento dos limites estatais exercido pela sociedade civil, em sua configuração e formas de atuação; e abordagens pós-coloniais para a contextualização do sistema atual e de possibilidades de transformação imaginadas no Sul. A análise de discursos dos ativistas demonstra que o evento representou um momento de emergência de um pensamento de fronteira, de fissura no imaginário dominante, que permitiu que a Rio-92 fosse uma ocasião maior que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), e congregasse ocasiões como o Fórum Global, evento paralelo composto predominantemente por ONGs e movimentos sociais. As disputas da SCT por hegemonia no direcionamento de discursos e na organização do evento paralelo compartilharam espaço com propósitos de reconhecimento da transversalidade de lutas sociais e ambientais (majoritariamente orientados por um pensamento do Sul), e na conformação de novas redes de relações entre atores de cunho não-governamental, governamental e intergovernamental. Foi possível perceber que as conferências da ONU da década de 1990 se configuraram como estruturas de oportunidade política de internacionalização das ações coletivas, insurgentes na Rio-92 em muito devido às novas alianças estabelecidas. Mais além, a SCT constituiu distintos modos de atribuição de sentido para o desenvolvimento sustentável, o principal tema de discussão do evento, de acordo com a orientação dos projetos políticos dos grupos – fossem projetos tendentes à construção de contra-hegemonias ou à colaboração com o sistema dominante.

Palavras-chave: sociedade civil transnacional; Rio-92; Eco-92; influência; pós-colonialismo; globalização contra-hegemônica.

ABSTRACT

This dissertation studies activists' discourses about the influence of transnational civil society (TCS) on Rio-92, also known as Eco 92. Multiple sources have based this task: interviews with activists who were protagonists during the preparatory events and its culmination; historical documents such as the Agenda 21, the Rio de Janeiro Declaration and the Civil Society Alternative Treaties; consolidated bibliography on the subject; concepts and notions about the crossing of State boundaries exerted by civil society, in its setting and ways of working, and postcolonial approaches that contextualize the current system and demonstrate possibilities of transformation envisioned in the Global South. The analysis of activists' speeches shows that the event represented a moment of emergence of a border thinking, a fissure in the dominant imaginary, allowing Rio-92 to be much larger than the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED), congregating occasions as the Global Forum, an important parallel event composed predominantly by NGOs and social movements. The disputes at TCS for hegemony in directing discourses and organizing the parallel event have shared space with purposes of recognition of the transversality of environmental and social struggles (mostly driven by the South), and with the formation of new networks of relations between not-governmental, governmental and intergovernmental actors. It was observed that the UN Conferences of the 1990s were an opportunity structure for internationalization of collective actions, insurgent in Rio-92 a lot due to the new alliances established. Further, the TCS elaborated distinct strategies of meaning attribution to sustainable development, main discussion topic at the event, accordingly to the groups' political projects orientation - projects tending to build counter-hegemonies or to contribute with the dominant System.

Keywords: transnational civil society; Rio-92; Eco 92; influence; post-colonialism; counter-hegemonic globalization.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| CNUDS | Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável |
| ELCI | <i>Environmental Liaison Centre International</i> Centro Internacional de Vínculos em Meio Ambiente |
| FBOMS | Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais |
| FG | Fórum Global |
| FSM | Fórum Social Mundial |
| IPCC | <i>International Panel on Climate Change</i> Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas |
| IFC | <i>International Facilitating Committee</i> Comitê Internacional de Facilitação |
| PNUMA | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| PREPCOM | <i>Preparatory Committee</i> Comitê Preparatório |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| OIG | Organização Intergovernamental |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| ONGI | Organização Não-Governamental Internacional |
| ONU | Organização das Nações Unidas |

| | |
|--------------|---|
| SCG | Sociedade Civil Global |
| SCT | Sociedade Civil Transnacional |
| TAN | <i>Transnational Advocacy Networks</i> Redes Transnacionais de <i>Advocacy</i> |
| TMR | Teoria da Mobilização de Recursos |
| TNMS | Teoria dos Novos Movimentos Sociais |
| TPP | Teoria do Processo Político |
| UNCED | <i>United Nations Conference on Environment and Development</i> Conferência das Nações Unidas em Meio Ambiente e Desenvolvimento |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1. Modos de atribuição de sentido ao desenvolvimento sustentável pela sociedade civil transnacional na Rio-92, conforme projetos políticos. | 128 |
|---|-----|

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| 1 DAS FRONTEIRAS PERMEÁVEIS: SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL, DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E REINVENÇÕES CONCEITUAIS | 33 |
| 1.1 Um brevíssimo esboço de abordagens, atores e características da sociedade civil..... | 35 |
| 1.2 Algumas contribuições de Jean Cohen ao conceito de sociedade civil global..... | 41 |
| 1.3 Redes: elos e articulações das ações coletivas | 42 |
| 1.4 A perspectiva do confronto político e o ativismo transnacional..... | 45 |
| 1.5 Com Gramsci e além: hegemonia, mundialização e sociedade civil..... | 52 |
| 1.6 A globalização contra-hegemônica pautada pelo cosmopolitismo subalterno | 56 |
| 1.7 Problematizações e agenda de pesquisa | 60 |
| 2 OLHARES PÓS-COLONIAIS | 63 |
| 2.1 O discurso do desenvolvimento | 67 |
| 2.2 Pensamento e subjetividade de fronteira | 69 |
| 2.3 Discurso e hibridação | 73 |
| 2.4 Para começar a olhar para a Rio-92..... | 76 |
| 3 DISCURSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL NA RIO-92 | 81 |
| 3.1 Os porta-vozes..... | 81 |
| 3.2 Mais do que a CNUMAD, a Rio-92..... | 91 |
| 3.3 Sobre o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS) | 95 |
| 3.4 Os processos internacionais..... | 102 |
| 3.5 Por uma outra razão..... | 118 |
| 3.5.1 Desenvolvimento sustentável? | 122 |
| 3.5.2 Atribuições de sentido e projetos políticos da sociedade civil transnacional | 126 |
| 4 CONCLUSÕES | 133 |
| REFERÊNCIAS | 137 |
| ANEXO | 151 |

INTRODUÇÃO

De tempos em tempos, irrompem impactantes ações da sociedade civil no cenário internacional. Para citar somente alguns movimentos altermundistas recentes, em 1999, a Rodada do Milênio da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Seattle foi rodeada por protestos de milhares de manifestantes, sob o mote “outro mundo é possível”. Desde 2001, tem havido edições do Fórum Social Mundial, com discurso análogo, também em postura de embate às pautas político econômicas de Estados e instituições internacionais alinhadas ao neoliberalismo (BRINGEL; MUÑOZ, 2010). Em 2011, a famosa Wall Street, em Nova York, foi ocupada por manifestantes que visavam reverter a perversa dominação de poderes e riquezas por quem eles emblematicamente diagnosticaram como 1% da população mundial. Para além de Nova York, milhares de ativistas ocuparam espaços públicos de suas localidades para enfrentar, simbólica e discursivamente, injustiças sociais. Ao se pensar em uma sociedade civil para além das fronteiras estatais, mobilizações na esfera pública como essas são lembradas rapidamente por acadêmicos e ativistas.

Um outro panorama comumente associável ao fenômeno do atravessamento de fronteiras pela sociedade civil que pode ser trazido à tona é o das Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGIs), tais como as reconhecidas Cruz Vermelha Internacional, a Anistia Internacional, o Greenpeace ou a Amigos da Terra. Ao investigar cautelosamente o emergente fenômeno de uma chamada sociedade civil transnacional (global, internacional ou mundial), não é difícil para o pesquisador se deparar com ONGIs ou mobilizações como as anteriormente mencionadas. Entretanto, há um momento pontual e histórico que a literatura consagrada sobre o tema da Sociedade Civil Transnacional (SCT) correntemente destaca: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).

Conhecida por muitos nomes, a CNUMAD ocorreu no Rio de Janeiro em junho de 1992 (e por isso, é também chamada Rio-92 ou Eco 92). À diferença das mobilizações mencionadas, mais voltadas para controversas questões econômicas, o tema do meio ambiente aliado ao desenvolvimento permitiu uma interessante, ainda que também tensa, aproximação entre sociedade civil e instituições estatais e intergovernamentais. Essa possibilidade foi observada pelas Nações Unidas, e a preparação da conferência contou com as vozes de milhares de representantes de organizações não-governamentais.

Há muito material acadêmico sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, mas não foram encontrados autores que tenham se dedicado enfaticamente a ouvir os atores para remontar os processos. Os atores, mais do que livros e documentos, trazem consigo suas memórias encorpadas por suas vozes, ressignificam momentos, viajando do passado ao presente para trazer consigo suas versões, seus sentidos para os fatos.

Nesta dissertação, a introdução remonta aos processos históricos que se deram em 1992 e discute a metodologia do trabalho, alicerçando as reflexões posteriores. No primeiro capítulo está realizada a discussão teórica daquilo que, neste estudo, convencionou-se chamar por sociedade civil transnacional - ator que congrega movimentos e grupos, das mais diversas origens, com relações tecidas sobre a convergência de valores, projetos e ideais, na difícil tarefa de construção conjunta do reconhecimento da transversalidade de diversas lutas. O segundo capítulo pretende tratar a participação da Sociedade Civil Transnacional (SCT) na Rio-92 com abordagem próxima a um olhar do sul, dos atores que recepcionaram os eventos, numa perspectiva pós-colonial. No terceiro capítulo será realizada a análise de discursos dos participantes entrevistados.

Contextualização histórica

Foi somente no início da década de 1960 que a modernidade ocidental ampliou a perspectiva a respeito das questões ambientais desde o conceito de natureza para o escopo alargado de meio ambiente. Isso significou que, se até aquele momento as preocupações com as questões ambientais eram voltadas essencialmente à gestão de recursos naturais relevantes à economia e à conservação de espécies, somente então insurgiu uma mobilização da sociedade civil organizada em prol da proteção da humanidade de suas próprias atividades (PRESTRE, 2000).

É atributo dos ambientalistas e ecologistas a compreensão de que os problemas ambientais podem derivar em riscos para a sobrevivência humana, sendo que estes riscos não obedecem às fronteiras nacionais, representando um “desafio de caráter civilizatório” (LEIS, 1999:210). Assim, se os problemas ambientais não se limitam aos espaços restritos ao Estado, as negociações e a busca por soluções também requerem encaminhamentos que o transcenda. Nesse contexto, ecologistas e ambientalistas, outros movimentos que reconhecem a imbricação entre causas sociais e ambientais, assim como suas redes, passam a articular suas ações também nos espaços de negociação arranjados por

organizações intergovernamentais (SCHERER-WARREN, 1999).

Em 1972, as Nações Unidas realizaram a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. A conferência foi precedida (ELLIOT, 1998) por convenções internacionais que visavam prevenir desastres marítimos devido à poluição por petróleo, limitar testes de armas nucleares e o despejo de lixo tóxico nuclear na Antártida. Também precederam a conferência as preocupações com o crescimento da população, a necessidade de superar os limites do crescimento econômico e o desenvolvimento da ciência ecológica, compreendendo inclusive que a saúde humana poderia ser debilitada devido ao uso de agrotóxicos e da poluição. No final da década de 1960, organizações não-governamentais relevantes insurgiam, tais como o Greenpeace e a Amigos da Terra.

A Conferência de Estocolmo incentivou a discussão que aproximara questões sociais e ambientais tomando em conta no conceito de meio ambiente a pobreza e a industrialização, levando Estados a reconhecerem a existência de problemas ambientais e impulsionando a criação de agências e ministérios na área (PRESTRE, 2000). O encontro já contava com alguma presença de ativistas, tendo havido inclusive um fórum paralelo de organizações não-governamentais, que pressionavam delegados governamentais (WILLETS, 1996). Temas como a dimensão social dos impactos ambientais causados pela humanidade, poluição, desenvolvimento, manejo de recursos e assentamentos humanos estavam presentes no Plano de Ação que derivou do encontro (ELLIOT, 1998). Conforme a Declaração de Estocolmo, são relevantes ao Meio Ambiente Humano a ajuda, a transferência de tecnologia e a assistência na superação do chamado subdesenvolvimento.

Até 1972, nenhuma conferência internacional havia contado com tão ampla representação: 113 Estados encaminharam seus delegados (PRESTRE, 2000). Entretanto, apenas dois Estados eram representados por chefes de estados: a Suécia, anfitriã do evento, e a Noruega (ELLIOT, 1998). Mais além, os países da União Soviética não estiveram presentes, em protesto contra a ausência da Alemanha Oriental. O resultado institucional mais proeminente da conferência foi o estabelecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (ELLIOT, 1998). O secretário-geral da Conferência, Maurice Strong¹, organizou reuniões preparatórias que alicerçaram o consenso

¹ Strong foi secretário-geral novamente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

em Estocolmo.

Em 1983, foram retomadas e aceleradas as preocupações de Estocolmo e a Assembleia Geral da ONU estabeleceu uma Comissão Mundial em Desenvolvimento e Meio Ambiente. A Comissão, comumente chamada de Comissão Brundtland devido à sua então presidente, a norueguesa Gro Harlem Brundtland, foi a responsável pela redação do Relatório Nosso Futuro Comum (COMISSÃO MUNDIAL..., 1988), ou Relatório Brundtland, que traz consigo o conceito de desenvolvimento sustentável, enquanto “o desenvolvimento que encontra às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, observados os limites e capacidade dos processos ambientais”.

O Relatório menciona as necessidades dos chamados povos pobres, as limitações enfrentadas pelos desiguais para lidar com o meio ambiente e enfatiza que o desenvolvimento sustentável é um “processo de mudança no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estejam em harmonia e visem a satisfação das necessidades e aspirações presentes e futuras”. O documento, que resulta de três anos de viagens e escuta a variados grupos ao redor do planeta, combina questões de crescimento e capacidade produtiva a menções de temas ecológicos, numa clara tentativa de aproximar demandas de países do Norte e do Sul. O Relatório pretendeu, ainda, ser relevante a indivíduos e instituições.

No final da década de 1980, as resoluções 43/196 e 44/228 da Assembleia Geral das Nações Unidas convocam a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). A convocação deriva do Relatório Nosso Futuro Comum, e é reforçada por um contexto denso, no qual emergem preocupações com a proteção da “atmosfera, da água potável, de recursos oceânicos, recursos da terra, da biodiversidade, com a mudança de processos de manejo do lixo tóxico e questões relacionadas com assentamentos humanos, pobreza e saúde humana” (ELLIOT, 1998, p. 17).

O momento da conferência é impar: a queda do muro de Berlim, três anos antes da realização da conferência permitiu a insurgência de uma pluralidade de ideários políticos para além da polarização liberalismo *versus* socialismo – e observa-se uma combinação do ideal de redistribuição (SANTOS, 2008) às novas preocupações com o reconhecimento da alteridade e com questões ambientais. Nessa ótica, cabe reiterar que a anterior polarização Leste/Oeste, tão presente durante

boa parte do século XX, se reconfigura incrementando o embate Norte/Sul – que, apesar de presente desde muito antes de Estocolmo, se fortalece com o final da União Soviética.

A proposta da ONU, por intermédio do secretário da conferência, foi realizar a CNUMAD contando com a participação intensa de agentes da sociedade civil organizada que, em conjunto com os Estados e organizações intergovernamentais, definiram os problemas e apresentaram as opções possíveis nas questões do meio ambiente e do desenvolvimento durável e compartilharam as responsabilidades derivadas do encontro com os atores estatais (PRESTRE, 2000). A conferência tratou do interesse dos países do Sul em se desenvolverem economicamente e estabelece na agenda internacional o termo Desenvolvimento Sustentável, no bojo do Relatório Brundtland, na tentativa de vincular o desenvolvimento econômico a uma ética da responsabilidade e solidariedade com as gerações futuras.

Cabe lembrar que a ampla noção de desenvolvimento sustentável teria permitido uma indefinição conceitual (SACHS, 2002), que proporcionou pragmaticamente diversos afastamentos dos intentos originais. Havia significados em disputa, e o termo passou a ser amplamente utilizado por instituições com projetos políticos² antagônicos, fossem voltados aos interesses do crescimento econômico, ou a uma perspectiva transformativa das desigualdades de distribuição.

A participação da sociedade civil se deu durante a preparação da Conferência, nos Comitês Preparatórios (ou *Prep Coms*), em quatro momentos³ entre agosto de 1990 e abril de 1992 (HALPERN, 1992). Paralelamente à instituição oficial, a atuação da sociedade civil transnacional se deu em torno da conferência desde 1990, quando

² A noção de projetos políticos se refere ao “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2004). Por apresentar vínculo indissociável entre cultura e política, essa noção torna-se chave para analisar a sociedade civil transnacional e suas interfaces com o Estado e o mercado e, por isso, é utilizada nesta pesquisa.

³ A *PrepCom I* se deu entre 06 e 31 de agosto de 1990, em Nairóbi. A *PrepCom II* ocorreu entre 18 de março e 05 de abril de 1991, em Genebra. A *PrepCom III* também foi em Genebra, e foi entre 18 de agosto e 04 de setembro de 1991. A *PrepCom IV* se deu entre 03 de março e 03 de abril de 1992, em Nova York (HALPERN, 1992).

iniciou o planejamento dos temas a serem tratados no Fórum paralelo⁴, que se materializou no período da conferência e, por si mesmo, constituiu mais de trinta tratados alternativos (ELLIOT, 1998; BORN, 1998). O Fórum Global e paralelo, não oficial, aconteceu no mesmo período da conferência, contou com a atuação de mais de trinta mil ativistas de organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais os mais diversos (ELLIOT, 1998). O Environmental Liaison Centre International (Centro Internacional de Relações para o Meio Ambiente), vinculado em sua origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), idealizou a proposta de um comitê internacional preparatório à conferência, voltado às ONGs.

Após a conferência do Rio, participantes da SCT se comprometeram em acompanhar se as ações dos governos estavam em consonância com as declarações e convenções assinadas, responsabilizando-se por implantar diversos itens do plano de ação denominado Agenda 21 (LANDIM, 1993; VIEIRA, 2001; WILLETS, 1996). Derivou da CNUMAD, a partir da Agenda 21, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que conta com representantes da sociedade civil. Outros documentos resultantes da Conferência formal foram a Declaração do Rio em Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Declaração de Princípios sobre as Florestas (formalmente chamada por “Declaração de Princípios, juridicamente não obrigatória, mas dotada de autoridade, em favor de um consenso mundial sobre a gestão, a conservação e a exploração ecologicamente viável de todos os tipos de florestas”).

O último documento mencionado é considerado por Prestre (2000) o documento mais fraco. E o próprio título grande e curioso é emblemático, ao demonstrar como as disputas entre os participantes levaram a documentos consensuados que, entretanto, não representaram uma síntese de projetos e ideários comuns, mas sim a justaposição de propósitos díspares.

Os países do Norte não representavam um grupo homogêneo mas, no geral, visavam impedir a imposição de novas obrigações financeiras, o fortalecimento de OIGs e a aprovação de outras medidas

⁴ Conferência da Sociedade Civil Global sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Fórum Global das ONGs, coordenado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e pelo IFC, *International Facilitating Committee* (SILVA, 2005)

que pudessem impactar negativamente sua economia. Eram propositivos no sentido da realização de pesquisas sobre impacto ambiental, na proteção ambiental, no princípio poluidor-pagador e na viabilização das duas Convenções (PRESTRE, 2000).

Os países do Sul eram ainda menos homogêneos, ficando especialmente claras as distinções entre países produtores de petróleo, estados insulares, países pobres e economias em transição. Em geral, visavam vantagens financeiras imediatas, a abertura dos mercados, a transferência de tecnologia, o perdão da dívida externa, a luta contra a pobreza. As discussões giravam, muitas vezes, em torno da questão da soberania dos Estados, enfraquecendo as capacidades de acordos (PRESTRE, 2000).

A Declaração do Rio traz consigo a noção de “responsabilidades comuns porém diferenciadas” entre os Estados, em seu sétimo princípio, numa clara demonstração de que houve influência dos países do Sul na definição dos textos. Seu sucesso ultrapassa esse documento formal, e alcança a noção mais ampla de que o tratamento da questão ecológica, em âmbito político, exige olhar sobre o âmbito do desenvolvimento (PRESTRE, 2000).

Existem outras maneiras de remontar a esses processos sociais e históricos. Sabemos que não eram somente os países presentes que eram capazes de gerar influência na Rio-92. O papel, a relevância, as capacidades de influência e os contrastes dos atores do evento, em seus processos de preparação e culminância, paralelos e oficiais, serão tratados neste trabalho sob a ótica de ativistas que participaram da Eco 92, e trazem consigo discursos menos formais, mais críticos e menos descritivos, abordados a partir das significações produzidas nos encontros e em suas novas relações propostas.

Metodologia

Para este trabalho, vinte e três ativistas que foram ao Rio de Janeiro há 20 anos foram questionados sobre como se deu a influência da sociedade civil sobre a Conferência do Rio, em 1992. Muitos deles disseram que a autora deste estudo era quem deveria responder a essa pergunta. Eles provavelmente têm razão, a pergunta peca por seu excesso de objetividade. Entretanto, a forma mais interessante encontrada para respondê-la foi dando voz aos protagonistas, aos atores de um evento tão memorável. A partir dessa proposta foram esmiuçadas narrativas, desmontadas e remontadas observações para construir os

blocos de tendências de interpretações daqueles espaços e momentos.

A diretriz desse trabalho está em desvendar, muito mais tratando das respostas a outras questões⁵, como se deram os processos que desencadearam na grande participação da sociedade civil em um emblemático evento internacional. A intenção por estudar uma sociedade civil que transgrede e transcende fronteiras surgiu antes da escolha pelo estudo de caso da Conferência do Rio. Há ativistas, movimentos sociais de base, associações e organizações não governamentais, que certamente não estão dispostos somente em torno de questões nacionais. A sociedade civil contemporânea tem se reconfigurado, tendo ampliado suas fronteiras e desafios, agregando cada vez mais ações coletivas não territorializadas nacionalmente.

O estudo de caso da Rio-92 decorre da compreensão de que aquele momento foi emblemático para a sociedade civil no que diz respeito à sua atuação em um evento de cunho internacional. A estratégia de estudos de caso é adequada para esta pesquisa devido ao seu caráter de investigação empírica, voltada a um fenômeno cujos limites com o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2003).

A escolha pela elaboração de um projeto de estudo de caso único é apropriada devido ao caráter *extremo* (YIN, 2003) da atuação da sociedade civil. Tal caráter se revela na participação da sociedade civil transnacional na Rio-92 na medida em que tanto os estudos consagrados sobre o evento como aqueles voltados à sociedade civil transnacional (ou global, como frequentemente é denominada) descrevem a quantidade de participantes e a forma de atuação enquanto sem precedentes. A Cúpula da Terra é inclusive considerada um marco ampliador da relevância da sociedade civil transnacional enquanto ator das Relações Internacionais.

As unidades incorporadas de análise (YIN, 2003) do estudo de caso são as reuniões preparatórias situadas nos dois anos anteriores à Conferência (as *Prep Coms*), as reuniões oficiais durante as duas semanas de conferência e, especialmente os fóruns paralelos (Fórum Global e Fórum Internacional), em sua preparação durante dois anos e em sua realização durante duas semanas em junho de 1992. Os aspectos observados nestas unidades incorporadas de análise serão as relações dos agentes da SCT entre si (uma vez que possuem identidades heterogêneas), as relações entre a SCT e os demais atores, e a consequente influência na elaboração dos documentos.

As múltiplas fontes de evidência relacionadas ao caso que serão

⁵ O roteiro de questões está anexado na última página deste trabalho.

examinadas, para além da revisão de bibliografia supramencionada, serão baseadas em entrevistas com representantes da sociedade civil atuantes na Conferência e nos fóruns paralelos; em documentos oficiais gerados pela conferência (Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21, Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, Convenção da Biodiversidade e Convenção sobre Mudança do Clima); e em tratados do Fórum Internacional paralelo à CNUMAD. Para ir além do discurso oficial, o fator principal da coleta de dados estará nas entrevistas e por isto este trabalho se intitula “Discursos sobre a influência da sociedade civil transnacional na Rio-92”. A documentação oficial está disponível online no site das Nações Unidas⁶. Os tratados alternativos das ONGs foram disponibilizados gentilmente pela ONG Vitae Civilis.

As entrevistas foram realizadas de forma espontânea, isso porque os respondentes em potencial atuaram em processos distintos, e cada um deles foi considerado uma autoridade em relação ao assunto e ao tipo de projeto ao qual se dedicou durante a CNUMAD, e/ou os comitês preparatórios e/ou o Fórum paralelo. Para encontrar os ativistas presentes na conferência, a escolha de nove entrevistados se deu pela técnica da “bola de neve”⁷ (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNADJER, 2001). A participação da autora na Cúpula dos Povos na Rio+20, em junho de 2012, possibilitou a realização de vinte e cinco entrevistas presenciais semi-estruturadas curtas com ativistas que estiveram no Fórum Global da Rio-92 e, vinte anos depois, retornaram ao Aterro do Flamengo. Das vinte e cinco, catorze foram selecionadas para transcrição. Sendo assim, foram consideradas um total de vinte e três entrevistas, dentre elas, dezoito entrevistas presenciais realizadas no Rio de Janeiro, duas em São Paulo, uma em Brasília, e também duas entrevistas foram realizadas por meio da Internet, através do programa *Skype*.

Para essas entrevistas não foi realizada uma amostragem quantitativa, pois o grau de mundialidade do fenômeno estudado, o momento do fato e os recursos disponíveis impediram este tipo de levantamento. Longe de possibilitar uma generalização estatística, já que

⁶ Disponíveis, mediante pesquisa, no site das Nações Unidas: <http://www.un.org/en/documents/>. Último acesso em 02 de janeiro de 2013.

⁷ Conforme Alves-Mazzoti e Gewandsznadger (2001), a técnica consiste em entrevistar alguns sujeitos e solicitar que indiquem outros, e assim sucessivamente, até atingir um ponto de redundância.

esta não é a proposta metodológica do estudo, estas fontes de informação se pretendem reveladoras do caso, uma vez que muitas impressões dos agentes da sociedade civil sobre os aspectos determinantes da Conferência não estão documentadas. Para além das percepções mais subjetivas, pretende-se indagar como ocorreram os processos nas quatro unidades incorporadas de análise, as reuniões oficiais e paralelas, preparatórias e durante a conferência.

A escolha dos entrevistados conforme a técnica da “bola de neve” e a seleção de falas de entrevistados abordados nos caminhos da Cúpula dos Povos na Rio +20 teve como critério encaixar-se em um dos seguintes elementos, em ordem de relevância: atuação na conferência e no fórum paralelo, operando na interface entre as Nações Unidas e os grupos da sociedade civil; atuação no fórum paralelo ou na conferência, enquanto agente da sociedade civil. Dentre os entrevistados, treze estavam atuando na interface entre as Nações Unidas e a sociedade civil.

Quanto à origem, onze são sul-americanos, sendo, nove brasileiros, um colombiano e um chileno; oito são europeus, sendo dois ingleses, um norueguês, três franceses, um belga e um italiano, e três destes europeus são radicados no Brasil; um norte-americano estadunidenses e três asiáticos, provenientes da Índia, Sri Lanka e Japão. Mais além, em relação à sensação de pertença dos entrevistados, nove podem ser considerados ativistas de causas sociais, e procuravam vincular social e ambiental; oito foram à Rio-92 devido à identidade ambientalista ou ecologista; dois participaram enquanto cientistas, sendo impulsionados pela temática ambiental; dois tiveram como motivação a religiosidade; um participou devido a reivindicações étnicas indígenas e uma delas tinha como principal razão para participar a cobertura jornalística do evento, ainda que se considerasse ativista.

Considerar as entrevistas enquanto elemento principal do estudo de caso compreende um desafio, uma vez que

Nas entrevistas gravadas, a *fonte histórica* é o homem e a sua memória, reavivada pela presença ativa do entrevistador-pesquisador. Tal como em um discurso, ou em uma correspondência, trata-se de uma versão parcial e pessoal de situações e acontecimentos, sob inferência da ideologia. Mas enquanto em cartas ou discursos a ideologia se cristaliza no momento em que foi gerada, e por isso registra reações concomitantes ao(s) evento(s) a que se reporta, em memórias ou entrevistas a reconstituição é total, e a ideologia se

movimenta, deslocando suas fronteiras, pois o ator reinterpreta antigas percepções e sentimentos, em função de uma situação presente. (CAMARGO, 1978, p. 293)

Especialmente às vésperas (e durante) a Rio+20, evento simultaneamente propositivo e revisório ao estudado, momento no qual houve sentimentos reavivados para os temas pesquisados, coube à pesquisadora buscar recursos para contornar as questões levantadas por Camargo. Foram estabelecidos “elos explicativos entre o personagem e suas representações dos outros homens e de si mesmo, assim como de seu papel no bojo dos eventos em que esteve envolvido” (CAMARGO, 1978, p. 293). A diversificação de testemunhos, para observar várias tendências e comparar pontos de vista, e a articulação de fatos e acontecimentos a um quadro conceitual subjacente (CAMARGO, 1978) fizeram parte do trabalho enquanto instrumentos articulados, compatibilizados, indispensáveis para a almejada reconstituição do processo histórico-social que compreendeu a Rio-92.

As entrevistas foram tratadas como as memórias que são e como documentos centrais do trabalho. Ainda assim, não se consideram as distinções entre os discursos como desvios problemáticos. As vozes ouvidas pertencem a indivíduos de distintos grupos e, uma vez que se pretende, antes do que reconstituir a história, observar os significados atribuídos pelos atores aos processos que compuseram o evento, a diversidade de percepções enriquece o trabalho.

Por considerar as estruturas e hierarquias de interação social que compõem o discurso (DIJK, 2005), encontra-se na análise de discurso o instrumento adequado para a observação e análise dos dados mais relevantes deste estudo de caso. A opção pela análise de discurso revela a intenção de interrogar a pretensa transparência da linguagem, do sujeito e do sentido, observando a dimensão simbólica dos fatos, e os modos como os sentidos são produzidos (ORLANDI, 1994). A interpretação, a expressão do sentido dos fatos, é o trabalho do analista de discurso. A análise procura estabelecer a relação entre a exterioridade e a linguagem de forma imanente, considerando o processo histórico-social como constitutivo do discurso e explicitando o modo como o discurso produz sentidos (ORLANDI, 1983; 1994).

Entende-se, como Dijk (2005, p. 20), que as pessoas levam a cabo ações de índole política ou social quando utilizam textos ou falam, e que o discurso expressa e ao mesmo tempo modela as múltiplas

propriedades relevantes da situação sociocultural de um contexto (DIJK, 2005, p. 23). De acordo com este autor, há alguns conceitos que estabelecem vínculos teóricos entre discurso e sociedade. Os conceitos evidenciados por Dijk, que foram caros para a fase de análise das informações colhidas nesta pesquisa, são os de ação, contexto, poder e ideologia. Em linhas gerais, estas noções podem ser assim descritas:

- *Ação*, reconhecendo o discurso como atividade humana, uma forma de interação social controlada, intencional e com um propósito.
- *Contexto* como interface entre o discurso e as estruturas sociais. O texto e a fala são situados em uma situação social e, nesta perspectiva, o contexto estrutura as propriedades da situação social. O contexto refere-se aos participantes, seus conhecimentos e intenções; ao ambiente; ao período; e a uma situação, seja esta global ou local. O discurso participa de um contexto, mas pode ser capaz de construir um contexto.
- *Poder* relaciona-se, no caso do discurso, ao campo do poder mental ou simbólico, que é exercido em uma relação entre grupos sociais ou instituições. Envolve-se ao conceito de hegemonia e, portanto, de direcionamento intelectual e a consequente capacidade de controle do contexto.
- *Ideologias*, conforme Dijk, seriam a contrapartida cognitiva do poder, relativas a todos os grupos sociais. Se relacionam a como os usuários da linguagem empregam o discurso enquanto membros de grupos ou organizações. Concomitantemente, o discurso seria instrumento de reprodução ideológica. As ideologias podem ser capazes de transformar a oposição em apoio, servindo aos interesses de um determinado grupo.

Mais além, pode-se compreender que a ideologia de um movimento social abrange a autodefinição do ator, a identificação de um adversário e a indicação dos objetivos e propósitos para a luta (TOURAINÉ apud MELUCCI, 1996). Cabe acrescentar, por ficar mais próximo do referencial teórico deste trabalho, a compreensão de Melucci de ideologia enquanto

conjunto de quadros simbólicos, o qual atores coletivos usam para representar suas próprias ações para si e para outros dentro de um sistema

de relações sociais. Tal produção simbólica é parte constituinte desta relação mas, ao mesmo tempo, o ator tende a separá-la do sistema a que faz parte, levando-a a defender seus próprios interesses particulares (MELLUCI, 1996, p. 349, tradução da autora).

A ênfase no discurso como forma de ação é apenas uma das variedades dentre as possíveis na análise de discurso. Dijk é um dos autores que adotam uma tradição que considera o discurso como prática social. Conforme Gill (2004, p. 246), “em vez de olhar como as narrações se relacionam com o mundo” esta tradição se interessa “naquilo que estas narrações têm como objetivo conseguir, e perscrutam em detalhe a organização da interação social”. Por isto, o contexto interpretativo é tão relevante para esta abordagem da análise.

Não apenas os discursos dos ativistas como também a análise de documentos oficiais da CNUMAD de Tratados Alternativos da Sociedade civil faz parte deste estudo. Entretanto, não se contempla uma análise completa desses documentos, até porque

A relação da análise de discurso com os dados não é positivista. Não faz parte das crenças do analista a de que os dados são objetivos. E isto pode ser expresso pelo fato de que a análise de discurso não visa a exaustividade “horizontal”, isto é, em extensão, nem à completude, ou a exaustividade material em relação ao objeto empírico, material (ORLANDI; GUIMARÃES; TARALO. 1989, p. 31)

Em linhas gerais, os passos básicos que foram seguidos para evidenciar as noções vinculantes entre discurso e contexto social foram 1) a formulação das questões de pesquisa; 2) a escolha dos textos a serem analisados (as transcrições das entrevistas e os documentos oficiais destacados durante as mesmas); 3) a leitura cética e interrogativa do texto (este item e os próximos se dão mediante o material levantado); 4) a elaboração de critérios e a codificação dos elementos à análise; 5) a análise da regularidade e a variabilidade nos dados e a criação de hipóteses tentativas; 6) a análise da coerência e dos casos desviantes; 7) a descrição minuciosa das interpretações (GILL, 2004, p. 267). Assim, a

análise de discurso serve de ferramenta para interpretar os limites perenes e as interpenetrações entre os projetos e identidades presentes nos discursos dos participantes e nos textos derivados da Conferência e de seus eventos paralelos.

1 DAS FRONTEIRAS PERMEÁVEIS: SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL, DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E REINVENÇÕES CONCEITUAIS

Para cumprir com o intento de investigar os discursos de ativistas atuantes na Rio-92 em torno dos processos de influência da sociedade civil transnacional sobre o evento, primeiramente serão apresentadas, ainda que não se esgotem todas as concepções possíveis, as características da mencionada sociedade civil transnacional (SCT). Essa discussão teórica servirá como ferramenta para compreender as dinâmicas de atuação da SCT e os limites conceituais que tentaremos explorar no decorrer da dissertação.

O recente contexto do pós-Guerra Fria e a consequente reorganização do sistema internacional favoreceram o reconhecimento da emergência de novos atores sociais, tendo a SCT despertado o interesse de acadêmicos e ativistas. Após um breve panorama de reflexões sobre democracia e sociedade civil, serão apresentadas perspectivas distintas, ainda que potencialmente complementares, que tangenciam o fenômeno da sociedade civil transnacional, quais são: a perspectiva neohabermasiana de Jean Cohen, a perspectiva das redes, a perspectiva do confronto político, a perspectiva neogramsciana e a perspectiva do cosmopolitismo subalterno.

Existe um grande debate entre os acadêmicos de Relações Internacionais em torno da seguinte pergunta: nada mudou ou muito mudou com o final da guerra fria? (STRANGE, 1996). Neste trabalho, nos posicionamos junto aos que entendem que muito mudou a partir de 1989. Desde aquele momento, o cenário internacional deixou de permitir uma análise bipolarizada entre Estados Unidos e União Soviética, entre capitalismo e socialismo. Algumas correntes⁸ vão perceber a reconfiguração das relações de poder no globo através de

⁸ Refiro-me especialmente aos autores filiados aos estudos pós-coloniais, que se utilizam da metáfora da polarização Norte/Sul para interpretar a realidade conforme a perspectiva da colonialidade. Ainda que a preceda, desde o final da guerra fria esta corrente vem ganhando adeptos entre os acadêmicos. Não há concepção universalista ou bipolar entre os autores dessa corrente, que trata cautelosamente às inúmeras diferenças geoculturais. Em comum na obra de tais autores há o confronto de visões de mundo provenientes de povos colonizadores e colonizados, que são metaforizados respectivamente nos termos Norte e Sul.

uma outra lente de polarização, entre Norte e Sul. Outros autores⁹ vão observar que, ainda que certos atores tenham mais poder bélico, econômico ou de influência do que outros, a reconfiguração das relações de poder se dá através do aprofundamento da interdependência complexa no sistema internacional. Protagonizando neste sistema interdependente certamente estão os Estados, mas também emergem a relevância das empresas privadas, das organizações intergovernamentais e das organizações da sociedade civil. Os novos processos de sociabilidade e de decisões políticas presentes para além das fronteiras estatais estão, de certa forma, representados de maneira potencializada na Rio-92, em seus encontros institucionais e paralelos, conforme trataremos nos capítulos seguintes.

As questões relacionadas aos direitos humanos, à segurança e ao meio ambiente se aprofundaram nas últimas duas décadas e vêm intensamente atravessando os porosos limites interestatais. Simultaneamente, o custo/benefício das guerras vem sendo cada vez mais questionado. Com Beck, conforme Costa (2006), percebe-se que o Estado tem diminuído seu grau de centralidade na política, já que não é capaz de solucionar todos os problemas que são desterritorializados. Ambiguamente, os Estados construíram na metade do século passado instituições intergovernamentais, que se multiplicaram e que têm buscado se autonomizar (TARROW, 2001) – e é a estas instituições que muitas ações coletivas vão se referir, não mais se circunscrevendo à autoridade estatal.

Se em meados da década de 1960 insurgem movimentos sociais mais diversificados, voltados para questões culturais e de valores (os chamados novos movimentos sociais), é a partir do cenário pós-guerra fria que despontam, para além dos centros ocidentais, as atualmente tão mencionadas organizações não-governamentais (ONGs). Dentro do panorama que tem se posto com a intensificação dos processos de globalização econômica, com as possibilidades que surgem das formas de comunicação, com a emergência de fatores identitários que diversificam as ações coletivas, os valores e as ações da sociedade civil têm se descolado de uma concepção estritamente nacional para ser reconfigurarem transnacionalmente. Nem ONGs nem movimentos menos formalizados se restringem aos níveis local e nacional para mobilizar, pressionar e tentar resolver às novas demandas.

⁹ Dentre eles, destaca-se a obra de Nye e Keohane, *Poder e Interdependência* (2001).

A emergência desta complexa e heterogênea sociedade civil transnacional não significa o desaparecimento ou enfraquecimento da sociedade civil nacional. E a diluição do poder e autoridade estatais decorrente dos processos globalizatórios não está suposta neste trabalho como uma decadência progressiva, na qual o Estado já tenha perdido seu papel para o mercado (em oposição à noção de Strange, 1996). Entende-se que em um determinado momento (o final da guerra fria), emergiram novos atores no sistema internacional em relevância e em potencial decisório e, se naquele momento isto representou algum tipo de ameaça, então estes novos atores passaram a fazer parte das dinâmicas de poder junto aos Estados. Muito mudou em 1989, mas nem tudo mudou: o Estado ainda é ator principal, tanto no sistema internacional, quanto na garantia da regulação social e do desenvolvimento humano em um determinado território.

No que tange à sociedade civil, uma grande mudança de postura é que caso o Estado não cumpra com suas funções, ou caso uma questão não esteja ao seu alcance, a sociedade civil não vai se mobilizar somente em torno dele: há a opinião pública mundial, os demais Estados e as instituições internacionais, compondo uma esfera pública internacionalizada. Por outro lado, agentes desta sociedade civil não só se mobilizam em torno de demandas, como também procuram respondê-las.

1.1 UM BREVÍSSIMO ESBOÇO DE ABORDAGENS, ATORES E CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE CIVIL

Conforme Cohen e Arato (2000) a sociedade pode ser observada de maneira tripartite, ao considerar-se uma diferenciação analítica das arenas da sociedade civil, sociedade econômica e sociedade política. Para chegar a tal concepção, Cohen e Arato recuperam noções pretéritas de sociedade civil, trazendo aportes de Hegel e de sua reelaboração por Tocqueville. Para os dois últimos, sociedade civil seria a instituição intermediária entre a família e o Estado, possuiria determinações egoístas e individualistas, provenientes da ação dos indivíduos no interior do sistema de necessidades, como também contemplaria a procura de um princípio ético que não poderia ser proporcionado pela economia (AVRITZER, 1993). É relevante ainda para Arato e Cohen a conceituação gramsciana, que oferece destaque ao papel da sociedade civil no processo de transformação social, vinculando a mesma ao plano

do poder ideológico (GRAMSCI, 1980). Ainda que conte com amplo suporte teórico e histórico, a maior influência para uma concepção tripartite de sociedade é a teoria da ação comunicativa habermasiana (HABERMAS, 1999a, 1999b).

Conforme Habermas, o *locus* da sociedade civil é o mundo da vida. O mundo da vida é o espaço social no qual a “ação comunicativa permite a realização da razão comunicativa calcada no diálogo e na força do melhor argumento em contextos interativos, livres de coação” (FREITAG, 2005, p. 165). O conceito de sociedade, para este autor, é dual e compreende simultaneamente sistema e mundo da vida. O sistema, que é o espaço social da economia e do Estado, tem como princípio a eficiência, objetiva o dinheiro e o poder, e é orientado pela racionalidade cognitivo instrumental (HABERMAS, 1999b). Em sua teorização, Cohen e Arato (2000) se reapropriam da teoria da ação comunicativa habermasiana para distinguir, no mundo da vida, duas dimensões distintas. A primeira seria ligada ao reservatório de tradições imersos na linguagem e na cultura. A segunda seria mais institucional, e incluiria as instituições e formas associativas que requerem a ação comunicativa para sua reprodução, e contam ainda com os processos de integração social para a coordenação da ação no interior de suas estruturas. A sociedade civil seria identificada na dimensão mais institucional do mundo da vida (AVRITZER, 1993). Habermas acata essa contribuição de Cohen e Arato (2000), para conceber uma sociedade civil com caráter duplo, ofensivo e defensivo, com relação à sua própria colonização pelo sistema - tomando-a enquanto instrumento contra a mercantilização e a burocratização das relações sociais (COHEN; ARATO, 2000).

Partir desta conceituação para ampliar o escopo de análise ao conceber uma sociedade civil global pode significar transgredir visceralmente as noções mais aceitas de sociedade civil. Afinal, não há Estado global para estar entre a família e o Estado hegeliano, muito menos há um mundo da vida com tradições culturais compartilhadas mundialmente (COSTA, 2003). Uma das preocupações ao chamar esta emergente sociedade civil por *transnacional* em vez de *global* é justamente atenuar esta transgressão. De certa forma, o termo *transnacional* parece representar conceitualmente melhor o braço além fronteiras da sociedade civil pela noção de atravessamento que oferece. Ao transcender o nacional, não se pressupõe totalidade ou se remete a uma outra entidade também global. O sentido que se tenta oferecer é justamente esse de atravessamento de fronteiras, observando nas ações coletivas vários aspectos de permeabilidade e hibridação entre projetos,

valores, repertórios e identidades, gerando novas formas de articulação e interação.

As experiências dos movimentos sociais da segunda metade do século XX trazem consigo uma mudança nas formas de ação política e contando com um “entendimento mais profundo das estruturas e dos processos de opressão” (GILL, 2007, p. 27), complexificados em relação às ações da esquerda socialista no século XIX e início do século XX. No âmbito das experiências de participação¹⁰ da sociedade civil, as ações categorizadas como pertencentes aos Novos Movimentos Sociais (NMS) emergem no final dos anos 1960, a partir da inserção de temáticas tais como as questões de gênero, direitos humanos e meio ambiente, destacando o pluralismo cultural e a diversidade identitária. As teorias sobre os NMS surgem na Europa, não se constituem como uma escola coesa (ALONSO, 2009), têm como expoentes Touraine, Melucci, Claus Offe, e cabe destacar Calderón e Scherer-Warren na América Latina.

As teorias culturalistas e identitárias dos movimentos sociais, também denominadas de teorias dos novos movimentos sociais, tiveram o mérito de buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos sociais, segundo o princípio da diversidade sociocultural (de gênero, étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos, etc). Transitava-se assim do pensamento universalista acerca de um sujeito único e central da transformação social para as interpretações sobre o descentralismo das lutas, da multiplicidade e contingência das identidades, incluindo pressupostos das teorias pós-modernas (SCHERER-WARREN, 2011, p. 18).

¹⁰ Uma forma corrente de compreender participação política é enquanto “conjunto de ações e de comportamentos que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, conseqüentemente, os valores) do sistema de interesses dominante” (PASQUINO apud BORBA, 2012, p.265).

Ainda no âmbito das teorias de movimentos sociais, surgiu no início da década de 1970 nos Estados Unidos, a teoria da mobilização de recursos (TMR). A TMR conta com McCarthy e Zald como seus precursores. Tal teorização encontra delineamentos na teoria da escolha racional, levando em conta interesses, custos e benefícios do envolvimento individual na ação coletiva. Mais além, entende que um movimento só existe a partir da mobilização de recursos materiais, humanos e de organização (ALONSO, 2009). Levando em consideração ainda as oportunidades, coerções contextuais e também elementos culturais, surge também nos anos 1970 a Teoria do Processo Político (TPP). Essa abordagem observa como diferentes elementos convergem para ativar ações coletivas, ocupa-se da constituição de um movimento, de sua sobrevivência no tempo e do contexto sociopolítico em que se insere. Inova em vários âmbitos em relação à TMR, especialmente ao conceber estruturas de oportunidades políticas e os repertórios das formas de atuação enquanto relevantes para a investigação dos movimentos. Para eles, assim como para a TMR, há um vínculo importante entre movimento social e políticas institucionais. Conforme Tarrow, Tilly e McAdam¹¹, os precursores da TPP,

não há nenhuma descontinuidade fundamental entre os movimentos sociais e a política institucional. (...) a atividade do movimento social é uma escolha estratégica entre outras feitas pelos atores quando é a resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições. (...) [Tal atividade é] uma alternativa - determinada pela situação - a uma variedade de outras formas de comportamento, que vão desde ações coletivas não estruturadas, organizações de grupos de interesse até ativismo no interior de partidos políticos e instituições (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Se as teorias norte-americanas enfatizam como aspectos institucionais se relacionam com as ações coletivas, elas deixam de

¹¹ Os autores referem-se a uma concepção mais recente na literatura, chamada de *contentious politics*, que tem forte enraizamento na teoria do processo político.

observar como a ação surge (quais os processos cognitivos e identitários envolvidos), e para onde ela se orienta (de quais projetos tratam) (MELUCCI, 1989). Nem o olhar para os aspectos institucionais, nem o olhar para os aspectos culturais (como é o caso da TNMS) são suficientes, se isolados, na análise dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1999). É importante combinar esses elementos em uma síntese, de forma a considerar tanto o âmbito simbólico e não institucionalizado, como também as possibilidades de ação político-institucional – e é dessa forma que se pretende realizar este trabalho.

Nos anos 1960, movimentos sociais de base (*grassroot movements*) irrompem em vários contextos no cenário internacional, e no final dos anos 1980 passa a haver maior visibilidade das organizações não-governamentais (ONGs), atores que se destacam nesse contexto e no conjunto de temáticas no processo de transformação social. Notáveis agentes da sociedade civil, as ONGs surgem das aspirações dos movimentos sociais de base e, paulatinamente, as duas manifestações sociais se separam e passam a atuar de maneiras distintas, complementares. As ONGs têm atuado de forma mais institucional e mediadora (LANDIM, 1993), ainda que ambos atores da sociedade civil possam compartilhar identidades e projetos, podendo ainda ser reconhecidos enquanto membros de um mesmo movimento social (no sentido mais amplo do termo) (MELUCCI, 1996; SCHERER-WARREN, 2006).

Partindo de uma outra perspectiva, Mark Warren¹² (2001), de cadência associativista, nos permite aceder à complexidade do contexto no qual emerge a ampliação do aspecto transnacional da sociedade civil ao destacar como é possível e necessário repensar a natureza e o local da ação coletiva, observando as mudanças ocorridas na cultura política contemporânea. No momento em que a política excede o Estado, há forças interrelacionadas que envolvem a nova notoriedade das associações, sendo elas: a globalização, a diferenciação, a complexidade, as mudanças culturais e desterritorialização das questões (WARREN, 2001; 2006).

Conforme Warren (2001), o fenômeno da globalização pode ser denotado no aprofundamento da interdependência entre Estados; nos

¹² Ballestrin realiza o interessante esforço teórico de, a partir da obra de Warren *Democracy and Association* (2001), vincular a perspectiva do associativismo, à noção de sociedade civil global, criando o termo associativismo transnacional.

mercados globais; no aumento de imigrantes e refugiados; na amplitude de problemas ambientais; nas alianças voltadas à segurança; nas novas formas de comunicação; nas novas associações e novos regimes políticos internacionais. Ainda que o aprofundamento da globalização possa enfraquecer o Estado, ambígua e concomitantemente, pode abrir novas oportunidades para o desenvolvimento democrático. De maneira geral, a diferenciação (WARREN, 2001, p. 05) entre Estado, mercado e sistemas de reprodução social permite o aumento das “capacidades de ação coletiva segmentadas, não só devido às vantagens de especialização, como também devido aos setores distintos poderem desenvolver suas próprias normas ou critérios” (idem), possibilitando o aumento da capacidade da ação coletiva e da complexidade.

O contexto complexo refere-se às consequências não previstas, à contingência, aos efeitos que levam a associar a ideia de complexidade àquela de Beck de uma era de risco (WARREN, 2001; COSTA, 2006); pertenceríamos a uma sociedade de risco na qual as ações coletivas não podem ser realizadas sem cálculos políticos. A partir de tais cálculos, indivíduos em ações coletivas mobilizam os meios legais para forçar o Estado a corresponder às suas expectativas ou tentam pressionar o Estado a aprimorar os meios legais (WARREN, 2001, p. 6). Por último, as mudanças culturais, a pluralização de identidades individuais e a consequente desterritorialização de questões que decorre do contexto traçado vai desenhar cenários políticos ambíguos: se há maior espaço para a ética na política devido à reflexividade, por outro lado, a tentação da identidade fundamentalista poderia ficar mais irresistível (WARREN, 2001, p. 7).

Partindo de uma pluralidade de perspectivas, pretende-se apontar como vem se reconfigurando a sociedade civil, tendo suas fronteiras, escala e desafios sido sobrepostos e ampliados. Ao se falar em fronteiras, para além de tratar de fronteiras territoriais, refere-se também às características étnicas, raciais ou sexuais ou ainda às fronteiras baseadas em questões, sejam elas de meio ambiente, direitos humanos, cidadania, entre outros (WARREN, 2006, p. 385). É neste sentido, de tratar das aproximações e recomposições das diversas sociedades civis, que se desenvolvem as próximas reflexões.

1.2 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE JEAN COHEN AO CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

É possível compreender a sociedade civil nacional como dotada de um processo político distinto da Sociedade Civil Global (SCG), uma vez que a segunda apresenta novas formas de “pluralidade”, “publicidade” e “privacidade” (COHEN, 2003). A autora Jean Cohen compreende a “privacidade” como o conjunto de direitos que garantem a autonomia pessoal, envolvendo o princípio de pertencimento de um indivíduo a um Estado e as suas liberdades civis, e que estaria complexificada na contemporaneidade, além de ameaçada pelos novos meios eletrônicos que insurgem na globalização, e pelos Estados, que preocupados com a segurança nacional, invadiriam este domínio. Já a respeito da “pluralidade”, a autora explana que são os modos de associação e solidariedade e, se antes as formas de pluralidade eram organizadas local e nacionalmente, na SCG isto ocorre por meio de redes transnacionais. Por sua vez, “publicidade” é compreendida pela mesma autora enquanto opinião pública. Neste âmbito, a SCG apresenta um novo personagem, a opinião pública mundial – derivada da velocidade e alcance das novas comunicações (COHEN, 2003).

De acordo com a mesma autora, configuram-se entre os desafios da sociedade civil global a legalidade e a legitimidade, obstáculos que seriam resolvidos por alguns autores conferindo a constitucionalização de regimes globais¹³. Este processo pode ser considerado complexo e perigoso, na medida em que não há uma sociedade política representativamente democrática em nível mundial e, consequentemente, invocar uma suposta constituição global pode permitir a intervenções diretas de Estados fortes na soberania de Estados fracos. Cabe acrescentar que, de acordo com ela, a representação política das questões em demanda no cenário internacional não pode ser proveniente da SCG, uma vez que esta também não é formalmente representativa (COHEN, 2003). Estes e outros alertas conceituais de Cohen são muito caros a esta reflexão e serão retomados na conclusão

¹³ De acordo com Krasner (1983, p. 1), regimes internacionais são “princípios, normas, regras de procedimentos para tomada de decisão sobre os quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada *issue area*”. É possível considerar que Cohen refere-se a “regimes globais” e não “regimes internacionais” porque a autora discorre sobre a totalidade dos atores estatais do sistema internacional.

deste capítulo em articulação com outras perspectivas.

1.3 REDES: ELOS E ARTICULAÇÕES DAS AÇÕES COLETIVAS

Em outra via, pode ser conveniente observar o que chamamos aqui de sociedade civil transnacional através da perspectiva das redes. Desde um olhar antropológico, redes são relações nodais, presentes no tecido social que servem de elo às relações interpessoais, em conexões que atravessam ainda instituições e segmentos sociopolíticos (SCHERER-WARREN, 1999). Para além das redes locais, territorializadas, há articulações traçadas conforme o comprometimento dos indivíduos, de acordo com o compartilhamento de valores, identidades e culturas. Cada vez mais, os avanços tecnológicos permitem que as comunicações se realizem de forma instantânea e em longa distância. Nesta direção, as ações coletivas se complexificam e passam a ser organizadas em redes que não se circunscrevem a fronteiras espaciais ou identitárias.

A obra de Keck e Sikkink (1998) compreende, numa expressão cunhada por elas, as *transnational advocacy networks* (TAN), redes transnacionais de *advocacy*. As redes (*networks*) são formas de organização caracterizadas pelo voluntariado, reciprocidade e por padrões horizontais de comunicação e troca (KECK; SIKKINK, 1998). De acordo com a perspectiva das TAN, os participantes são ativistas que, desde 1980, têm atuado cada vez mais para além das fronteiras nacionais, transcendendo ao controle estatal. A ênfase na obra dessas autoras é no caráter transnacional das redes formada por indivíduos e organizações que se relacionam para defender suas ideias e valores compartilhados.

O tratamento do fenômeno das redes transnacionais por *advocacy* reflete uma preocupação das autoras em não vincular os intentos dos envolvidos nas redes a uma concepção racionalista restrita a interesses. A noção de *advocacy* traz consigo a intenção política de negociar com diversos atores, numa ação de pleitear, de advogar causas de outros, ou de defender uma proposição. Nas TANs interagem atores da sociedade civil, Estados e organizações internacionais, modificando e ampliando o acesso ao sistema internacional - tendo como objetivo último a transformação dos procedimentos, políticas e comportamentos de Estados e organizações internacionais (KECK; SIKKINK, 1998).

Mais especificamente, podem ser atores das TAN: ONGs

nacionais e internacionais de *advocacy* e pesquisa, movimentos sociais locais, fundações, mídia, igrejas, intelectuais, organizações de consumo, partes de organizações intergovernamentais, partes do executivo e do parlamento estatais. Dentre todos esses atores as centrais são, conforme as pesquisas empíricas das autoras, as ONGs – e elas iniciariam as ações e pressionariam atores mais poderosos do sistema internacional.

O compartilhamento de valores dos indivíduos em rede vai derivar em discursos em comum, e em trocas de informações e serviços. Nesta direção, conforme as autoras, as redes são estruturas comunicativas. Enquanto estruturas comunicativas, as interações voltam-se à construção conjunta de significados e à negociação de identidades. Em última instância, o objetivo das TAN é influenciar tanto a percepção dos Estados como dos atores societais. Assim, o centro das relações em rede, seria em especial a troca de informações que proporcionaria

o auxílio na criação de novos assuntos e categorias para persuadir, pressionar, e ganhar maiores níveis do que muitas organizações e governos poderosos. Os ativistas em redes tentam não somente influenciar os resultados políticos, mas transformar os termos e a natureza do debate (KECK; SIKKINK, 1998, p. 02, tradução da autora).

As redes transnacionais de *advocacy* não têm somente participado de novas áreas da política, como também às têm moldado. Retomando a obra de Keck e Sikkink, Cohen explica que perpassa pela internet e por outros meios de comunicação de massa a mobilização da opinião pública mundial por meio do denominado “padrão bumerangue”, que consiste em

passar por cima de um Estado local, acionar uma rede transnacional para dar publicidade a uma questão, criar uma opinião pública mundial e apelar para normas e princípios acordados no plano supranacional a fim de pressionar outros estados, organismos regionais ou organizações que, por sua vez, tentarão fazer pressão sobre o Estado cujas políticas estão em causa (COHEN, 2003, p. 440)

Pensando nas redes, mas partindo das teorias de movimentos sociais, está a noção de Scherer-Warren sobre as redes de movimentos, com uma análise que concilia a teorização sobre novos movimentos sociais e as teorias de mobilização de recursos. Nesta conciliação, a autora afirma com Diani que “movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados num conflito político ou cultural, com base em uma ideia coletiva comum” (apud SCHERER-WARREN, 1999, p. 26).

Assim, a concepção de movimento social de Scherer-Warren é ampla, não considerando somente os *grassroot movements* (movimentos sociais de base), tornando possível falar em movimentos ambientalistas, movimentos feministas etc – sem deixar de observar suas complexidades internas. A rede de movimento¹⁴ (SCHERER-WARREN, 2006) é consequência de três níveis num processo de articulação: o primeiro, de associativismo local (tais como ONGs, associações de bairro, movimentos sociais locais); o segundo, de formas de articulação interorganizacionais (vínculos, articulações entre os cidadãos e associações, redes); e o terceiro das mobilizações na esfera pública (por exemplo, o Fórum Social Mundial). Esta análise implica em uma busca pelas

formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (SCHERER-WARREN, 1999, p. 27)

Observando seu *locus* de enunciação, mais recentemente Scherer-Warren (2009) tem procurado combinar sua noção de rede de

¹⁴ Ainda de acordo com a autora, rede de movimento social é um “conceito de referência, que busca apreender o porvir ou o rumo das ações em movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

movimento aos estudos pós-coloniais. Esta aproximação permite compreender que as redes de movimentos são as formas de articulação que podem levar à construção de formações discursivas a partir das vozes de camadas subalternas, que podem vir a ser ouvidas para além de seus respectivos territórios. Assim, dentre as capacidades das redes de movimento, estaria ressignificar os processos da colonização e empoderar movimentos sociais através da intercomunicação, transformando o que é socialmente aceitável e contribuindo para uma globalização contra-hegemônica¹⁵.

1.4 A PERSPECTIVA DO CONFRONTO POLÍTICO E O ATIVISMO TRANSNACIONAL

A terceira perspectiva que compõe esta constelação é a do confronto político. Conforme McAdam, Tilly e Tarrow (2009), o confronto político (*contentious politics*) não está presente em toda política. Para além do confronto político, há consenso, celebrações e atividades institucionalizadas. Entretanto, há confronto

quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva (MCADAM et al, 2009, p. 01).

As pesquisas em torno de *contentious politics*, com um olhar mais amplo do que a noção anterior de “movimentos sociais, revoluções e ação coletiva”, advogadas por Tarrow, McAdam e Tilly, oferecem uma crítica contundente à noção de SCG enquanto determinada exclusivamente pela globalização do capital.

Ainda que as relações internacionais não sejam a preocupação

¹⁵ Mais a frente neste capítulo, será tratada a noção de Boaventura Souza Santos de cosmopolitismo subalterno e globalização contra-hegemônica.

predominante dos pesquisadores de *contentious politics*¹⁶, a noção de confronto político não está restrita às fronteiras nacionais. Em uma reflexão sobre *Transnational contentious politics* (2001), Tarrow critica as perspectivas que vinculam muito rapidamente a ascensão de uma sociedade civil global à globalização econômica e procura fazer uma análise sofisticada das políticas transnacionais.

É possível se pensar em uma aproximação entre os acadêmicos das relações internacionais e as teorias de movimentos sociais a partir da década de 1990, quando os mesmos acadêmicos ampliam seu olhar para além das preocupações com a interdependência econômica e as noções mais realistas de segurança e defesa restritas aos Estados e passam a adotar a perspectiva construtivista (TARROW, 2001).

Neste sentido, há quatro motivações empíricas destacadas pelo autor para a emergência do vínculo entre teorias de movimentos sociais e relações internacionais: a insurgência de movimentos de base (*grassroots*) que, apesar de domésticos, contam com reivindicações e apoio internacionais; sucessos de coalizões de ativistas contra estados nacionais; ativismos de ONGIs em instituições internacionais e na escrita de tratados internacionais; eventos internacionais de protesto, que dependem de recursos e de estruturas de oportunidade política.

Tarrow (2001) distingue entre três agentes: movimentos sociais transnacionais, organizações não-governamentais internacionais e redes de *advocacy* transnacionais. Ainda que os três agentes da sociedade civil possam compartilhar objetivos, as formas de ação e o comportamento (*behavior*) são bastante diferentes.

Os movimentos sociais são grupos engajados baseados em redes sociais. Estes movimentos compartilham de um alvo e são sustentados pela ação de confronto com os detentores do poder. Em seu caráter transnacional, o movimento social está constituído por grupos em mais de um Estado e em confronto voltado contra pelo menos uma instituição internacional, uma empresa multinacional, ou com detentores do poder de outro Estado (TARROW, 2001, p. 11).

Por sua vez, as ONGIs

¹⁶ Mais especificamente, o confronto pode ser definido como “episódico, envolve interação coletiva entre os formuladores da reivindicação e seus objetos quando a) pelo menos um governo é autor, objeto de reivindicações, ou partido às alegações e b) se resolverem-se as queixas, afeta-se os interesses de pelo menos um dos requerentes” (McADAM et al. apud TARROW, 2001, p. 11, tradução da autora).

operam independentemente dos governos, são compostas por membros de dois ou mais países e são organizadas para fazer avançar as metas internacionais destes membros, oferecendo serviços a cidadãos de outros estados através de transações rotineiras com estados, atores privados e instituições internacionais (TARROW, 2001, p. 12, tradução da autora)

Ainda que possam compartilhar dos mesmos objetivos, as ONGIs não estão em direto confronto com outros atores. Diferentemente dos movimentos sociais transnacionais, ONGIs estabeleceriam uma relação de prestação de serviços aos cidadãos e realizariam, nesta perspectiva, atividades rotineiras com Estados, empresas e instituições internacionais. Até mesmo o perfil dos participantes é distinto, no sentido de haver uma elite intelectual e financeira envolvida às ONGIs, enquanto os participantes de movimentos sociais para além das fronteiras não se restringiriam ao mesmo perfil.

As redes transnacionais de *advocacy* (*Transnational Advocacy Networks*, ou TAN)¹⁷, por sua vez, insurgem com a emergência das alianças que são compostas com as ONGIs. Estas não são alternativas para os movimentos sociais ou para as ONGIs, mas são sim estruturas de informais de interação que os contêm, de forma passim (ou seja, aqui, ali, em todos os lugares), bem como contêm os indivíduos que fazem parte de agências governamentais e intergovernamentais que advogam alguma causa ou valor, seja voltado aos direitos humanos, meio ambiente, gênero etc.

A interpretação de Tarrow para a emergência dos movimentos sociais transnacionais, ONGIs e TANs segue o caminho institucional. A curiosa conclusão oferecida pelo autor é a de que o confronto político transnacional é protagonizado por instituições internacionais *versus* Estados: ou seja, os Estados criam as instituições internacionais e elas, na busca por autonomia, passariam a incentivar os atores não-governamentais, através de recursos e oferecendo estruturas de

¹⁷ As autoras referência desta discussão Keck e Sikkink foram retomadas pelo autor nesta discussão e o tema está trabalhado neste capítulo, Para evitar repetições, neste momento focaremos na interpretação de Tarrow sobre o fenômeno e na distinção das formas de atuação entre as TAN, ONGIs e movimentos sociais transnacionais.

oportunidades políticas (TARROW, 2001, p. 15-16). Ainda que seja incontestável o reconhecimento do papel das instituições para a emergência da SCT, pode-se problematizar que tal papel é superdimensionado.

Em obra posterior, *The New Transnational Activism* (2007), o argumento central de Tarrow é que não há um processo de essência única que leve à uma sociedade civil para além das fronteiras nacionais, mas que, como a política em geral, haveria um conjunto de processos identificáveis, intersetoriais ao âmbito nacional, que produzem novas mudanças políticas. Nessa obra, o autor destaca os ativistas transnacionais - que seriam os laços conectores do local ao global, trabalhando como ativadores, pontes, e advogando demandas nacionais e transnacionais.

De acordo com Tarrow (apud LUCHMANN; BORBA, 2007, p. 16), estruturas de oportunidades políticas são dimensões da luta política que encorajam pessoas a engajarem-se no confronto político, “variáveis externas que interferem na ação coletiva (...) [e], se elas oportunizam, não determinam a ação coletiva”. As estruturas de oportunidades que podem facilitar a ação coletiva podem vir das instituições estatais, das estruturas de conflito e das alianças possíveis que podem constranger ou incentivar a abertura de acesso, as mudanças de alinhamento, da divisão de elites e dos aliados influentes (LUCHMANN; BORBA, 2007).

Tal conceituação é bastante cara para este estudo, uma vez que para Tarrow (2007), o internacionalismo é como uma extensão das estruturas de oportunidades políticas locais e nacionais, no qual emerge o ativismo transnacional. Seria uma estrutura de oportunidades, e também de recursos e ameaças, oferecendo um ponto focal para resistência e promovendo oportunidades para a formação de coalizões e movimentos transnacionais, uma “estrutura densa, triangular, de relação entre estados, atores não estatais, e instituições internacionais, e as oportunidades que isso produz para os atores se engajarem na ação coletiva em diferentes níveis do sistema” (TARROW, 2007, p. 25).

Haveria três tendências relacionadas para a internacionalização: o crescimento da densidade de relações horizontais entre Estados, funcionários do governo e atores não estatais; o aumento de vínculos verticais entre os níveis subnacionais, nacionais e internacional; adensamento da estrutura que convida o ativismo transnacional, facilitando a formação de redes entre atores estatais, não estatais e internacionais. A internacionalização seria, então, o processo mais amplo no qual a densidade dos laços verticais e horizontais se expandem e são externalizadas as ameaças e oportunidades. Os processos políticos

que levariam à internacionalização seriam de três ordens: 1) local, com intenção de globalizar e internalizar; 2) transicional, quando haveria difusão e mudança de escala; 3) global, momento de externalização e formação de coalizão internacional (TARROW, 2007).

Na passagem de ações locais para a escala internacional, haveria a necessidade de coordenação, planejamento de ações coletivas, criando colaborações entre os espaços; a construção de pontes entre ativistas ao redor do mundo; a teorização, a abstração de uma ideia, que deixaria de servir a uma realidade específica para ser aplicável a outras realidades; como consequência, se transformaria a forma de confronto, de ação coletiva, de demandas e alvos; e possivelmente, a própria identidade dos envolvidos. A mudança de escala está presente nos processos políticos de *contention*, uma vez que é esse aumento que permite que os confrontos não se restrinjam ao âmbito local. As mudanças podem se dar em dois níveis: para cima (*upwards*) quando a ação local se espalha, e para baixo (*downwards*), quando práticas generalizadas são adotadas em níveis mais baixos (TARROW, 2007, p. 121). A mudança de escala de ações locais para internacionais atravessaria dimensões horizontais, na medida em que se divide entre diferentes culturas políticas, e verticais, por haver abismos entre os níveis do sistema internacional (TARROW, 2007, p. 122).

Na etapa transicional, de mudança de escala, há a coordenação de ações coletivas voltadas a alvos mais amplos, novos atores e instituições em novas formas de interação. As cúpulas paralelas¹⁸ podem ser compreendidas enquanto mudança de escala nos dois níveis, devido à possibilidade de adoção de ações nos âmbitos locais e internacionais, e podem ser definidas da seguinte forma (PIANTA, 2001, p. 171): eventos organizados por grupos da sociedade civil, com participação internacional, independentemente da atividade de Estados e empresas; eventos coincidentes ou relacionados às cúpulas oficiais de governos e instituições internacionais; eventos voltados aos mesmos problemas

¹⁸ Um importante estudo sobre cúpulas paralelas da sociedade civil foi proposto pelo economista político italiano Mario Pianta (2001; 2005), autor inclusive citado por Tarrow (2007). Pianta não é um dos autores da teoria do processo político ou do confronto político. Seus artigos sobre cúpulas paralelas estão presentes por fazer retrospectiva histórica e sistematização de diversos *surveys* sobre sessenta e um eventos paralelos às conferências internacionais, entre 1980 e 2004, compondo interessantes categorizações das ações e das motivações para os eventos da sociedade civil.

fundamentais das cúpulas oficiais, com perspectiva crítica sobre os governos ou o mercado; utilizam meios de informação pública, mobilização política, protesto e propostas de políticas alternativas; com ou sem contato formal com as cúpulas oficiais.

Os dois grandes focos e desafios das cúpulas paralelas são a resistência à globalização neoliberal e a pressão pela globalização de direitos e responsabilidades. No primeiro, geralmente estão os que se organizam voltados a questões econômicas, sindicais e de desenvolvimento; no segundo, grupos ativos nas áreas de direitos humanos, meio ambiente, paz e democracia (PIANTA, 2001).

A escolha pelos temas dos eventos se relaciona tanto às propostas e envolvimento prévios dos participantes da sociedade civil, como também às oportunidades oferecidas pela agenda das conferências oficiais. Em geral, as propostas mais recorrentes das cúpulas paralelas são recomendar políticas alternativas, disseminar informação pública e expor uma necessidade de composição de redes entre organizações da sociedade civil – ou seja, por um lado tornando mais efetiva a atuação externa da sociedade civil, e por outro fortalecendo a sociedade civil por dentro (PIANTA, 2001, p. 185).

Para Pianta (2001), a relação com o poder poderia se dar enquanto lobby aos representantes oficiais ou enquanto confronto político. O autor descobre, inclusive, que essas diferentes formas de interação coexistem no mesmo evento, e ainda quando há integração com as cúpulas oficiais, há também conflito e crítica. Para ele, a maior influência dos eventos seria sobre a própria sociedade civil, sendo relevante também a possibilidade de construir alianças para além da sociedade civil, com governos aliados, instituições internacionais ou aproveitando os dissensos entre os Estados. Conforme resposta aos questionários encaminhados a centenas de organizações, a avaliação dos participantes sobre os impactos de cúpulas paralelas poderia ser pensada em seis tipos de impacto: sobre a opinião pública, sobre a mídia internacional, sobre organizações da sociedade civil, sobre políticas nacionais, sobre políticas internacionais e sobre a cúpula oficial (PIANTA, 2001).

Nesse sentido, seria considerado mais forte o impacto nas organizações da sociedade civil e na opinião pública (em torno de trinta e cinco por cento consideram tal impacto forte nessas categorias), e mais fraco o impacto sobre as políticas nacionais e internacionais (em torno de oitenta por cento, consideraram o impacto político como fraco ou nenhum). Na pesquisa, setenta por cento dos participantes tinham o impacto sobre a cúpula oficial como fraco, e metade dos entrevistados

consideraram o impacto sobre a mídia internacional entre médio e forte, contra metade que consideraram como fraco ou nenhum (PIANTA, 2001).

Nesse cenário, Pianta aponta que é muito difícil avaliar resultados de cúpulas paralelas. Mesmo assim, é possível esboçar que tais resultados se relacionariam intimamente aos objetivos para a participação dos indivíduos¹⁹, que geralmente seriam criar vínculos entre ONGs e influenciar governos (PIANTA, 2001, p. 188). Sendo os laços entre as organizações um fator notadamente importante para uma sensação de sucesso sobre as cúpulas paralelas, o autor destaca enquanto relevante para análise a forma como as diferentes questões, forças e interesses sociais transnacionais se atrelam.

Pesquisas empíricas como as de Pianta apontam que o fenômeno de transnacionalização da sociedade civil pode ser demonstrado e analisado de forma qualitativa e quantitativa, sendo possível escolher um aspecto relevante de sua demonstração para estudo, tais como as cúpulas paralelas. Tais eventos ofereceriam, conforme o autor mencionado, uma possibilidade de serem decifrados simultaneamente por meio do confronto e da cooperação.

A contribuição de Tarrow sobre ativismo transnacional é relevante, trazendo importantes elementos para a análise, tais como os níveis de processos políticos para a internacionalização (local, transicional – de difusão e mudança de escala, e global), e também e própria noção de internacionalismo como estrutura de oportunidades, recursos e ameaças. Ainda assim, é importante perceber que a *contentious politics* representa um leque de estudos que não abrange a totalidade da sociedade civil e, conforme os próprios autores destacam, não há confronto em toda política.

Uma apreciação possível é que há um tipo de “confronto político” nos objetos de estudo, e também confrontos de perspectivas em relação ao papel do intelectual. Aparentemente, os pensadores da *contentious politics* não estão tão preocupados em operacionalizar os discursos e ações dos movimentos sociais como estão preocupados em desvendar tais ações. Assim, o componente ético-normativo da teoria, tão criticado por estes atores por poder ser associável a análises menos rigorosas, é

¹⁹ Conforme Pianta, (2001), baseado no Benchmark Environmental Consulting, Democratic Global Civil Governance. Report of the 1995 Benchmark Survey of NGOs (UD Evaluation Report 4.96). Oslo: Royal Ministry of Foreign Affairs, 1996.

marginalizado (senão excluído): o que evidencia a tácita tensão entre esta perspectiva e àquela de Santos²⁰ e Gramsci, em relação ao papel do intelectual.

1.5 COM GRAMSCI E ALÉM: HEGEMONIA, MUNDIALIZAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL

Alguns críticos consideram que Gramsci criou um conceito “estanque” de sociedade civil, que pode ser expresso na seguinte fórmula: “sociedade civil + sociedade política = Estado”²¹. Ainda que essa seja uma interpretação possível, há outras que podem ser mais frutíferas para a obra gramsciana. Considerando a abertura e fluidez dos conceitos gramscianos, em especial os interpretes e herdeiros de Gramsci que enfatizam seu conceito de hegemonia vão oferecer um aporte interessante para uma leitura possível do fenômeno da sociedade civil transnacional.

Conforme Cohen e Arato (2000) é a diferenciação metodológica de sociedade civil tanto da economia como do Estado que permite a Gramsci uma argumentação a respeito da geração do consenso mediante a hegemonia cultural e social enquanto variável independente, e até mesmo decisiva, no desenvolvimento da história. De acordo com Fontana (2001), Gramsci usa a hegemonia para “indicar um sistema de alianças entre vários grupos, em que o grupo dominante exerce o poder graças à sua capacidade de transformar os interesses particulares em gerais ou universais”. A realização da hegemonia leva também em conta os interesses e tendências dos grupos subalternos, exigindo equilíbrio de compromissos, sacrifícios de ordem econômico-corporativa por parte dos dirigentes (GRAMSCI, 1980, p. 33). Nesse sentido, a hegemonia seria exercida na sociedade civil e se consistiria na busca por aliados para sua posição por meio da direção e do consenso (COUTINHO, 1984, p. 79).

Mais além, a hegemonia não é inerente às relações de poder internas ao circuito das nacionalidades. A unidade nacional, em Gramsci, não é uma realidade fechada em si mesma ou construída historicamente, senão um momento do desenvolvimento de um processo civilizatório maior (MELLO, 1996). O pano de fundo da obra

²⁰ Conforme ficará mais evidente quando falarmos em globalização contra-hegemônica.

²¹ Ver Nogueira (2003).

gramsciana é possibilitar, ainda que calcado na filosofia da *praxis* (no marxismo), uma outra hegemonia, que não está circunscrita às fronteiras nacionais e é realizada na sociedade civil: e aí está a possibilidade de interpretação da sociedade civil transnacional a partir da teorização gramsciana.

Trabalhando com esta perspectiva, estão alguns autores da Teoria Crítica das Relações Internacionais e entre eles, podem ser destacados Gill e Cox (GILL, 2007; NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Novamente sobre o conceito de hegemonia, estão as ideias de Cox (in GILL, 2007). Conforme Cox, uma hegemonia mundial seria, em seus primórdios, uma expansão para o exterior de uma hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante e esta torna-se modelo a ser imitado no exterior. Este modelo seria definido por três estruturas: econômica, política e social – estabelecendo regras de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuem além das fronteiras nacionais. Um dos mecanismos pelo qual a hegemonia mundial se expressa são as organizações internacionais. As organizações internacionais corporificam as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; são produto da ordem mundial hegemônica; legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; cooptam elites dos países periféricos e absorvem ideias contra-hegemônicas (COX, 2007). Devido às intimas relações entre organizações internacionais e ONGs internacionais, a mera possibilidade de uma “sociedade civil global” em Cox, é observada de forma pessimista: a cooptação dos agentes, menos do que construir uma outra hegemonia, levaria ao fortalecimento do *status quo*. Em Cox, a sociedade civil não está além das relações de poder entre Estado e mercado e continua sendo domínio de antagonismos de classe inerentes ao poder estrutural do Estado e do mercado (apud VILLA, 2009).

Gill (2007), por outro lado, acopla sua herança gramsciana às teorias dos novos movimentos sociais e vai propiciar uma reflexão mais otimista em relação à sociedade civil transnacional. Conforme o autor, a esquerda socialista do final do século XIX e do início do século XX preteriu o tratamento de questões voltadas a temas de condições de vida, questões étnicas, de gênero e ecológicas em relação a assuntos voltados à política de produção e às lutas entre trabalho e capital. Os movimentos sociais contemporâneos vão além do projeto político anterior, são mais diversificados e flexíveis, propondo uma mudança nas formas de ação política e contando com um “entendimento mais profundo das estruturas e dos processos de opressão” (GILL, 2007, p. 27). Ademais, possuem

objetivos que “se contrapõem especialmente àquelas tendências que procuram consolidar o projeto da globalização militante sob o império do capital” (GILL, 2007, p. 31), o que torna seu projeto de transformação mais relevante e ousado.

Articulando estas (e outras) visões, há a interessante pesquisa de Katz (2007) que se volta para as redes da sociedade civil global (SCG) a partir de Gramsci. Conforme a autora, o pensamento neogramsciano constrói dois modelos antagônicos de sociedade civil global, um no qual a SCG é cooptada pelas elites políticas e está somente mascarada enquanto oposição; e outro no qual a SCG representa a infraestrutura de resistência contra a hegemonia, sendo até mesmo representante de um bloco histórico contra-hegemônico que desafia o neoliberalismo. Para verificar se algum dos dois modelos representaria a realidade, Katz realizou um estudo empírico a partir da base de dados da *Union of International Associations* (UIA), com uma amostragem de 10.001 ONGIs. Um dos resultados desta pesquisa é que 73,6% dessas teriam suas matrizes provenientes da América do Norte (22,6%) e da Europa Ocidental (51%). Como resultado desta análise predominantemente quantitativa, Katz conclui que, para que a SCG passe a ser pensada como uma força contra-hegemônica, o enviesamento da rede na direção norte precisa diminuir.

A argumentação e o ponto de partida de Katz (2007) são interessantes, entretanto, suas conclusões precisam ser questionadas. Não é possível definir se há ou não compartilhamento do projeto hegemônico neoliberal se atendo somente à origem das ONGIs. Portanto, não é a mera ampliação de atores que “transformaria” a SCG em uma força contra-hegemônica – é necessário considerar, para além da origem dos atores, também os vínculos indissociáveis entre cultura e política. Para consolidar esta contra-argumentação à conclusão de Katz, trago a noção de projetos políticos de Dagnino²², ainda que esteja voltada para as sociedades civis nacionais latino-americanas.

Conforme Dagnino (2004, p. 98), a noção de projetos políticos se refere aos “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. Ao discutir a construção democrática na América Latina, a autora destaca a presença constante das disputas políticas e das disputas simbólicas que as subjazem – e que

²² Ainda que Dagnino não se autodenomine neogramsciana, sua noção de projetos políticos é utilizada “num sentido próximo à visão gramsciana” (DAGNINO, 2004, p. 98)

por vezes são, erroneamente, desconsideradas. A autora verificaria, no subcontinente, que há três termos que vêm sendo alvo de despolitização: sociedade civil, cidadania e participação (DAGNINO, 2004).

Dagnino compreende terceiro setor como diferente de uma derivação inofensiva da concepção tripartite de sociedade, que abarcaria as organizações sociais sem fins lucrativos. Para a autora não é possível falar no termo sem apontar para uma crítica aguda, que desvenda uma crise discursiva, que gera deslocamentos de sentido e que é marcada por “confluências perversas” entre projetos políticos democratizantes e neoliberais e sendo, na América Latina, um termo estrangeiro, um discurso importado que tem como fim substituir os termos sociedade civil e cidadania para esvaziá-los de seu conteúdo político (DAGNINO, 2004; DAGNINO et al 2006).

Quando projetos neoliberais protagonizam, os atores sociais passam a agir em um dissimulado tom apolítico, que pode, no mínimo, favorecer a desresponsabilização do Estado, com sérias consequências sociais. Tal cenário pode vir a enfraquecer o Estado e, consequentemente, a construção democrática ao não dar atenção, por exemplo, à ampliação do espaço público, ao adensamento das relações entre sociedade civil e sociedade política. Em outra via, há os projetos políticos de aprofundamento democrático, que reconhecem os limites da democracia representativa e atravessam Estado e sociedade civil para incorporar aos processos decisórios um alargamento das relações e das capacidades desses atores.

Corroborando a preocupação da autora sobre o papel do Estado está a noção de Cohen (2003), para quem o desenvolvimento das democracias nacionais é a condição sem a qual não se pode idealizar uma profícua sociedade civil internacional. Outra contribuição importante, contrastando com as ideias de Katz (2007), devido às confluências perversas de discursos e à heterogeneidade de projetos políticos estarem presentes em ambos os hemisférios, é a de que as argumentações sobre uma outra hegemonia possível pautada na sociedade civil transnacional precisam levar em conta fatores mais complexos do que a origem dos atores. Nesse sentido, especialmente a noção de projetos políticos de Dagnino será retomada ao final da análise realizada no terceiro capítulo, colaborando com a interpretação da orientação dos distintos modos de atribuições de sentido para a noção de desenvolvimento sustentável.

1.6 A GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA PAUTADA PELO COSMOPOLITISMO SUBALTERNO

Para compreender os diferentes sentidos para terceiro setor conforme a perspectiva geocultural, é interessante a contribuição de Santos (2008). O autor esclarece que na França, ao se falar em terceiro setor, refere-se à economia social. Nos Estados Unidos e Inglaterra, por sua vez, alude-se ao setor voluntário, às associações sem fins lucrativos. No chamado terceiro mundo, ao tratar do termo geralmente faz-se referência às organizações não-governamentais e às fundações empresariais. Mais do que uma questão idiomática, as distinções de sentido seriam socioculturais (SANTOS, 2008, p. 350-353).

A insurgência do termo decorreria, dentre outras razões, de um novo direcionamento dos fundos internacionais para o desenvolvimento, que deixariam de se voltar exclusivamente aos Estados periféricos para endereçarem-se também aos atores não-estatais (SANTOS, 2008, 358). Ainda que haja organizações éticas, há outras que poderiam ser de fachada, visando o lucro, ou ser dualistas, possuindo ao mesmo tempo lógicas capitalistas e solidaristas. Para Santos, dificilmente o terceiro setor pode, nestas condições, ser o porta-voz da democracia. Assim, o autor não enxerga, em qualquer hipótese, uma relação mutuamente exclusiva entre Estado e terceiro setor.

O terceiro setor não ressurgue num contexto de lutas sociais e políticas avançadas e que procuram substituir o Estado-providência por formas de cooperação, solidariedade e participação mais desenvolvidas. Ao contrário, ressurgue no início de uma fase de retração de políticas progressistas em que os direitos humanos da segunda e da terceira geração - econômicos, sociais e culturais conquistados pelas classes trabalhadoras começam a ser postos em causa [*pela mercantilização do modo de vida*], a sua sustentabilidade questionada e a sua restrição considerada inevitável (SANTOS, 2008, p. 356).

A apreensão de Santos estaria no fato da emergência do terceiro setor poder ser consequência de um vazio ideológico provocado pelas crises da social democracia, do Estado providência e do socialismo. Nesta direção, a colonização sistêmica do mundo da vida, preocupação de Habermas, é exaltada por Santos em sua problematização sobre o

terceiro setor. A preocupação com a eficiência levaria às organizações a se converterem em apêndices ou instrumentos de entidades internacionais ou do próprio Estado. Com tal colonização, se ausentariam do setor social os valores que subjazem o que Santos chama de “princípio da comunidade”: a cooperação, a solidariedade, a participação, a equidade, a transparência e a democracia interna (SANTOS, 2008, p. 356). Se tais princípios não são considerados, o terceiro setor pode se tornar algo como um despotismo micro-localizado, descentralizado – uma antítese do que poderia ser uma contribuição à democracia.

Todavia, tal contribuição habermasiana é somente um dos caminhos através dos quais o autor perpassa para compor sua teoria, com eixo fortemente normativo, que articula livremente modelos de democracia republicana, multiculturalista, deliberativa e participativa para ilustrar as possibilidades de uma globalização contra-hegemônica. Santos entende que além do problema da colonização sistêmica do mundo da vida, a sociedade precisaria enfrentar os déficits de redistribuição (igualdade) e de reconhecimento (diferença). Tal enfrentamento exige uma refundação democrática estatal. O quadro redemocratizado implica uma nova articulação entre democracia representativa e participativa, e o terceiro setor se posicionaria concomitantemente nos papéis de complementaridade, confrontação e oposição. Para tanto, o terceiro setor precisaria se democratizar, levando em conta os princípios de comunidade (SANTOS, 2008).

Por sua vez, o Estado não é considerado um sujeito estanque na teorização de Santos, mas sim um complexo “interesse setorial *sui generis* cuja especificidade consiste em assegurar as regras do jogo entre interesses setoriais” (SANTOS, 2008, p. 365). Em um contexto nos quais conflitos de interesses que configuram o espaço público ultrapassam o espaço-tempo nacional, tais regras do jogo entram em turbulência. Estas turbulências se evidenciariam no enfraquecimento do Estado na regulação social, na neutralização das virtualidades distributivas da democracia representativa e com isso esta passou a poder coexistir com formas de sociabilidade fascista e colonialista. Mais além, devido às questões de política em muitos países terem sido confinadas ao Estado, aos poucos deixa-se de garantir a democraticidade das relações políticas no espaço público não estatal (SANTOS, 2008, p. 360-369).

Se se permitir que a lógica do mercado transborde

da economia para todas as áreas da vida social e se torne o único critério para a interação social e política de sucesso, a sociedade tornar-se-á ingovernável e eticamente repugnante, e, seja qual for a ordem que se venha a efetivar, ela será de tipo fascista, como de fato Schumpeter (1962[1942]) e Polanyi (1957 [1944]) previram décadas atrás. (SANTOS, 2008, p. 193)

O conceito de fascismo social, em Santos (2008), é central por exigir confrontos e alternativas. O fascismo social significaria o perigo iminente dos processos sociais levarem à exclusão irreversível de grandes setores populacionais. É negar a inclusão ou expulsar milhões de pessoas de um contrato social. O fascismo social mascara-se e pode coexistir com o Estado democrático representativo. A articulação entre Estado e comunidade, a democracia participativa, é uma das armas contra o fascismo social. Entretanto, o fascismo social é simultaneamente local e global.

Durante muito tempo, e talvez ainda mais hoje, numa época de vertiginosa transculturação desterritorializada sob a forma de hibridação, as questões sobre a desigualdade de poder permaneceram sem resposta: quem hibrida quem e como? Com que resultados? E em benefício de quem? O que é que, no processo de transculturação, não foi além da desculturação e do *sfumato*²³ e por que? Se é, de fato, verdade que a maioria das culturas foi invasora, não é menos verdade que algumas invadiram como senhoras e outras como escravas (SANTOS, 2008, p. 215).

A alternativa e o enfrentamento ao fascismo social estão na globalização contra-hegemônica. Santos não vai fazer referência a uma sociedade civil transnacional e, ainda que o autor proponha a

²³ O *sfumato* é uma técnica de pintura barroca que o autor destaca enquanto metáfora por sua origem ibérica, por estar presente na América Latina e, em especial, por tornar mais branda a intensidade dos contornos e as cores entre os objetos. O *sfumato* metaforizaria a subjetividade barroca, que tornam próximas e familiares às distintas inteligibilidades, possibilitando diálogos interculturais (SANTOS, 2008, p. 208).

aproximação entre sociedade civil e Estado, sua noção de sociedade civil está muito mais próxima do conceito dual hegeliano do que daquele conceito tripartite definido anteriormente (SANTOS, 2003, p. 115-123). Entretanto, sua proposta de globalização contra-hegemônica exige sociabilidades alternativas (SANTOS, 2008, p. 338), as quais ele encontra difundidas em maior ou menor escala no Sul, e em especial na América Latina, em suas organizações e movimentos sociais que, acostumados que estão em lidar com a diferença, pautam a noção de cosmopolitismo subalterno.

Assim como o Estado democrático, a globalização contra-hegemônica precisaria ser alicerçada pelos sentidos de igualdade (redistribuição) e reconhecimento (diferença). Santos traz à tona críticas ao universalismo para, assim, tratar o âmbito da diferença. Tais críticas, postas enquanto questionamentos, são as seguintes: por que uma concepção tão estranha e tão excludente de totalidade obteve tão grande primazia nos últimos duzentos anos? Quais os modos de confrontar e superar essa concepção de totalidade obcecada pela forma da ordem? (SANTOS, 2008, p.105). Se a primeira resposta é abordada pelas sociologias críticas, pelos estudos culturais, feministas e pós-coloniais, Santos tenta responder ao segundo questionamento com a sua noção de cosmopolitismo subalterno.

O cosmopolitismo subalterno reconhece que a compreensão ocidental do mundo é insuficiente para apreender à realidade. Haveria inúmeras compreensões não-ocidentais que, ao se hibridizarem, levam em conta componentes ocidentais e não-ocidentais, sendo virtualmente infinitas. Esta diversidade epistemológica, se por um lado impede a formação de teorias gerais, por outro evidencia inúmeras constelações de sentido voltadas à emancipação. Ainda que esteja em um momento embrionário, compõe-se sobre redes, ações coletivas, organizações e movimentos em oposição à exclusão social, econômica, cultural e política existente na contemporaneidade e norteadas pelo projeto político capitalista²⁴. Enquanto movimento de oposição às relações de poder desiguais, o cosmopolitismo subalterno pauta-se por um *ethos* redistributivo, tanto de recursos materiais como também sociais, políticos, e culturais. Tal *ethos* funda-se simultaneamente no princípio

²⁴ Com Quijano (2009) e Grosfoguel (2008), agrego à hegemonia do projeto político capitalista também as hegemonias patriarcal, logocêntrica e da colonialidade do poder implicadas no sistema contemporâneo, conforme será melhor demonstrado no capítulo seguinte.

da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença (SANTOS, 2008).

A estrutura dessa pesquisa, primeiramente de discussão sobre os conceitos de sociedade civil para além das fronteiras nacionais e então, de apresentação da abordagem pós-colonial, tem as noções de Santos de globalização contra-hegemônica e de cosmopolitismo subalterno enquanto elo. Inclusive, por considerar em suas teorizações as abordagens pós-coloniais, o autor será novamente referenciado no próximo capítulo, em suas noções de hibridação e pensamento de fronteira. Mais além, a análise de discursos de ativistas protagonistas nos processos de influência da SCT na Rio-92 retomará as contribuições de Santos, para desvendar sentidos para o envolvimento e formas de ação dos ativistas participantes do evento.

1.7 PROBLEMATIZAÇÕES E AGENDA DE PESQUISA

Partindo das perspectivas traçadas, ao se pensar em possíveis contribuições não-democráticas da sociedade civil transnacional, salta aos olhos a materialidade de projetos confiados às ONGs por atores estrangeiros. Conforme as perspectivas de redes, as ONGs estão entre as principais articuladoras da SCT. Podemos afirmar, com Teixeira (2001, p. 64), que é arriscado que haja um envolvimento

meramente institucional e tecnicista com as entidades oficiais, resultando em restrições à atuação das organizações da sociedade civil, merecem ser considerados e enfrentados com uma articulação mais intensa, reflexão conjunta, intensificação do debate público nos diversos fóruns e maior aproximação com as organizações locais de base .

Nesta direção, nos serve uma das críticas neogramscianas, que desconfia das aberturas institucionais das ONGs para a sociedade civil por entender que tais instituições existem visando manutenção do *status quo*. Mais além, não somente as ONGs como também movimentos sociais e outras associações da sociedade civil não podem ser tomados necessariamente como polos de virtuosidade democrática. Ainda que imperfeita, encontra-se na sociedade civil (nacional e transnacional) um importante ator para o desenvolvimento democrático, especialmente por

seu potencial contra-hegemônico e emancipatório.

Se Cohen (2003) destaca que a legitimidade da democracia está no Estado nacional devido a sua capacidade de representação, como lidar com a inexistência de limites para problemas transnacionais ou com as ações coletivas, que não observam fronteiras menores que suas múltiplas identidades, valores, projetos e adversários? É possível começar a responder a esta inquietação através da seguinte ponderação:

se temos que procurar uma fonte de “autoridade” e legitimidade da sociedade civil internacional esta tem que ser procurada antes num critério *ad hoc* ou de caráter não institucionalizado, que não corresponde aos padrões históricos da democracia formal ou representativa. A fonte de legitimidade da sociedade civil internacional teria que ser procurada no caráter quase dramático do debate no qual se articulam, isto é, nas respostas societais globais que apresentam, face os desequilíbrios sistêmicos gerados por fenômenos como desequilíbrios ecológicos e a crise humanitária, e do modo como esses desequilíbrios afetam os aspectos de bem-estar da economia, da saúde, da identidade cultural e da qualidade de vida dos cidadãos de todo o planeta. (VILLA, 2009, p. 210).

As perspectivas traçadas neste capítulo são distintas entre si, por vezes transbordam o termo guarda-chuva de sociedade civil transnacional proposto ou somente o complementam contextualmente. Entretanto, observando as redes de movimentos ou as redes transnacionais de *advocacy*, objetivando destacar o confronto político transnacional ou construir uma globalização contra-hegemônica, há alguns pontos em comum que oferecem fôlego a uma análise crítica do fenômeno. Essas perspectivas têm como pano de fundo a problematização das influências recíprocas entre local e global e, portanto, os novos papéis e desafios que surgem para os cidadãos em conjunto com o aprofundamento dos processos da mundialização.

O complexo universo da sociedade civil transnacional é, na realidade, pluriversal. Há diversas agendas de pesquisas em andamento sobre o tema, mas, a partir das contribuições delineadas proponho que os fractais de ação da sociedade civil transnacional (quais sejam suas redes informais, relações formalmente institucionalizadas, mobilizações

na esfera pública ou outros), também possam ser interpretados mobilizando os seguintes questionamentos interrelacionados:

- Qual a origem dos agentes em interação?
- Os agentes possuem sentido emancipatório ou reproduzem a estrutura social posta?
- Como se dão as articulações entre os agentes da sociedade civil?
- Como se dão as articulações da SCT com Estados, organizações intergovernamentais, mercado, e/ou opinião pública?
- Como se dá a construção dos discursos comuns?
- Quais projetos políticos estão em jogo?
- Os projetos políticos estão em confronto antagônico ou podem ser hibridizados?
- Se hibridizados, quem hibridizou quem?
- Quais os alcances da influência da SCT sobre outros atores?
- Quais os alcances da influência dos outros atores sobre a SCT?

Com bastante esforço interpretativo, tais questionamentos podem revelar importantes ponderações sobre o papel da SCT nas reconfigurações de poder no âmbito mundial, na investigação de uma possível globalização contra-hegemônica. Tal agenda de pesquisa será levada em consideração neste trabalho, que contará com o estudo de caso empírico de um dos maiores marcos da insurgência da SCT, como se poderá perceber nas próximas páginas.

2 OLHARES PÓS-COLONIAIS

A cultura e especificamente a cultura política ocidental é tão indispensável quanto inadequada para se compreender e transformar o mundo. (Boaventura de Sousa Santos)

As bases para os estudos pós-coloniais se estabelecem entre 1950 e 1975, justamente em um relevante momento de descolonização política no cenário internacional, também quando irrompe a guerra fria. Um argumento em comum dos autores pós-coloniais²⁵ é o seguinte: se houve uma descolonização político institucional, a mesma não foi acompanhada pela descolonização das relações sociais.

Em geral, os estudos pós-coloniais propõem uma reinterpretação da modernidade a partir do olhar do “outro”, do excluído. Mesmo o reconhecimento da origem da modernidade distingue-se daquela concepção frequentemente aceita como verdadeira. Se muitos autores entendem que a modernidade inicia-se com os fenômenos europeus do iluminismo, da reforma protestante e da revolução francesa, autores latino-americanos orientados por outra noção assumem que a gênese da modernidade está em 1492, com a chegada dos espanhóis na América, primeiro momento e local de aplicação desse padrão de poder de vocação mundial (QUIJANO, 2005), e o consequente “encobrimento do outro” (DUSSEL, 1993).

Nessa perspectiva, a modernidade só pôde se originar no confronto, com violência, em uma dinâmica de vencedores e vencidos, vítimas colonizadas e algozes conquistadores (DUSSEL, 1993). Esta compreensão não objetiva negar a razão moderna, mas sim evidenciar os elementos irracionais indispensáveis para a inauguração do período, quais sejam, as violências do período colonial. O que convencionalmente tratamos por início das grandes explorações, um expansionismo europeu marcado pela dominação ibérica das Américas, é o início do período colonial que Dussel (2005) chama de “outra face” da modernidade. De acordo com este autor, compreender a modernidade em seu sentido mais amplo perpassa tanto pelo desenvolvimento da racionalidade ou da industrialização como pela compreensão dos

²⁵ Neste trabalho, trataremos o conjunto de abordagens da colonialidade, descolonial, pós-colonial de oposição e pós-coloniais, por sua proposição mais geralmente utilizada, a “pós-colonial”.

processos de colonização através da dominação violenta dos povos, das culturas, do gênero feminino e do ambiente. Neste sentido, ao analisar a modernidade é importante ressaltar a relevância da história de sacrifícios justificados irracionalmente pelo processo civilizatório, abandonando uma percepção meramente eurocêntrica. Conforme o mesmo autor, o processo de modernização racional hegemônico envolve a “falácia desenvolvimentista” (DUSSEL, 2005, p. 5) e é emancipador apenas para aqueles que não fazem parte da periferia.

Ao realizar uma crítica aos nacionalismos, colonialismos e fundamentalismos eurocêtricos e terceiro-mundistas, Grosfoguel (2008) pretende se afastar de uma explicação reducionista ao âmbito econômico, para considerar também a questão da cultura. O tratamento de temas críticos ao poder no mundo contemporâneo deve ser feito a partir de uma perspectiva que supere dicotomias, sendo mais adequado o conceito amplo de “sistema mundo europeu/euro-norte-americano/moderno/capitalista/colonial/patriarcal” (GROSFO-GUEL, 2008, p. 1) do que uma reflexão estrita sobre um capitalismo global, que desconsideraria o âmbito cultural e privilegiaria somente as estruturas econômicas.

A proposta normativa tanto de Grosfoguel como de Dussel é de transmodernidade, visando considerar a “alteridade negada” (DUSSEL, 2005, p. 6) de vítimas dos processos ditos civilizatórios, em um “projeto de diversidade anticapitalista descolonial, universal e radical” (GROSFOGUEL, 2008, p.22). A transmodernidade vai compreender o resgate de contra-discursos não hegemônicos e silenciados da “alteridade negada” (DUSSEL, 2005, p. 6), e supera a modernidade por pensá-la desde a perspectiva do “Outro” excluído (DUSSEL, 1993; ESCOBAR, 2005).

Na perspectiva descolonial de Mignolo (2003), haveria uma razão colonial sendo construída, composta de forma distinta daquela razão observada na Europa, com outros termos que não os forjados por intelectuais europeus ou norte-americanos que entenderiam que seu *locus* de enunciação é privilegiado em detrimento dos demais.

De acordo com Mignolo (1995), o discurso pós-colonial caracteriza-se pela emergência dos *loci* de enunciação diferenciais de autores geralmente provenientes dos países do chamado “terceiro mundo”. A razão pós-colonial é diferencial e desloca conceitos e práticas articulados até então para considerar a multiplicidade de pensamentos, narrativas, culturas, gêneros e etnias. Ao considerar a emoção e a sensibilidade como qualidades das sociedades pós-coloniais, justamente complexifica a noção de que há outras

racionalidades possíveis. Essas outras racionalidades poderiam ser constituídas por valores e imagens de mundo diversas, que não precisariam estar necessariamente descoladas de visões espiritualistas e não por isso seriam evolutivamente inferiores às culturas que partilhassem de imagens de mundo secularizadas.

O deslocamento de conceitos proposto por Mignolo, esta mudança de termos das teorizações eurocêntricas que são relevantes para a constituição de uma razão colonial, estão presentes em sua noção de pensamento de fronteira. O conceito aponta para um novo tipo de hegemonia – que seja múltipla e tenha como projeto a diversalidade.

O projeto de diversalidade não concebe o Estado como *locus* exclusivo das transformações sociais e políticas mais relevantes, uma vez que os problemas derivados do colonialismo e do capitalismo são mundiais. A abordagem da colonialidade/modernidade (MIGNOLO, 2003), assim como a abordagem pós-colonial, questionam a subalternidade para além dos fatores econômicos e permite a compreensão de que a concretude da atuação dos agentes da sociedade civil exige ligações locais e globais (GROSFOGUEL, 2008). Ainda que as ferramentas analíticas dessas abordagens ainda não estejam cristalizadas, suas ênfases nas origens geoculturais, na hibridação de discursos, nas possibilidades alternativas de emancipação, no tratamento das questões identitárias e na insurgência de um pensamento de fronteira colaboram com uma análise crítica aos fenômenos *transnacionais*.

Para as abordagens pós-coloniais, não há modernidade sem colonialismo (ESCOBAR, 2005). Com o final das administrações coloniais, os povos subjugados pelo “encobrimento” teriam saído do período de colonialismo para participar de um momento de colonialidade. Tal termo ressalta a continuidade das formas de dominação mesmo com o fim das administrações coloniais (GROSFOGUEL, 2008). Conforme Escobar,

A colonialidade é o lugar onde a diversalidade como projeto universal pode ser pensada, onde a questão das linguagens e conhecimentos se tornam cruciais como lugar do pluriversal – isto é, o tradicional que o moderno está apagando e eliminando. (ESCOBAR, 2005, p. 73, tradução da autora).

Ainda pensando sobre a colonialidade, entretanto observando uma conotação ainda mais política, cabe evidenciar a concepção de Quijano sobre a colonialidade do poder. De acordo com esse autor, a colonialidade do poder representaria o modelo hegemônico de poder global instaurado desde o final do século XV e que articula raça e trabalho, espaço e gentes, de acordo com as necessidades do capital e para o benefício do homem branco europeu. É a colonialidade do poder que impede a percepção de nossa própria experiência histórico social e por vezes leva a admitir a perspectiva eurocêntrica como verdadeira (QUIJANO, 2005, 2009). A frase de Grosfoguel sintetiza bem esta ideia: “o êxito do sistema mundo colonial moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes” (GROSFOGUEL, 2008, p. 04).

Nesta perspectiva, a eficácia da atuação dos movimentos sociais exige ligações locais e globais (GROSFOGUEL, 2008). De acordo com Scherer-Warren (2009), são as redes de movimento que, por seu caráter horizontal e solidário, possuem a dinâmica necessária para relacionar os mais diversos agentes da sociedade civil que pretendam a realização da descolonização. Conforme Martins,

o pensamento do Sul avança na perspectiva de organização de espaços transnacionais, por se constituir desde o reconhecimento da pluralidade de margens que se tornam centros peculiares. Estes, sem negar o valor dos espaços nacionais, passam a servir como suporte epistêmico para o nascimento de importantes redes sociais e movimentos globais como as diásporas, os foros sociais transnacionais e as grandes mobilizações urbanas que apontam para uma nova consciência cidadã e que não se limitam mais aos direitos republicanistas. (BARROS; MARTINS, 2011, p. 13).

Estes traços da abordagem pós-colonial contemplam objetivos transnacionais e que vão além da teoria, de certa forma instrumentalizando as ações e as culturas políticas na periferia. Isso é o que nos permite tentar apontar algumas aproximações e afastamentos da experiência empírica da participação da sociedade civil na Eco 92 em relação tanto ao contexto como aos seus projetos concomitantes.

2.1 O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO

Seriam significantes de um mundo subdesenvolvido, ou “terceiro mundo”, a superpopulação, a ameaça da fome, da pobreza, e do analfabetismo. Tais campos de significado facilitariam a dominância de uma noção exclusivamente ocidental e eurocêntrica, que marginaliza e desqualifica concepções diferentes (ESCOBAR, 1995). Para Escobar (ESCOBAR, 1995, p. 5-10), o discurso do desenvolvimento produz um componente geopolítico, um poder espacial que se demonstra em expressões como Norte e Sul²⁶, Primeiro e Terceiro Mundo, centro e periferia, e que se vincula com a criação de diferenças, subjetividades e ordens sociais. Na obra *“Encountering Development: The making and unmaking of the Third World”* (Encontrando desenvolvimento: o fazer e refazer do Terceiro Mundo), de 1995, Escobar disserta sobre o discurso do desenvolvimento e suas imbricações com a noção de terceiro mundo, tendo por objetivo aceder a uma era de pós-desenvolvimento, que exigiria resistência das comunidades no campo dos signos. Ademais, o momento da obra é especialmente interessante, devido à coincidência de período com o estudo de caso proposto.

No tom da crítica pós-colonial, Escobar propõe que o discurso do desenvolvimento insurge no período pós-II Guerra Mundial, e é uma das faces contemporâneas da modernidade. O discurso do desenvolvimento imprime em seus sentidos que as sociedades do chamado terceiro mundo devem ter como modelo inquestionável a Europa e os Estados Unidos. Envolve conhecimentos realizáveis como práticas, conceitos e teorias que contemplam um sistema de poder, que leva as pessoas a se reconhecerem enquanto desenvolvidas (localizadas no Primeiro Mundo) e subdesenvolvidas (localizadas no Terceiro Mundo) (ESCOBAR, 1995, p. 10-12).

Mulheres, camponeses e meio ambiente teriam passado por um

²⁶ Atualmente, cabe destacar que as distinções entre Norte e Sul apontam para uma divisão menos geográfica do que simbólica e política (MARTINS; BARROS, 2011), situando o primeiro no campo de um pensamento dominante, para usar o termo de Grosfoguel, proveniente do sistema mundo europeu/euro-norte-americano/moderno/capitalista/colonial/patriarcal, e pensamento do sul para o conjunto de reflexões alternativas.

processo de “desenvolvimentização” (*developmentalization*). Especificamente no campo ambiental, insurge a noção de desenvolvimento sustentável. Escobar (1995, p. 193) concorda com a emergência de significância para desenvolvimento sustentável a partir do Relatório Nosso Futuro Comum, ou Brundtland. Os redatores do Nosso Futuro Comum, para o autor, seriam meros comissários do Banco Mundial, fortalecedores de uma modernidade que exige que todos compartilhem de uma vida produtiva.

Um importante aspecto discursivo do relatório é a ênfase no gerenciamento dos problemas globais. Tal ênfase seria uma forma de manter os modelos de desenvolvimento e crescimento da modernidade ampliados para o globo como um todo, e a responsabilidade pelo gerenciamento seria predominantemente de homens brancos ocidentais. Para Escobar, o Relatório Brundtland sistematizaria a assunção de que a mão branca do Ocidente salvaria a Terra. É importante reconhecer que, assim como o próprio capital, também o discurso pode gerar transformações nas condições de produção, e que desenvolvimento sustentável é uma das tentativas de articular capitalismo e modernidade, ao ressignificar a própria Terra, a vida humana e a natureza (ESCOBAR, 1995, p. 202-203). Tal visão de mundo se consolidaria mediante sua aceitação por movimentos sociais e culturas locais.

Uma consequência dessa concepção seria tomar como dada a escassez de recursos. Afinal, uma das finalidades do desenvolvimento sustentável seria o encontro de formas mais eficientes do uso de recursos, sem, entretanto, colocar em risco a sobrevivência, numa busca por produzir mais com menos. Nessa linha, haveria a necessidade apenas de pequenos ajustes para que o sistema econômico entrasse em uma era de desenvolvimento que soe como ambientalista, sem considerar que o padrão econômico não conseguiria levar em conta o meio ambiente sem uma grande reforma (ESCOBAR, 1995).

As comunidades étnicas e camponesas das florestas tropicais passaram a ser tratadas como donas de seus territórios – mas apenas a partir de quando assumem a tratá-los, e a si mesmos, como reservas de capital. Os projetos referentes à biodiversidade e manejo sustentável, na lógica do capital e do desenvolvimento sustentável, passariam a ser um negócio de suas responsabilidades, e um negócio de economia mundial. A lógica por trás dos discursos de desenvolvimento sustentável e da biodiversidade é o uso racional do ambiente, a conquista da natureza (ESCOBAR, 1995).

Em um embate ao neoliberalismo, faz-se necessário articular com movimentos mais amplos por justiça, redistribuição de recursos

econômicos e ecológicos, propondo alternativas e resistindo às tendências de essencialização da diferença e de individualização (ESCOBAR, 1995, p. 133). A noção de biodiversidade enquanto recursos genéticos a serem protegidos através da propriedade intelectual é incompatível com a concepção mais relacional de que a natureza é mais do que uma “entidade lá fora, mas sim está profundamente arraigada às práticas coletivas dos humanos, que se veem como seres integralmente conectados a ela” (ESCOBAR, 2005, p. 137).

Conforme Escobar (2005), a diferença cultural não se mostra apenas na diversidade, mas também nos efeitos distributivos das predominâncias culturais e de suas lutas. A partir dessa perspectiva, o individualismo, por exemplo, pode ser concebido enquanto uma prática cultural, que é de origem liberal, pautada por direitos burgueses relacionados à propriedade. Sendo o individualismo predominante, as visões relacionais do mundo retrocedem. Tal prática cultural seria incompatível com os direitos coletivos por território e recursos naturais; ou com o caráter coletivo dos conhecimentos tradicionais; e tampouco com uma representação coletiva e autonomia cultural e política (ESCOBAR, 1995, p. 131).

Os processos discursivos do desenvolvimento sustentável legitimariam o capital através de complexas articulações. Para fazer frente ao discurso dominante, seria necessário dar visibilidade às comunidades, às culturas locais, aos movimentos sociais para que resistam aos incursos dos sistemas de significado propostos pelas novas formas de organização do capital e, ao mesmo tempo, construam estratégias e alternativas de racionalidades produtivas (ESCOBAR, 1995). Nessa direção, o incentivo do autor é para as alternativas ao desenvolvimento, antes de desenvolvimentos alternativos.

2.2 PENSAMENTO E SUBJETIVIDADE DE FRONTEIRA

A concepção de Mignolo (2003) de pensamento fronteiro (ou pensamento liminar²⁷), dá pistas para nossa compreensão sobre as matizes da atuação de uma sociedade civil transnacional, protagonizada também por seus agentes oriundos do Sul. Cada vez mais, as fronteiras são perenes, atravessadas, combinadas e ressignificadas. Mignolo revisa

²⁷ *Border thinking* em inglês, e *pensamiento fronterizo* em espanhol, são os termos usados nos títulos da obra aqui trabalhada (MIGNOLO, 2003).

suas noções de hermenêutica pluritópica e semiose colonial para constituir a ideia de pensamento, gnose e gnosilogia liminares. Para o autor, o pensamento fronteiriço corresponde ao pensamento de uma razão subalterna que absorve e desloca as formas de conhecimento hegemônicas (MIGNOLO, 2003, p. 35), emergindo dos conflitos no terreno dos signos que ocorrem no entrelugar entre os conflitos de saberes e as estruturas de poder.

Nesse sentido, Mignolo denota que o universalismo do pensamento europeu obscurece as histórias locais que foram subalternizadas durante o período colonial, gerando uma autocompreensão problemática ainda presente dentre os grupos sociais provenientes do lado oprimido da diferença colonial, nas fronteiras externas de um sistema mundo colonial/moderno²⁸. Conforme o autor (MIGNOLO, 2003, p. 11), nas fronteiras internas estão as histórias locais que escrevem os projetos globais; nas fronteiras externas, por sua vez, estão as histórias locais que os recebem, rearticulam e ressignificam. O pensamento liminar, então, surge em um momento de fissura de um imaginário que não considera as sabedorias (gnoses) provenientes das histórias locais que não desenharam os projetos globais, objetivando uma descolonização intelectual e uma consequente descolonização política e econômica. A pretensão maior é que o pensamento fronteiriço subsidie a emergência de outra forma de hegemonia, que seja plural, que sejam hegemonias múltiplas ou, em seus termos, um projeto de diversalidade.

Reconhece-se, com Mignolo (1995, 2003), que há sabedorias, racionalidades outras, presentes onde correntemente lemos como a metáfora do Sul (ou, conforme o mesmo autor, do lado subalternizado da diferença colonial) e que estas estão em diálogo com as formas de conhecimento procedentes do chamado Norte, se reapropriam dessas formas e as deslocam em seu entrelugar, nas margens. Tal reconhecimento desperta inquietações²⁹ sobre a passagem de um

²⁸ Sistema mundo colonial/moderno é um conceito que revisa o conceito de sistema mundo de Wallerstein, adicionando à análise o componente da colonialidade do poder, teorizado por Quijano (ver QUIJANO, 2009, p. 22).

²⁹ Entretanto, ainda que o pensamento liminar de Mignolo ofereça caminhos possíveis para esta investigação, entende-se que somente com ele não seria possível tratar cautelosamente do complexo objeto em estudo. Em especial porque, mesmo que o autor intente construir uma macronarrativa (2003, p. 47), sua ênfase em histórias locais em conflito não oferece fôlego suficiente para uma análise voltada às interações transnacionais – já que

pensamento de fronteira para a consequente descolonização política. A ímpar participação da sociedade civil em uma conferência localizada no Sul pode ser um exemplo paradigmático para tratar tal passagem dos pensamentos de fronteira às ações locais e mundiais.

Por sua vez, para retornarmos ao pensamento de Santos, é importante trazer sua exposição sobre o período de transição paradigmática no qual o autor compreende que estaríamos - a transição que representaria a passagem do pensamento moderno a um pensamento outro, que para emergir exige “um novo senso comum emancipatório e uma nova subjetividade individual e coletiva com capacidade e vontade de emancipação” (SANTOS, 2001, p. 331). Não haveria um modelo ou receita para tal transição, mas o autor apresenta alguns de seus diagnósticos a respeito de como o novo paradigma surge. Dentre os espaços que conteriam em si a sociabilidade adequada para a transição paradigmática estão os espaços fronteiriços.

Para ele, o paradigma emergente despontaria em espaços fronteiriços, nas margens, uma vez que nesses espaços a sociabilidade seria privilegiada, por atentar para o outro, para o diferente, reconhecendo na diferença possibilidades para o enriquecimento mútuo (SANTOS, 2001, p. 350). Conforme Martins, em Santos “as fronteiras ou margens do sistema mundial são espaços mais abertos para se recriar novos pensamentos liberatórios, o que é particularmente relevante num contexto de esgotamento das forças expansivas da modernidade europeia” (MARTINS; BARROS, 2011, p. 12).

Na transição, a subjetividade de fronteira não agiria somente dentro da paradigma emergente, mas sim “navegaria por cabotagem” (SANTOS, 2001, p. 354-355), em ziguezague, e ora seguiria o paradigma dominante, ora o emergente. Além disso, tal subjetividade também combina participação e autoria, ultrapassando a distinção sujeito e objeto (idem). Seriam muitas as margens, as escalas e os mapas que orientam os que vivem na fronteira. Para viabilizar o emergente paradigma, as margens se acoplarium ou se agrupariam em

nem todas são eminentemente locais ou conflituosas. Mais além, compreende-se que os projetos, ainda que nem sempre globais, estão sempre presentes, não sendo somente acatados e retrabalhados – e o papel de desenhista de projetos fica restrito no trabalho de Mignolo, por vezes sendo exclusivamente observado dentre Estados-nações ricos (MIGNOLO, 2003, p. 10, 46, 64, 99, 376) e corporações transnacionais (MIGNOLO, 2003, p. 99). Discorda-se, então, de algumas das orientações de sua concepção.

constelações e, na transição, diminuem-se os centros e multiplicam-se as margens.

A ideia de diminuição de centros relaciona-se justamente à proposta de diminuição de espaços de desenvolvimento capitalistas, expansionistas e injustos baseados na dupla hierarquia global: norte/sul e ocidente/oriente. Tal hierarquia somente poderia deixar de existir quando as subjetividades que fazem frente a ela construírem uma outra sociabilidade, que seja democrática, ecológica, tenha como diretriz a emancipação, e pretenda um sistema de relações internacionais e transnacionais diferente: a globalização contra-hegemônica pautada pelo cosmopolitismo subalterno (conforme capítulo 1).

A concepção de Santos inclui o Sul do Sul, o Norte do Norte, o Sul do Norte e o Norte do Sul – ou seja, complexifica a organização do sistema a ser superado para além de uma relação dual polarizada. Santos nos convida a pensar a cultura ocidental como concomitantemente indispensável e inadequada para entender o mundo, considera o próprio colonialismo interno às nacionalidades, e articula sua análise do pós-colonialismo com outros sistemas de poder e de discriminação que tecem as desigualdades do mundo, tentando desenhar novas alternativas para confrontar esta realidade (SANTOS, 2004, p. 33). É forte para o autor a necessidade que os povos do Norte critiquem a relação imperial ou colonial, reconhecendo que há um agressor, que a agressão é injusta e desumanizante, e que é mister se reconhecer com a vítima e se desfamiliarizar do Norte, para que a agressão acabe. Essas fases da crítica seriam, respectivamente, aprender que existe um Sul, aprender a ir para o Sul e aprender a partir do Sul e com o Sul (SANTOS, 2001).

Se na década de 1980 Santos traça seu conceito de pós-modernismo de oposição, nos anos 2000 o mesmo autor vai traçar o conceito de pós-colonialismo de oposição – tomando por base o primeiro mas englobando uma outra dimensão epistêmica, a aprendizagem com o Sul. O pós-colonialismo de oposição radicalizaria a crítica à modernidade ocidental, propondo uma nova teoria crítica que não convertesse a noção de emancipação social em nova forma de opressão (SANTOS, 2004, p. 05). O autor considera que deve ser reinventada a ideia de emancipação – e que não há soluções modernas para isso. Como um dos caminhos possíveis para a emancipação, Santos aponta a aproximação de diferentes ideários, conforme será discutido no próximo item.

2.3 DISCURSO E HIBRIDAÇÃO

No sentido da construção da transição paradigmática voltada à emancipação social, tão relevante para o discurso-ação emancipatório quanto a emergência de um pensamento fronteiriço é o fenômeno da hibridação. Há uma pluralidade de projetos coletivos e para torná-los possíveis em suas realizações, não poderia haver uma implantação hierárquica – o esforço exigiria procedimentos de tradução no lugar de uma formulação de teoria geral de transformação social (SANTOS, 2008). Ele entende que a hibridação é a atração dos limites “para um campo argumentativo que nenhum deles, em separado, possa definir exaustivamente. Esta incompletude torna os limites vulneráveis à ideia dos seus próprios limites e abertos à possibilidade de interpenetração e combinação com outros limites” (SANTOS, 2001, p. 356). Tal interpenetração e a combinação entre diferentes ideários, projetos e valores pode ser um importante elemento para a análise da construção de discursos e repertórios de ação durante o evento estudado, que agregou uma enorme diversidade de grupos e motivações. Santos ressalta a importância da consciência da relação de poder que intervêm na hibridação e a necessidade de investigar quem hibrida quem, o que e com quais objetivos.

Para evidenciar a noção de hibridação, observaremos ainda a compreensão de Bhabha. A noção de diferença cultural é central para os estudos pós-coloniais. Homi Bhabha, indiano, estaria entre os autores que melhor refletem a aproximação pós-colonial ao pós-estruturalismo³⁰. De acordo com Bhabha, os hibridismos culturais insurgem durante as transformações históricas, e é a articulação, a

³⁰ Conforme Costa (2006a), uma forma de categorizar as filiações epistemológicas dos autores pós-coloniais é distinguindo os autores que buscam os fatos e conexões que possam redimensionar a posição do (pós) colonizado na modernidade daqueles outros autores que, mais próximos do pós-estruturalismo, vão enfatizar os vínculos entre discurso e poder para modificar fronteiras culturais e buscar um lugar de enunciação pós-colonial (COSTA, 2006a, p. 122). De certa forma, para localizar alguns autores centrais ao debate nesse sentido, é possível compreender que o autor citado anteriormente, o argentino-mexicano Enrique Dussel, seria um representante dessa persecução pelo redimensionamento do papel das sociedades colonizadas. O argentino Walter Dignolo e o colombiano Arturo Escobar estariam num centro articulador entre ambas as perspectivas, Dignolo mais próximo de Dussel, e Escobar mais próximo de Bhabha..

negociação, constante dessas diferenças a partir das minorias que pretende autorizar tais hibridismos (BHABHA, 1998, p. 21). Para o autor,

a diferença cultural é o processo de enunciação da cultura como “conhecível”, legítimo e adequado à construção de sistemas de identificação cultural. (...) a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. (...) O conceito da diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida no momento da diferenciação (BHABHA, 1998, p. 64 – grifos do autor).

Bhabha (apud CARVALHO, 2001) demonstra que os “vencedores” da dialética colonial precisam estruturar um discurso de autoridade em uma linguagem de dominação – e que este discurso é frágil. Nesta perspectiva, Bhabha desenvolve sua teorização sobre o intervalo vazio do terceiro espaço, apoiado em Bakhtin e em sua noção de exotopia: o discurso dá passagem a um hiato, a um espaço que não pertence nem a mim nem ao outro.

O processo de reinscrição e negociação – a inserção ou intervenção de algo que assume novo sentido – acontece no intervalo de tempo entre o signo, privado de subjetividade e no escopo da intersubjetividade. Neste intervalo – a quebra temporal da representação – emerge o processo da agência (BHABHA, apud COSTA, 2006, p. 10).

É no espaço vazio entre a língua e a sua realização concreta que Bhabha observa que o subalterno pode “capitalizar a inconsistência simbólica dominante a seu favor e devolver o caráter híbrido, precário, frágil dessa ordem que se apresenta como autoridade incontestada, legítima, superior, constante, imutável” (CARVALHO, 2001, p. 125). A pretensão hegemônica do enunciado, conforme Bhabha, deveria ser

acompanhada por uma imediata negociação de significado.

O que está em jogo, de fato, é a luta pelo controle da narrativa histórica: são as tentativas do dominador de silenciar a versão do subalterno e as estratégias desse para desmascarar a versão dominante que se pretende fixar como verdadeira. (CARVALHO, 2001, p. 125)

Bhabha (1998) teoriza sobre a construção de discursos híbridos formulados através da negociação, que é capaz de articular elementos antagônicos. A repetida negociação (realizada por movimentos sociais, por exemplo) possibilitaria articular questões tidas como contraditórias, para atingir a objetivos políticos distintos daqueles eurocêntricos³¹. A abordagem desse autor localiza-se entre as fronteiras de um mundo pós-colonial, em um “espaço” que está “nas margens deslizantes do deslocamento cultural” (1998, p. 46), não pertence a nenhuma identidade específica, está no intervalo e na contingência. Para corroborar com esta observação, cabe a citação de Bhabha:

a crítica pós-colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos, se me permitem forjar a expressão, “de outro modo que não a modernidade”. Tais culturas de contra-modernidade pós-colonial podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para traduzir, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade (BHABHA, 1998, p. 26).

³¹ Observo nesta descrição de Bhabha uma forte influência do conceito gramsciano de hegemonia. Conforme Gramsci (1980), a realização da hegemonia leva em conta os interesses e subalternos, e sacrifícios por parte dos dirigentes. Nesta direção, a negociação que visa discursos híbridos seria uma tentativa de construção de “uma outra hegemonia”, nos termos gramscianos – ainda que o tom de Bhabha não seja revolucionário.

2.4 PARA COMEÇAR A OLHAR PARA A RIO-92

A Rio-92, considerando os espaços para além de seu palco institucional, foi um evento permeado por uma diversidade enorme de atores que trouxeram, muitos deles, um sentido de posicionamento de confronto à uma noção de economia restrita ao capitalismo, objetivando evidenciar dimensões culturais e sociais para o meio ambiente.

É possível tentar apreender aproximações, distinções e superações das posturas do Norte e do Sul (ainda que sejam posturas internamente heterogêneas), e também das parcerias harmônicas ou conflituosas travadas. Por vezes, entende-se que a história das ONGs ambientais não existe no hemisfério sul, sendo meramente uma derivação das propostas provenientes da visão europeia ou norte-americana, tomando-as como universalmente relevantes. É importante argumentar que houve um desenvolvimento distinto de movimentos e ONGs no Norte e no Sul, que tratam de questões também distintas (ELLIOT, 1998), sendo as ONGs do Sul as que possuem “delimitações mais difusas” (VIEIRA, 2001, p. 136) entre meio ambiente e outras áreas.

No que correntemente chamamos de Sul, Martinez (MARTINEZ, 2007) explica que há um fenômeno bastante diferente do que o observado no Norte. De acordo com este autor, existiria um “ecologismo dos pobres” que antes de se preocupar com a fauna, a flora e as gerações futuras, busca garantir a sobrevivência de grupos sociais já lesados por problemas ambientais. O protagonismo feminino também seria evidente na representação dos movimentos ecologistas do Sul, e também a singularidade dos conflitos ambientais que envolvem grupos indígenas que tentam resistir aos avanços de corporações multinacionais, geralmente provenientes do Norte.

Conforme Martinez, por vezes a busca por alianças provenientes do Sul junto a instituições do Norte tem como uma de suas propostas mobilizar as populações das regiões de onde provêm companhias poluentes e destruidoras de todo um ecossistema local (MARTINEZ, 1992). A concepção de um ecologismo de sobrevivência ressalta a forma difusa de compreensão de meio ambiente presente nas regiões mais pobres, que congrega ativistas de distintas identidades portando reivindicações de direitos tanto universais como específicos³².

³² Tratar de direitos específicos é uma tentativa de propor uma alternativa ao universalismo, e remeter aos direitos à igualdade e, especialmente, à

O redimensionamento do “sistema mundo europeu/euro-norte-americano/moderno/ capitalista colonial/patriarcal” ao qual se refere Grosfoguel (2008), também está de certa forma presente na concepção de “ecologismo dos pobres” de Martinez (2007). Esta intenção transformativa levaria movimentos ambientalistas do Sul a vincularem-se através de redes e participarem de momentos simbólicos e políticos, tais como a Conferência do Rio. Diferentemente de valorizar uma natureza externa e de compartilhar uma solidariedade com um futuro incerto, o “ecologismo dos pobres” se preocupa com a sobrevivência imediata – o que exige emergencial redistribuição de riquezas do Norte para o Sul. Nesse sentido, a Eco 92 seguiu alguns dos intentos do Sul, firmando propostas de redistribuição de tecnologias, de sustentabilidade, de financiamento de projetos e de parcerias institucionais.

No caso dos grupos ambientalistas, presentes de sobremaneira através das ONGs na Conferência do Rio, as identidades dos atores sociais partiram da “dimensão das afinidades ou de opções políticas de valores” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115) voltados ao meio ambiente, reconhecendo a profunda imbricação do homem no ambiente seja enquanto algoz da natureza, como seu parceiro harmônico, ou como vítima de problemas ambientais.

Ao realizar uma crítica aos estudos mais frequentes sobre as redes sociais, Martins (2009) alerta sobre os perigos de se enxergar os fenômenos da sociedade civil a partir de um viés utilitarista, de subordinação ao cálculo e ao interesse dos atores. Entretanto, as parcerias derivadas do evento não precisam ser lidas como sinônimos de subalternização. É importante evidenciar que não foi a ONU que inaugurou uma movimentação em torno dos temas ambientalistas. Ao contrário, foi a emergência dos movimentos ambientalistas que, em vários pontos do globo, levou às Nações Unidas a promover a conferência de Estocolmo, a inaugurar o PNUMA e, depois, a realizar a Cúpula da Terra. A revelação de quem inaugura as discussões, entretanto, não resolve a complexidade dessas articulações transnacionais.

Conforme a Agenda 21, entre os compromissos para ONGs na CNUMAD está participar de projetos de implementação das propostas, vigiar a atuação dos Estados e divulgar os desígnios da Conferência para

diferença. Conforme Santos (2008, p. 199), “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

as populações. O cumprimento dessas pactuações exige recursos, o que torna esse desafio ainda mais complexo. A implementação de projetos exige que, muitas vezes, as ONGs do Sul contem com o apoio financeiro de Estados, organizações intergovernamentais e não governamentais do Norte. Neste quadro, as alianças e parcerias podem tender a transformar-se em um relacionamento desigual, passível de hierarquização e prestação de serviços. A operacionalização burocrática das relações entre instituições e organizações sociais pode, sim, levar a um gerenciamento mais eficaz dos problemas – o que não seria suficiente ou desejável. O utilitarismo reducionista do discurso do desenvolvimento, para levar em consideração da crítica de Escobar, tem um sentido muito distante da pretensão de descolonização das relações sociais, políticas e econômicas.

Em uma perspectiva de colonialidade, os valores e a identidade compartilhada pelos cidadãos podem ser, quando contemplam a alteridade, escudos contra a subalternização. Scherer-Warren (2006, p. 06) refere-se aos dos direitos humanos, mas é possível compreender uma perspectiva ampliada de alguns pontos de suas considerações voltando-a para a questão socioambiental. A autora esclarece que o universalismo dos direitos humanos, (e acrescentamos os direitos socioambientais que estão imbricados) deve contemplar as diferenças e ser vinculado a uma plataforma em constante construção, receptiva a recursos emancipatórios que comporte discurso, retóricas e igualmente, leis, pactos e convenções internacionais, e tornar-se cada vez mais uma experiência cotidiana. Entendemos que, nesta perspectiva de universalização de direitos direcionavam-se os esforços de grande parte das ONGs presentes na Conferência. Conforme Grosfoguel, por meio do pensamento de fronteira

Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. (GROSFOGUEL, 2008, p. 18)

E mais uma vez, as articulações da sociedade civil em redes

insurgem como relevantes instrumentos para a superação do momento de colonialidade. Através das redes de movimento, aumenta-se a possibilidade não só de acesso à informação como também da criação de um campo simbólico (SCHERER-WARREN, 1999). Este é um caminho para desenvolver uma ética que distinga o “socialmente aceitável do não aceitável” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 72). O socialmente não aceitável pode referir-se à uma relação hierarquizada entre ONGs e seus financiadores. Nesta direção, a aproximação política e cultural entre ONGs e instituições não precisa ser lida como uma relação de submissão que desfavoreça às ONGs do Sul. Ao contrário, pode ser entendido com uma tentativa de implantar um projeto contra-hegemônico “para lá das definições impostas pela modernidade europeia” (GROSFOGUEL, 2008, p. 18).

As instâncias de deliberação internacionais ainda privilegiam os atores estatais, e a possibilidade de voz dos agentes da sociedade civil era maior nos Comitês Preparatórios da Conferência, como será melhor abordado pelos discursos dos atores, no terceiro capítulo. Durante a conferência, somente os Estados poderiam votar. Entretanto, isto não anula a relevância e a influência das ONGs. De acordo com Cavalcanti, “as ONGs não precisam, necessariamente, estar presentes no próprio plenário; elas penetram nas diversas fronteiras desses conhecimentos especializados” (apud VIEIRA, 2001, p. 166). E é essa capacidade de “penetrar” nas diversas instâncias que possibilita às ONGs atuar em âmbitos além do institucional. Em um olhar a partir do simbólico, ter sido influente na gênese de tratados internacionais representou a possibilidade de disseminar um discurso, um conjunto de valores compartilhados por aquelas ONGs. Em uma proposta tão ampla como foi a Eco 92, visões de mundo foram expostas amplamente e podiam ser consideradas o início das tão pretendidas transformações.

Por outro lado, é no conflito, nem sempre velado, com as implicações do eurocentrismo que as atuações dos movimentos ambientalistas podem ser encontradas. Isto porque a realização dos projetos ambientalistas implicaria em uma profunda modificação das culturas das sociedades contemporâneas – seja em âmbito íntimo, social, empresarial ou estatal. O denominador comum dos projetos ambientalistas é a consideração das diversas formas de vida como mais relevantes do que qualquer outro aspecto – inclusive poder e dinheiro.

Ainda que a literatura consolidada sobre a conferência apresente inúmeras críticas sobre seus resultados concretos, a tentativa dos movimentos ambientalistas e de causas sociais, principalmente através

de ONGs, por alterar o panorama socialmente desigual, excludente e degradante do meio ambiente representa um momento ímpar de negociações nas quais o protagonista por vezes estava do “lado oprimido da diferença colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 4) - protagonismo este indispensável para a realização de um projeto político transformador.

3 DISCURSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL NA RIO-92

Tú no puedes comprar el viento
 Tú no puedes comprar el sol
 Tú no puedes comprar la lluvia
 Tú no puedes comprar el calor
 Tú no puedes comprar las nubes
 Tú no puedes comprar los colores
 Tú no puedes comprar mi alegría
 Tú no puedes comprar mis dolores
 (CALLE 13)

3.1 OS PORTA-VOZES

Neste item, serão apresentadas as descrições dos entrevistados sobre suas motivações para engajamento na Rio-92. A recuperação de trajetórias individuais³³ é relevante ao trabalho porque é um dos elementos facilitadores da interpretação sobre as tendências de ação. Mais além, o conjunto de discursos dos entrevistados nos permitiu compreender que os encontros da Rio-92 representaram possibilidades de compartilhar espaço para a troca de informações e o fortalecimento de lutas. Tais possibilidades eram, simultaneamente, estratégia e objetivo dos ativistas na Conferência e em seus espaços paralelos.

Citados explicitamente ou não pelos entrevistados, seus propósitos nos orientam a buscar o mesmo sentido de organização de redes que, conforme apresentado no primeiro capítulo, seriam as articulações traçadas enquanto interações informais, conforme o comprometimento dos indivíduos e organizações, partindo de seus valores, identidades e/ou culturas comuns. Cabe, então, o reconhecimento dos papéis, dos pontos de partida e de outras motivações pelos indivíduos que se comunicaram, marcaram e construíram a Rio-92. E uma vez que os portadores dos discursos não são meros documentos cristalizados, trazemos também um pouco de suas histórias mais recentes. A trajetória posterior a 1992 pode tê-los

³³ Apenas onze entrevistados foram selecionados para apresentação prévia de trajetória neste subcapítulo. Os demais, ao terem seus discursos citados, contarão com breve apresentação de suas trajetórias conforme seus discursos surgirem nos próximos subcapítulos.

levado a modificar, de lá para cá, a significância do evento – sem torná-la menos atraente aos observadores atuais.

Liszt Vieira foi um dos coordenadores do Fórum Internacional de ONGs, responsável por redigir os Tratados Alternativos da Sociedade Civil na Rio-92. Atualmente, é presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. No Brasil, Vieira está entre os precursores da ecologia política e dos estudos sobre sociedade civil global. Antes de 1992, participou também de ONGs ambientais e elegeu-se deputado pelo Rio de Janeiro na década de 1980. Ele lutou contra a ditadura, foi exilado durante dez anos e, em seu retorno em 1979, passou por uma experiência emblemática, que fez com que ele tomasse a questão socioambiental enquanto bloco indissociável. A experiência de 1979

foi a que houve em torno da lagoa Piratininga, em Niterói, porque a lagoa, antigamente, era um bem público de uso comum e quando eu voltei do exílio era propriedade privada. Eu nunca entendi bem como é que foi essa passagem, e aí a empresa imobiliária queria expulsar os pescadores que viviam em torno da lagoa. (...) Então, os pescadores tinham interesse na sobrevivência da lagoa e aquela empresa imobiliária ia aterrar a lagoa. Bom, então eu, advogado, advoguei em favor desses posseiros. E foi uma grande batalha judicial, tinha uma liminar para expulsar todos, nós recorremos, acabou no tribunal de justiça onde nós ganhamos e derrubamos essa liminar. (...) E tinham umas histórias inclusive engraçadas, porque o cara vendeu um lote. E aí uma pessoa que comprou o lote, quis saber onde era o lote. Aí a empresa levou ele num barco para o meio da lagoa e apontou: o lote é aqui. Porque existia lagoa, quer dizer, vendeu o lote porque tinha planos de aterrar a lagoa. Então houve uma grande batalha judicial, então aí para mim é emblemático porque está associando a questão social com a questão ambiental, coisa que em países mais desenvolvidos essa associação não é evidente. E aqui ela salta aos olhos. (VIEIRA, entrevista, 2011)

Da ONG Amigos da Terra Internacional, foi possível conversar com Alberto Villareal, colombiano radicado no Uruguai. Alberto é um dos fundadores da ONG no Uruguai, tendo coordenado programas para a América Latina. Ele também foi um dos coordenadores da participação da Amigos da Terra no Rio em 1992, e compartilha a vivência no exílio com outros entrevistados que tiveram papel de destaque na liderança de processos do evento paralelo.

Eu comecei a me interessar pelos temas ambientais na Suécia. Sou colombiano, mas fui viver na Suécia, e na Suécia, na Europa em geral, a problemática ambiental já estava colocada. E não somente ambiental. Na realidade, começou contra a energia nuclear e a instalação de armas nucleares, e aí começou toda a luta, junto com o feminismo também, as lutas, digamos, alternativas (...). A Suécia era um país muito aberto aos refugiados políticos de toda a América do Sul. Entrei em contato com um grupo do Uruguai, onde vivo agora, e com grupos suecos. Trabalhávamos em comunidades suecas, em movimentos de comunas que lutavam pela ecologia, pela liberdade, e em solidariedade também com as lutas em outros países. (VILLAREAL, entrevista, 2012, tradução da autora).

Selene Herculano, acadêmica que realizou relevante pesquisa³⁴ de doutorado sobre o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), relata que várias vezes, por estar presente como observadora nas reuniões, contribuiu com a redação de documentos e com a realização de palestras para os participantes. Hoje, Selene é docente da Universidade Federal Fluminense, respeitada estudiosa da sociologia ambiental. A entrevistada explica que sua pesquisa derivou de envolvimento prévio com a causa ambiental, e que a trajetória que a

³⁴ HERCULANO, Selene. Entre o Heroísmo e a Cidadania - O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Sociedade Civil e o Estado: um estudo de caso sobre o exercício da cidadania pelos segmentos intelectualizados das classes médias. Tese de doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

levou a escolher o tema

foi essa soma de associativismo de bairro com trajetória de vida mesmo, de proximidade com o movimento estudantil também da ilha do governador e o movimento pela Baía de Guanabara. Fizemos um fórum itinerante sobre a Baía de Guanabara, foi muito legal isso. Estou me referindo a um percurso que começa no final dos anos 1970 quando eu fui morar na ilha e que vem até mais ou menos 1987, que é o movimento pela inserção de uma defesa do meio ambiente na constituição federal (HERCULANO, entrevista, 2011).

Leilah Landim era membro do ISER (Instituto de Estudos da Religião), e realizou seu doutorado pensando “A invenção das ONGs” (1993), atribuindo à preparação para o encontro no Aterro do Flamengo boa parte da responsabilidade sobre tal invenção no Brasil. Para ela, havia um componente geracional dentre vários ativistas da Eco 92, que tinham passado por uma trajetória de descrença institucional. Leilah Landim é, atualmente, presidente da ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e referência entre os mais renomados estudiosos das ONGs.

Bom, minha trajetória, da chamada geração 68... Isso marca. No sentido de que a minha trajetória é de uma pessoa que passou pela universidade nos anos mais ativos, mais quentes, da militância. Militante, de atitude, e assim como eu, uma leva de pessoas das ONGs, dessas ONGs ligadas a movimentos sociais. Então, naquela época, eu fiz minha tese (...). Enfim, fiz todo o meu mestrado sobre grupos rurais, trabalhadores rurais, e depois, aliás, no próprio campo, conheci a FASE, uma ONG que não tinha esse nome. Ai eu fui trabalhar na Fase, e ao mesmo tempo fazer o mestrado e ao mesmo tempo dar aula na PUC. Então, foi bem uma trajetória geracional, de um grupo claro. Daí, da FASE, eu passei, depois no meu doutorado, a trabalhar no ISER (Instituto de Estudos da Religião). Fui parar no ISER a partir de uma bolsa

sanduiche que eu fiz na França, conheci o Rubem César Fernandes, que estava fazendo um texto sobre ONGs para, se não me engano a OEA (Organização dos Estados Americanos), alguma coisa assim. E estava se começando a se pensar em ONGs. Aí eu percebi que a FASE era uma ONG, e entrei numa de estudar isso. Portanto, eu estava no estudo e na articulação do campo, quer dizer, era um momento de articulação, de auto reconhecimento, de identidade (...) então acredito que eu estava no meio de um furacão dessas articulações, e virei uma espécie de uma biógrafa, uma “ongóloga” dessas próprias ONGs. Então foi assim que eu fui parar na Eco 92. Porque, inclusive, não só a FASE como o ISER, eram as quais eu tinha maior contato, eram articulações muito relevantes naquela história toda. (...) Eu misturava o meu trabalho de pesquisa e o próprio ativismo. (LANDIM, entrevista, 2011).

João Paulo Capobianco, então diretor da SOS Mata Atlântica, foi um dos coordenadores do FBOMS e esteve presente nos *PrepComs*. Capobianco foi Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente do Brasil e hoje é presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade. Seu primeiro envolvimento com a questão ambiental remonta à sua adolescência, numa tentativa de preservação da natureza que o impulsionou ao engajamento que se mantém até hoje.

Eu me tornei ambientalista por acaso. Minha mãe é mineira, meu avô tinha uma fazenda enorme no Sul de Minas Gerais, com uma mata enorme, meu avô era super ligado a essa mata. Nós não tínhamos uma relação muito próxima, ele tinha noventa e oito anos quando eu tinha treze anos, mas eu via ele. A floresta ali era realmente espetacular e a gente tinha uma relação muito forte com essa fazenda. (...) E aí quando ele morreu e veio a partilha, a parte mais rica da floresta caiu com uns primos que não tinham nenhuma ligação com a floresta. E a primeira providência que eles tiveram foi começar a derrubar a floresta para ganhar uma grana. E naquela época eu tinha uns 14 anos, e com o meu irmão mais velho e um primo, a gente montou um

Grupo em Defesa da Mata do Major, meu avô era um major. (...) A gente montou uma área de trabalho, contamos com o apoio de uma professora, e conseguimos bloquear o desmatamento. Um ano depois, eles esperaram baixar a poeira, e conseguiram uma ordem de desmatamento estranha e derrubaram tudo. (CAPOBIANCO, entrevista, 2011)

Pude conversar com Jean Ypersele no Aterro do Flamengo, 20 anos depois da Rio-92, durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20. Seu papel em 2012, enquanto cientista do clima, não era tão diferente daquele exercido na sua primeira Conferência no Rio. É físico e participa do grupo de trabalho sobre energia e clima no Conselho da Bélgica por Sustentabilidade e Desenvolvimento. Hoje ele também representa o *International Panel on Climate Change* (IPCC).

Naquele momento, eu representei o Conselho Belga por Sustentabilidade e Desenvolvimento, que foi criado na preparação para a Conferência do Rio, enquanto uma organização social que aconselha o governo nas questões de desenvolvimento sustentável e meio ambiente. E na época escrevi, com alguns colegas, o capítulo sobre mudanças climáticas. Neste sentido, eu vim como observador na delegação belga na época. (...) Eu me interesso pelas questões ambientais há muito tempo. Desde a Conferência de Estocolmo, vinte anos antes do Rio, eu tinha 35 anos em 1992, hoje tenho 55. Então, em 1972, eu estava na escola, e já estava muito interessado nas questões ambientais. Quer dizer, eu não fui à Estocolmo, mas foi naquela época que passei a me interessar pelas questões ambientais. (YPERSELE, entrevista, 2012, tradução da autora).

Fabio Feldmann, ambientalista, foi presidente da ONG SOS Mata Atlântica, tendo atuado em outras ONGs como o Greenpeace e a Amigos da Terra. O entrevistado foi deputado federal por São Paulo durante a constituinte, dedicando-se ao capítulo do meio ambiente, e também foi parlamentar federal na época de preparação e durante a Conferência do Rio. Em sua entrevista, Feldmann retoma um pouco de sua trajetória pessoal:

Na época do Relatório Brundtland (1985) eu era de ONG. Na verdade, eu participei do Relatório Brundtland, ajudei a organizar a vinda deles aqui na região de Cubatão, participei até de um episódio, de que o governo brasileiro tinha uma agenda e nós fizemos outra agenda e nós levamos à Comissão Brundtland por um outro roteiro e num determinado momento se achou que a gente tinha sequestrado o ônibus. Então, é como eu sou hoje, eu acho que não mudou muito. Porque eu sou uma pessoa identificada com as questões ambientais, estou fora da política, estou fora do parlamento há treze anos, mas continuo sendo uma figura que transita nas ONGs (...). E no caso da Conferência do Rio, eu acho que era um momento diferente. Eu era o único parlamentar brasileiro ligado ao meio ambiente. E eu acho que eu tive uma atuação política importante no sentido de fazer essa articulação de ONGs, governos, conferência, porque era um outro mundo, não tinha nenhum deputado ligado à esse tema (...) Então, eu estava lá. É um pouco, coisas da vida. E pelo fato de ter uma relação estreita com a sociedade civil, isso me fez ter este papel mesmo de negociação com o governo brasileiro. (FELDMANN, entrevista, 2011).

Rogério Rocco, então militante da Assembleia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), participou ativamente das discussões prévias do FBOMS, e durante o evento, atuou no Fórum Global. Atualmente, Rocco é professor de Direito Ambiental e atua no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Recuperando sua trajetória anterior, Rocco destaca a origem de seu engajamento no movimento estudantil.

Bom, eu fazia militância no movimento estudantil, na época do meu segundo grau, e então a partir dessa atuação eu tive contato com algumas questões ligadas ao meio ambiente. Na época tinham algumas mobilizações estudantis grandes, que eram feitas contestando a energia nuclear, então tínhamos umas manifestações no 6 de

agosto, que era o aniversário da bomba de Hiroshima, então a gente mobilizava colégios, participava de alguns protestos. E a partir daí eu fui tendo contato com algumas questões ambientais, tive contato com o pessoal que estava fundando o Partido Verde (PV), e eu acabei me aproximando, e participei do momento de criação do PV. (...) Agora, como todo partido, a gente encontrava algumas dificuldades internas, pela estrutura dos processos de participação, então foi criando algumas divergências com a direção do partido que culminou com a saída de todo o núcleo de estudantes (...) a gente acabou optando por criar um movimento, ou fazer alguma coisa que não tivesse vinculação partidária. (...) Aí criamos um movimento chamado “Os Verdes”, um movimento de ecologia social. No início era bem mesmo um perfil de movimento, a gente não tinha intenção de se transformar em entidade, em associação, era a ideia de um movimento mesmo, a gente tinha uma formação política que era muito próxima ao pensamento anarquista (...) Mas conforme foi passando o tempo, foi crescendo a nossa articulação, a gente entrou no processo de organização de um fórum de entidades ambientalistas do Rio de Janeiro. (ROCCO, entrevista, 2011)

O Rabino holandês Awrahaw Soetendorp foi um dos envolvidos na construção do marcante Fórum Interreligioso que aconteceu no Fórum Global. Assim como Ypersele, Villareal, e outros entrevistados, pude encontrá-lo na Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo, vinte anos depois da primeira Cúpula paralela no Rio de Janeiro. Atualmente, ele ainda é líder religioso entusiasta do ecumenismo, além de Comissário da Carta da Terra.

Naquela época, eu já era membro do Fórum Global de Líderes Espirituais e Parlamentares desde 1988. Então, eu trazia pessoas da religião e da política junto, e tínhamos acabado de sair de uma incrível conferência em Moscou, sobre ecologia. Quando soubemos dessa Conferência, passamos a organizá-la nós mesmos, acho que melhor do que desta vez. (SOETENDORP,

entrevista, 2012, tradução da autora).

Uchita de Zoyza é ativista, impulsionador de alianças da sociedade civil no Sri Lanka. Em 1992, esteve entre os condutores do processo de escuta das populações de seu país, para entrega de relatório à ONU sobre as expectativas dos povos do Sri Lanka sobre o desenvolvimento sustentável durante a Conferência do Rio, tendo participado do comitê diretor, da sociedade civil para a conferência, chancelado pelas Nações Unidas. Posteriormente, foi membro da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Quando fui membro do Comitê Diretivo (Steering Committee) enquanto representante do Sul da Ásia, eu tinha mais ou menos 22 anos, quando participei da maior coalização de movimentos civis do Sri Lanka. (...) Claro, foi um período de transformação, há 20 anos atrás. E eu quis muito participar daquela campanha (...) E o propósito de nos encontrarmos para trabalharmos juntos, por uma causa comum, era a maior satisfação possível. (ZOYZA, entrevista, 2012, tradução da autora).

Anthony Gross, nascido na Inglaterra e radicado no Brasil, foi um dos coordenadores do Fórum Global, e também secretário executivo do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS). Hoje atua na Universidade das Nações Unidas, no âmbito da biodiplomacia. Desde a década de 1970 viveu vários anos no Brasil, onde realizou pesquisa sobre os seringaais acreanos e se dedicou a causas sociais e ambientais, tendo atuado no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), participou da fundação do Instituto Socioambiental (ISA), retornando várias vezes à Europa, a serviço das Nações Unidas. Em entrevista em profundidade, Gross explicou que

Em 1989, eu comecei a trabalhar numa organização não governamental chamada CEDI, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação, um precursor do ISA, aqui. E eu estava, na época, tinha a Assembleia Geral da ONU, tinha acabado de determinar a Conferência, que seria em 92, tinha aceito o convite do Brasil para sediar. Ai, eu estava chegando de um período

no exterior, eu estava consciente da expectativa mundo afora em relação à possibilidade de uma participação maciça e efetiva por parte da sociedade civil organizada em outros países. E comecei a trabalhar no CEDI e percebi que não tinha ainda naquela época, no final de 89, nenhum plano de recepcionar essas organizações que estavam pretendendo participar na Conferencia oficial e ao lado da conferencia oficial. As organizações brasileiras não tinham noção do tamanho da expectativa e muito menos estavam se preparando. Então, criou-se uma situação ruim, que todo mundo lá fora estava falando da Road to Rio, o caminho pro Rio, e a gente estava no final desse caminho, a gente era o destino, sem estar preparado minimamente. Eu fiquei sabendo que lá fora estava em criação uma nascente rede de planejamento para atividades no Rio, proposta por entidades estrangeiras. E também aqui a gente tinha ouvido falar de uma rede que era supostamente da sociedade civil, baseada no Rio de Janeiro, e que estava se colocando como anfitrião, e na nossa avaliação sem representatividade nenhuma. Então fomos obrigados a agir. (GROSS, entrevista, 2011).

Há históricos convergentes entre os participantes: fosse o despertar de interesse, desde muito jovens, por temas ambientais; o envolvimento em movimentos estudantis; a atuação noutros movimentos sociais, ONGs e partidos políticos; as experiências locais marcantes; ou a vivência em vários países por motivo de exílio político ou por opção de vida. Assim, esses elementos ora comuns, ora distintos e atraentes entre si, motivaram a configuração de novas teias de relações, impulsionando um relevante engajamento para a constituição de ocasiões com vistas ao fortalecimento da sociedade civil e à elaboração de novos ideários.

3.2 MAIS DO QUE A CNUMAD, A RIO-92

Há várias formas de fazermos a recuperação histórica da Rio-92. Preferiu-se trazer a versão mais próxima à institucional na introdução e, neste momento, trazer outros discursos dos participantes entrevistados. Os entrevistados têm suas ênfases ora num sentido mais macrossocial, ora num sentido mais específico, da interpretação da história da Conferência e de seus atores. A tentativa neste momento será contar essas versões da história e interpretá-las de forma a afunilar as ênfases a partir do olhar de participantes.

A primeira interpretação, mais do contexto que envolve a insurgência da conferência, é trazida por Gustavo Marín. Ele é chileno, entusiasta de uma nova governança global, foi exilado político na Europa e figura entre os fundadores do Fórum Social Mundial (FSM). Em 1992, nove anos antes da primeira edição do FSM, estava presente no Fórum Global. Marín dá ênfase ao final da guerra fria e às insurgências de novas lutas entre os movimentos sociais.

Para entender a Eco 92, você tem que situá-la neste período. Por isso, tem que olhar para o contexto. Nessa época, você tem um período que está precedido pela crise, pela caída do muro em 1989... Então, foi um período no qual os movimentos sociais saíram da lógica dos partidos e dos sindicatos, que eram os que chamaram a luta adiante no período da chamada guerra fria e, como rompeu-se o paradigma do socialismo pelas esquerdas tradicionais, as pessoas continuaram buscando referências. E a Cúpula da Terra aparecia como uma oportunidade de poder fazer essas novas relações entre a sociedade e a natureza. O movimento feminista tinha passado a ter uma certa importância, e havia uma nova relação entre homens e mulheres, e os povos indígenas estavam presentes, mas ainda não como nos anos seguintes. Assim, 1992 é um período muito importante da mudança política, e creio que abre um ciclo de organização da sociedade civil (MARIN, entrevista, 2012, tradução da autora).

Para Liszt Vieira, é possível fazer a análise mediante a organização do sistema internacional que, se antes tinha uma

configuração bipolar entre Leste e Oeste, a partir da década de 1990 passou a apresentar-se enquanto Norte e Sul.

A conferência Rio-92 saiu porque no ano de 1988 a ONU aprovou a conferência, já que os EUA tinham muito interesse em mostrar que os países socialistas estavam mal na questão do meio ambiente. Queriam mostrar que os países socialistas destruíram muito mais do que os países capitalistas, onde havia alguns organismos de proteção ambiental, havia alguma proteção ambiental, tanto na Europa como nos EUA. Os EUA têm o Environmental Protection Agency (EPA), a Europa tem os países como a Alemanha e a Holanda que tinham organismos, se preocupavam com o impacto ambiental. Nos países socialistas não tinha nada disso. Então, na época da guerra fria, o governo americano tinha o interesse em uma conferência só sobre Meio Ambiente para mostrar que o capitalismo era melhor que o socialismo. E em 89 caiu o muro de Berlim, quando chegou em 91, desmoronou a União Soviética, e aí os EUA não tinham mais interesse nenhum, porque era só o capitalismo, e quem iria ficar na berlinda eram os EUA. Então, eles tentaram pisar no freio, impedir a Conferência e não podiam mais, o carro já estava em andamento. Aí não podiam impedir, o que fizeram então foi esvaziar. ... A Rio-92 nasceu por iniciativa dos países do Norte, que estava atacando os países socialistas, era a Guerra Fria. A coisa ali não era tanto Norte e Sul, era mais Leste/Oeste. Mas a coisa passava por um conflito Norte/Sul também. Eu vou te dizer uma frase que eu considero emblemática que eu ouvi de um diplomata da Malásia, que é um país que destrói floresta e exporta know how de madeira inclusive para o Brasil... E esse representante da Malásia fez um discurso inflamado dizendo o seguinte: “vocês, países do Norte se desenvolveram, cresceram, destruindo as florestas, agora vocês querem impedir que a gente cresça. Agora é a nossa hora de destruir as nossas florestas para crescer e vocês não têm nada a ver com isso”. (VIEIRA, entrevista, 2011)

A explicação de Fabio Feldmann sobre a escolha do Brasil para a conferência é a seguinte:

Basicamente, os países que estavam disputando eram a Suécia, pelo fato dela ter realizado a Conferência de Estocolmo em 1972, o Canadá queria sediar essa conferência e o Brasil também. E acabou prevalecendo o Brasil em função exatamente da morte do Chico Mendes, dos índices de desmatamento da Amazônia e da ideia de que teria que se realizar num país do Sul. (FELDMANN, entrevista, 2011).

O embate entre os países do Norte e do Sul é o que mais geralmente leva à motivação para que a Conferência não fosse exclusivamente voltada para a questão ambiental. Os países do Sul não fortaleceriam uma iniciativa necessariamente voltada à conservação ou preservação do Meio Ambiente, já que isso seria visto meramente como entrave ao desenvolvimento econômico. Nessa direção, ambos os lados cederam, ao promover a discussão combinada dos temas.

Os esforços da sociedade civil definiram e fortaleceram a proposta sobre a discussão social e ambiental, e a Rio-92 não teria o mesmo sentido ou a mesma magnitude se não fosse seu Fórum Global paralelo.

Quando chegou junho de 1992, nós já tínhamos uma certa experiência institucional, digamos assim, então, foi criado o Fórum Global. Nós tínhamos o Fórum Brasileiro de ONGs, o Fórum Internacional de ONGs, do qual eu era da coordenação, era um canadense, um filipino e eu (porque a reunião era no Brasil, o Fórum Brasileiro tinha que ter um representante e estava lá), e o Fórum Global, que ia cuidar da organização logística e programática da Conferência das ONGs. (VIEIRA, entrevista, 2011).

Houve dois eventos, na verdade, quando você fala Eco 92 tem que ter clareza que teve o evento dos Governos, que foi no Rio Centro e o evento da Sociedade Civil, que foi no Aterro do Flamengo.

Quer dizer, eu acho que a Conferência do Rio, basicamente por causa do encontro no Fórum Global, marca a ideia de que a sociedade civil e as ONGs têm um papel relevante, são os atores que têm que ser incorporados ao processo. (FELDMANN, entrevista, 2011).

O espaço mais importante foi o Fórum Global. Porque ficou no coração da cidade, muita gente se beneficiou de toda aquela efervescência, porque deu certo. A conferência oficial era muito longe, era no Rio Centro, que era um local de difícil acesso e tal. Então, no fundo, teve acontecimentos, inclusive de chefes de estado, para falar com a imprensa, se aproximar, vinham para o acampamento e ficavam lá. (CAPOBIANCO, entrevista 2011)

Nessa direção, para além do âmbito mais formal, institucional, é uníssona a compreensão dos entrevistados de que a Rio-92 não se restringiu à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. As relações internas à sociedade civil, e externas, especialmente com as Nações Unidas, que precederam os doze dias de encontro da Rio-92, contribuíram para que aquele pudesse ser considerado um momento de fissura do imaginário dominante.

Longe de ser a antagonista das lutas sociais, a Rio-92, em seus múltiplos espaços, trazia consigo elementos fortalecedores para a transformação da sociedade e do ambiente. O antagonista aos projetos emancipatórios apresentados durante as atividades do Fórum Global, antes de meramente se resumir na Conferência intergovernamental, era o modelo econômico vigente, retrógrado e utilitarista, a ausência de discussões, a exclusão do outro, as imposições. E esse antagonista se concretizava em muitos atores, fosse em países do Sul, como os exportadores de petróleo, fosse em corporações oriundas do Norte, capilarizadas pelo globo.

3.3 SOBRE O FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS (FBOMS)

Conforme Scherer-Warren (2006), a constituição das redes de movimentos sociais segue níveis de articulações anteriores, de associativismo local, interorganizacional e de mobilizações na esfera pública. Tarrow (2007) também explicita que há ordens de processos políticos no sentido da internacionalização das ações dos movimentos sociais: primeiramente local, em segundo, de transição e somente num terceiro momento, global.

No caso estudado, a grande mobilização na esfera pública, o Fórum Global, evento paralelo da SCT, foi precedida por muitas articulações de transição ou interorganizacionais anteriores, cabendo destacar especialmente que foi coorganizada pelos ativistas e organizações do país anfitrião do evento – no caso, articulados pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS).

Conforme Anthony Gross e João Paulo Capobianco, Secretários Executivos do FBOMS, o local onde se realizou a Cúpula Paralela, Aterro do Flamengo, foi sugerido pelo próprio pessoal do FBOMS. A solução para o evento da sociedade civil oferecida primeiramente pelo governo brasileiro foi o Autódromo de Jacarepaguá, que seria *“longe de tudo”*, conforme Capobianco, e *“péssimo em termos de imagem, ter um evento desses num Autódromo”*, de acordo com Gross.

Um dos objetivos mais gerais das reuniões prévias do Fórum Brasileiro: *“garantir as condições para que a participação internacional se desse na proporção que se deu”* (CAPOBIANCO, 2011). Jean-Pierre Leroy (2012), que era protagonista na coordenação do Fórum e tem relevante trajetória na ONG FASE, explicita parte do papel do FBOMS: *“olha, vai ser no Brasil e nós não queremos não ter voz nessa proposta, nós queremos codirigir, coorganizar, o evento global”*. E o FBOMS extrapolou esse propósito mais geral. Isso porque

O Fórum Brasileiro tinha, eu acho, o pensamento não homogêneo. Tinham alas que achavam que a oportunidade, a necessidade política, era detonar as posições dos governos, de desmascarar o governo federal brasileiro, lembre-se que isso aconteceu no contexto do processo de impeachment do Collor, tinham visões de todas as correntes, desde o pessoal do governo dos trabalhadores, que é em moldes dos socialistas

que vai salvar o mundo, e aqueles que pensam que é possível negociar com setores produtivos e a iniciativa privada para que a produção seja menos danosa. (GROSS, entrevista, 2011)

Essa pluralidade de sentidos para o FBOMS, as disputas e dissensos entre seus atores são seus aspectos mais marcantes, destacados por boa parte dos entrevistados brasileiros.

Quando se criou o Fórum, houve essa demonstração, com muita briga, muitas disputas, muitos discursos, e era interessante. Fora a questão do ambientalismo que eu acho que pela primeira vez surge como uma questão mais politizada, mais digna de atenção pelas próprias ONGs. Claro que essas ONGs ambientalistas já existiam há bastante tempo, mas de repente houve esse encontro das ambientalistas com as de desenvolvimento, e isso era um campo tenso. Até hoje essas questões são tensas. (LANDIM, entrevista, 2011).

Não pense que esse processo foi um processo tranquilo. Foi um processo conflitivo, o processo do FBOMS, tinha muitas ONGs sociais com preconceito sobre o meio ambiente e vice-versa. Então, esse diálogo, a construção desse fórum e de um programa, foi muito conflitivo. Por isso que eu acho que foi muito suado. Mas quando chegou na Rio-92, a sociedade civil tinha canais institucionais, isso explica o sucesso e porque ter uma presença. (VIEIRA, entrevista, 2011).

Além dos desafios internos, das disputas, dissensos, da necessidade de forjar novos discursos e novas lutas, os protagonistas do Fórum Brasileiro precisaram também enfrentar os desafios externos da realização de interfaces com o Governo e instituições estrangeiras, o que se relacionou a inúmeras dificuldades para correalizar, com o *International Facilitating Committee* (IFC)³⁵, a execução do evento

³⁵ Fabio Feldmann, Anthony Gross e Liszt Vieira fizeram menção a Warren Lindner, que foi secretário geral da Comissão Nosso Futuro Comum, ou Comissão Brundtland, e depois, secretário geral do *International*

paralelo.

E resumindo o estado político, foi o seguinte: o Brasil, naquela época, ainda tateando essa saída do regime militar para a democracia, tinha a nova constituição, mas era tudo muito novo ainda, e a ideia de que a sociedade civil tinha o papel legítimo na participação, pudesse participar na tomada de decisões de políticas públicas era uma novidade. E encontrava muita resistência ainda. E havia descrença das entidades estrangeiras sobre a capacidade executiva (da sociedade civil brasileira) foi compartilhada também pelo governo federal, pela imprensa, por comentaristas conservadores. (GROSS, entrevista, 2011).

O exercício da negociação e argumentação foi contínuo e lembrou a recente história de derrubada do regime militar no país. Cabe acrescentar que a década de 1980 foi marcada por lutas sociais em prol da redemocratização no Brasil, e o FBOMS teria representado uma espécie de revitalização dessas forças. Nessa direção, Rogério Rocco, realiza uma leitura nostálgica da atuação dos movimentos sociais brasileiros para qualificar o FBOMS.

O processo (do FBOMS) foi maravilhoso, foi um processo que ainda resgatou um pouco do que foi a década de 80 para os movimentos sociais, que foi uma década com muita iniciativa social, a vontade de participar dos processos, a redemocratização, a década de 80 foi riquíssima, todo mundo ia pra rua, se manifestava, toda manifestação que se convocava tinha lá um monte de gente, as pessoas na rua aderiram, e na década de 90, depois da eleição do Collor, a hegemonia do novo liberalismo, houve um arrefecimento,

Facilitating Committee (IFC), que coorganizou o Fórum Global, e faleceu em 2000. Em relação ao FBOMS, Lindner não poderia ser considerado como um aliado. Entre outras divergências, o americano compartilhava de um sentido mais operacional da proposta do Fórum, e uma perspectiva mais próxima do discurso do Relatório Nosso Futuro Comum, com um forte componente inclusivo das forças do mercado nas discussões (Herculano, 1994). O FBOMS e o IFC foram, muitas vezes, antagonistas.

houve uma queda das representações, um movimento que se fragilizou bastante. E a Rio-92 foi uma exceção, no início da década, que assegurou processos participativos importantes. Foi um processo que, eu digo com tranquilidade, foi de muita disputa, desgaste, muitas brigas, mas porque reunia muitos interesses, muitas vertentes, muitos pensamentos distintos, uma diversidade muito grande de interesses e de vocações que é difícil de administrar. Você não coloca no mundo um fórum desse, com projeção nacional e internacional, que reúna desde indígenas, passando por organizações de juventude, movimentos ecológicos e grandes organizações sociais, não se organiza um processo desse de forma tranquila, não tem tranquilidade: é tensão permanente, é disputa permanente de espaço de representação. (ROCCO, entrevista, 2011)

José Pedro de Oliveira Costa, membro ativo da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), professor de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo e assessor da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, ilustra bem as interfaces entre a realização da Conferência no contexto brasileiro:

Nós não podemos esquecer do momento político que a gente estava vivendo no Brasil. Quando a gente fez aqui em 1985 a discussão da Comissão Brundtland, nós ainda tínhamos um general na presidência e foi a primeira vez que o Brasil, neste prédio aqui [referindo-se à atual Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo], abriu as suas orelhas, e disse, vamos fazer uma audiência pública sobre as questões. Então isso era muito emocionante para a gente, porque nós éramos reprimidos. A questão ambiental também foi uma forma de libertação política. Porque os generais tinham dificuldades, eles achavam que nós éramos um bando de comunistas mas não podiam nos prender porque nós estávamos reivindicando uma coisa que era tecnicamente necessária. Então, de uma certa forma, essa redemocratização, a Comissão Brundtland em 1985 e a Constituição de 1988, em seu capítulo de Meio Ambiente, e a

Rio-92 fazem parte de eventos concatenados nacionais que não dá para a gente isolar. É todo um movimento da sociedade se abrindo, libertária, dizendo que a questão é de interesse de todos. (COSTA, entrevista, 2011).

O resultado desses exercícios com sentido fortemente democrático dos processos de encontros do Fórum Brasileiro tiveram, entre seus vários desdobramentos, uma nova articulação, uma aproximação de lutas que, posteriormente, preferiram chamar por socioambientais, antes que lutas pelo desenvolvimento sustentável.

Não era bem social versus ambiental não, porque eles (os participantes do FBOMS) tinham criado uma identidade em relação a isso. Então, não somos só conservacionistas, não estamos aqui só para fauna e flora, a questão é una, é integrada. Então isso tinha sido criado desde o próprio momento, a razão de ser desde o primeiro encontro. Eu acho que foi mesmo disputa por espaço, projeção política, espaço posterior de ação, e num momento em que as ONGs estavam sendo questionadas (...) Até porque o momento internacional era um momento de desvio das atenções para a Rússia, em virtude da perestroika. Se tratava de estimular e incentivar as associações russas e tudo o mais. E ao mesmo tempo que tinha havido esse desvio da conjuntura internacional, internamente também essas grandes ONGs de apoio ao movimento popular não precisavam mais estar na clandestinidade, o país tinha se democratizado. (HERCULANO, entrevista, 2011).

Eu não vejo grandes sucessos de ninguém que fosse conservacionista, ou que fosse mais light. Eu acho que, pelo contrário, houve a tentativa de criar discursos que procurassem um ambientalismo comprometido com questões sociais. (...) Você tinha vários ambientalistas que eram importantes no Brasil e que tinham uma perspectiva social. Eu tenho a impressão que essa disputa acabou que... Claro, era uma disputa velada. Mas eu não diria que houve uma vitória,

uma predominância, uma hegemonia, dos conservacionistas, muito pelo contrário, eu acho que houve uma espécie de tentativa de convencimento das próprias ONGs de desenvolvimento, de adotarem o ambientalismo nesse sentido, e as ONGs ambientais também tentarem um tipo de negociação ali naquele momento, que eu acho que foi interessante. Houve muita tensão, mas houve muita negociação, nesse sentido. (LANDIM, entrevista, 2011).

De maneira menos elogiosa, Rogério Rocco explica também que, por várias vezes, sentiu que eram poucas as entidades de “recorte popular” com voz na coordenação do FBOMS. A APEDEMA, assembleia de “recorte popular” presente no Fórum desde 1990, passou inclusive por um episódio de tentativa de exclusão, que culminou em votação em assembleia geral do FBOMS favorável à sua manutenção na coordenação. Entretanto, até mesmo para Rocco, era coerente a representação realizada no exterior durante as *PrepComs*.

eram de fato, as pessoas ligadas a essas organizações que já tinham relações internacionais, que eram compostas por pessoas que falavam mais de uma língua, e que portanto se habilitavam nos encontros internacionais, e quem não falava ficava naquela " pô, tudo bem, ir para um encontro preparatório, mas como ir para um encontro desse sem falar inglês?". E então, tinham uns mais preparados, que estavam nas organizações mais bem estruturadas (...) E eventualmente, a gente pressionava para ir alguém de representação popular. Mas ia muito mais para acompanhar do que propriamente de fazer o diálogo. Quem fazia o diálogo de fato eram as pessoas mais preparadas para isso, que já atuavam num outro padrão que não era o nosso. (ROCCO, entrevista, 2011)

Tal postura com relação à participação nas comissões preparatórias se relaciona também ao fato de que nem todos os participantes do Fórum Brasileiro entendiam que o diálogo com as Nações Unidas era primordial. Isso pode ser compreendido, num eco de

todos os discursos, porque a forma de influência pretendida pelos participantes do Fórum não era meramente formal e sobre os documentos finais, mas sim sobre as pessoas, engajadas ou não, em organizações de cunho social e ambiental. Certamente, esse afastamento tem a ver com uma descrença compartilhada em relação ao papel das instituições. Leilah Landim explicita melhor:

A ONU é aquela coisa típica da minha geração... Na verdade, era bem do repertório dessa política de ONGs naquele momento, não dar relevância ao papel da ONU. A ONU seria uma instituição que não teria peso político no mundo, dominada que é, por grandes potências. Então, na verdade, não havia muita crença de que alguma coisa importante aconteceria ali. Embora ali tenha-se tirado direitos fundamentais que estão hoje, enfim, que foram importantes para a luta ambiental e outras lutas. (...) Acompanhei, mas não participava, não tinha essa relação, talvez mesmo a uma posição política que é muito ligada à sociedade civil, que era aquele problema que se teve na minha geração, que era ser uma geração muito anti-institucional, ou não-institucional. Era uma esquerda que cresceu de costas para o Estado, aquele tipo de coisas, e eu tenho a impressão que de alguma forma eu embarquei nisso durante muito tempo - nessas alturas, já estava trabalhando com políticas públicas, claro, mas nunca foi assim o meu forte. (LANDIM, entrevista, 2011).

Portanto, conviveram no FBOMS as propostas mais distintas, e por vezes adversas: havia propostas de construção de canais institucionais entre a SCT e a ONU e, por outro lado, nem mesmo considerar a instituição; as intenções de negociação com os setores produtivos foram razão de dissenso em relação àquelas com sentido socialista; projetos de denúncia e transformação da democracia nacional, conviveram com outros propósitos, de cunho mais transnacional; além das inúmeras filiações identitárias. Ainda assim, muitos dentre os ativistas brasileiros, possivelmente devido à recente história de luta contra a ditadura militar no país, menos do que cansados, estavam naquele momento motivados a construir uma democratização mais

profunda. E em meio às tensões presentes, o Fórum Brasileiro contribuiu, de fato, para transitar desde as articulações mais locais e setorializadas, para as relações entre pessoas, culturas, propósitos, organizações e coletivos nacionais e internacionais.

3.4 OS PROCESSOS INTERNACIONAIS

Mesmo para quem reconhece, com Capobianco (2011), que a Eco 92 tenha sido “como se fosse um chamariz”, um pretexto, para as ONGs se aproximarem, a participação nos espaços mais institucionais internacionais foi uma estratégia importante.

Em todos os PrepComs você poderia ser observador, acompanhava às reuniões, e nós tínhamos os nossos projetos próprios, os nossos debates. A gente produzia documentos, então a gente questionava pontos da agenda oficial, pressionava às delegações, muito, para avançar (...). A gente trabalhava uma agenda, a discussão sobre clima, biodiversidade, florestas, o que rendeu uma convenção sobre florestas, rendeu um protocolo e só aquele a gente teve, e uma agenda que tem muito a ver com o Brasil, e foi muito difícil de ver no Brasil essa questão. Aí a gente teve a Agenda 21 e a Carta do Rio. Então, eram três processos onde se tinha grupos diferentes trabalhando, os governos e as ONGs. Então nós tínhamos esses grupos, também criados do lado de fora. E nessa coisa do PrepCom, a gente se reunia, o pessoal das Relações Internacionais e debatia esse ponto pelos argumentos críticos que estavam sendo usados pelos governos. Foi muito organizado esse processo. E várias sugestões das ONGs foram incorporadas pelos países, pelos membros oficiais. E foram para os documentos. Inclusive por pressão, comitivas, nos corredores, porque tinha a maior atuação do Fórum e das ONGs Internacionais era nos corredores, que as delegações eram expostas as discussões. E naquela época não participava das reuniões de governo. Hoje, se você pegar o caso da delegação brasileira, as organizações que se inscrevem são credenciadas inclusive para participar das

reuniões do governo brasileiro. Essas reuniões eram muito boas para avaliar a agenda. E é aberto, o sistema hoje é aberto, e não era na época, a agenda do governo era lacrada. Mas nos corredores, era lá que rolava um corpo a corpo. Ainda hoje acontece assim, mas naquela época era mais. (CAPOBIANCO, 2011).

Outra pessoa que teve acesso às reuniões institucionais era Anthony Gross, cuja atuação em funções mais executoras da realização do evento não o excluíram de participar de estratégias de incidência política. Gross recupera uma situação de encontro com representante do Itamaraty, que lhe explicou sobre os momentos adequados para tentar influenciar.

No PrepCom de Nairobi [em 1990], tivemos esse primeiro contato proveitoso com o Itamaraty. E fomos, os representantes do Fórum Brasileiro que estavam em Nairobi, fomos convidados a um jantar na casa do embaixador brasileiro. (...) Aí, ele tava tentando ensinar o bê-a-bá para a gente, e ele disse: “não, se vocês querem colocar suas ideias tem que ser agora, aliás, já é tarde, e no Rio, na Conferência do Rio, nem pensar”. Ele disse: “porque nessas negociações internacionais, no mundo da diplomacia, se alguém na conferência final de todo o processo, se alguém levantar a mão e disser, olha, eu tenho uma ideia, ele vai ser jogado pela janela, porque a função da conferência é de acordar o que tem sido previamente negociado, é todo o processo, e a culminação desse processo é a conferência final, e o que você quer é sair dessa conferência oficial, dessa conferência final, sobre essa decisão sobre o que for que você está adotando, sem surpresas, sem problemas, sem a necessidade de parar tudo para renegociar (GROSS, entrevista 2011).

Fabio Feldmann reitera justamente essa noção de que *“os textos e a negociação estão num estado muito avançado quando chegam os chefes de Estado. Quer dizer, você tinha uma negociação, mas quando vêm os chefes de Estado, o texto já está praticamente negociado”* (2011, entrevista). Assim, o questionamento sobre a influência mais

institucional da sociedade civil transnacional sobre a Conferência teria que ser respondido antes mesmo da realização do evento. Diferentemente da capacidade de mudar os rumos das negociações correntes, os resultados do Fórum Global estariam no plano de seus “efeitos de demonstração” (conforme Landim, 2011, entrevista) para a opinião pública, os Estados e as agências internacionais, no sentido de dar vitalidade a um “processo planetário”, nas palavras de Capobianco.

Essa agenda é muito importante, essa agenda é importante demais para ficar só com o governo, vamos discutir esse negócio, e aí cada vez se discutia mais e percebia a importância de um processo planetário que estava crescendo, uma revolução. Era isso, em parte a gente discutia a questão da industrialização, da concentração de riqueza e de emissões era uma coisa muito forte do ponto de vista político. (CAPOBIANCO, entrevista, 2011)

O sentido da preparação do Fórum Global era “criar as condições físicas, logísticas, para que, quem quisesse, possa fazer o que achar necessário e conveniente no Rio de Janeiro nessas duas semanas” (GROSS, 2011). Para Gross, a proposta do Fórum Global “era uma proposta executiva, de proporcionar as condições. E que, o conteúdo político e os desdobramentos políticos seriam uma consequência de ter facilitado, realizado, a expectativa dos participantes” (GROSS, 2011).

De acordo com Jesse Ribot (2012, tradução da autora), estadunidense professor da Universidade de Illinois e atuante na ONG ENDA - Terceiro Mundo, “o Fórum Global foi importante, foi onde as coisas aconteceram, onde os tratados informais foram construídos, e onde novos discursos foram forjados, foi onde os intelectuais mais interessantes estavam apresentando suas falas”.

De fato, é interessante compreender o Fórum Global como um espaço: foi “onde”. Conforme Rocco (2011), foi um “*espaço de culminância*”, no qual se chegava “*ao fim de um processo (...) foi um espaço para consolidar uma articulação institucional governamental e não governamental em boa parte, a incorporação de novos conceitos, novos valores e novas tendências*”. Nesse sentido, é também importante perceber que ele foi preparado durante quase três anos, para durar doze dias. O Fórum Global foi um espaço determinado dentro de um período, um espaço-tempo libertário, promotor da interculturalidade, e projetado para sê-lo.

Em relação à pertença a um ambiente de certa maneira, deslocalizado, é Landim (2011) que traduz o sensação de envolvimento num espaço transnacional. Ela começa dizendo que *“era muito engraçado, porque você está conversando com um indiano e você tem um discurso absolutamente comum. Então você tem gostos, gestos, enfim, formas de pensar o mundo, discursos compartilhados”*. E tenta combinar essa impressão contrastando ao que sentiu no universo acadêmico.

Eu lembro que na academia, os acadêmicos caçoavam desse termo, "isso não existe, sociedade civil global", mas era um termo caro para aquele movimento, aquele momento. Então, eu creio que o fórum paralelo seria a sociedade civil global. Qual o sentido daquilo [o FG paralelo]? Era o sentido de proposição, de porta-voz, de vocalização de segmentos populares, segmentos que não estariam contemplados evidentemente na UNCED [CNUMAD]. Então, sobretudo de proposição de ideias, de discursos. Então, no Fórum a ideia era pressionar, e tinha autonomia para poder propor, enraizado que estava em movimentos sociais, em ideários (LANDIM, entrevista, 2011).

Ali no Fórum Global, foi onde trabalhou um seleto grupo de ativistas, oriundos de diversos países e organizações, que compuseram um Fórum Internacional de ONGs. Foi esse Fórum que escreveu os Tratados Alternativos da Sociedade Civil. Conforme Liszt Vieira,

Como os países faziam tratados, as ONGs também faziam tratados. Era uma ideia extraordinária, achei muito brilhante, mas não foi muito bem aceito por algumas ONGs, porque as diferenças são muito grandes, das ONGs de países, dentro do país, as diferenças entre as diversas ONGs, as diferenças são muito grandes. (...) Os tratados não deixavam de ser uma proposta de uma plataforma comum. É um compromisso por escrito das ONGs para os países do mundo se comprometendo a uma série de pontos e questões. E ele (Maximo Kallaw, ambientalista filipino, que fez a sugestão) chamou de tratado porque evidentemente a

palavra tratado aí é uma metáfora. Mas de qualquer maneira, uma metáfora que eu acho muito interessante. Então esses tratados foram discutidos e foram aprovados, então aquilo ali era um ponto de chegada daquele processo, mas era um ponto de partida para o futuro. Então ele foi o grande articulador, quem concebeu e impulsionou a ideia de tratado. E o Fórum Internacional apoiou intensamente a ideia de tratados. Isso foi aprovado no Fórum Global e na Rio-92. [...] Então foi isso, o tratado foi um instrumento que permitiu recolher posições e avançar nessas posições para que a sociedade civil organizada ali no Fórum Global pudesse ter uma proposta final, foi aprovado, foi resolução. Que foi depois encaminhado oficialmente para a Conferência Rio-92. São princípios gerais e são propostas específicas. (VIEIRA, entrevista, 2011).

Conforme Born (1998), autor que participou do FG e era um dos responsáveis pelo fluxo de informações entre o FBOMS e as Nações Unidas, os tratados tinham referentes à economia, à segurança alimentar, à participação de ONGs nas relações internacionais, aos compromissos éticos das ONGs, além de temas ambientais como floresta, pesca, energia, e educação ambiental. O objetivo dessa estratégia seria estabelecer uma referência para a sociedade civil, demonstrando para a opinião pública, através da imprensa, as “transformações e ações necessárias para acelerar a construção de sociedades sustentáveis”, e serviria ainda para impulsionar a “cooperação internacional entre ONGs, independentemente dos rumos e resultados do processo da CNUMAD, mas também como meio para fortalecer e ampliar as visões e propostas das ONGs frente aos atores estatais e empresariais no sistema internacional” (BORN, 1998, p. 153).

Os repertórios (modalidades) de ação dos indivíduos e grupos engajados com relação aos Tratados e outras propostas se deram no sentido de tentar dar capilaridade ao documento, entre os grupos da sociedade civil, e ainda através da entrega de documentos aos dirigentes, lobbies e outras formas de pressão. Novamente conforme Liszt Vieira,

Os tratados, por exemplo, foram entregues oficialmente ao Maurice Strong, secretário geral da conferência das Nações Unidas, da Rio-92. Através de documentos que ficaram entregues,

através de lobbies, pressão, por exemplo, o militante de uma ONG da Itália, da Alemanha, da França, do Canadá, dos EUA, ia até o diplomata de seu país e pressionava, é o que eu estou dizendo, e essa pressão, você sabe que volta, aquela ONG tem voz na sociedade, eles vão gritar, sai em jornal, podem criticar. (VIEIRA, entrevista, 2011).

Ações como essas que se direcionavam à incidência política na CNUMAD continham em si demandas específicas, e mais além, voltavam-se ao próprio sistema ONU, e muitas vezes eram de pressão para uma maior abertura para que fossem ouvidas as demandas dos grupos organizados, conforme será discutido posteriormente neste item. Tais esforços resultaram em análise positiva sobre a influência ao espaço de discussão mais formal, para vários entrevistados. Conforme Leroy,

Houve pontes entre a conferência oficial e este espaço [referindo-se ao Aterro], porque houve mais tempo investido na preparação [faz comparação com a Cúpula dos Povos na Rio+20]. Antes mesmo da conferência, antes mesmo houve diálogos, nós discutimos o relatório brasileiro oficial e várias proposições nossas, não só brasileiras, mas de outros países entraram. (LEROY, entrevista, 2012).

Vandana Shiva, indiana, física, feminista e ambientalista, é uma das expoentes nas lutas ambientalistas do chamado terceiro mundo, e tem se voltado fortemente, nos últimos anos ao embate contra sementes transgênicas. Em breve entrevista durante a Cúpula dos Povos, faz uma análise muito otimista da capacidade de influência da sociedade civil sobre a Conferência formal. Para ela, a influência da sociedade civil sobre a Rio-92 foi “*muito, muito significativa, o fator mais importante*”. Segundo sua experiência na ocasião,

Nós escrevemos aqueles tratados. 1992 foi criada pelos movimentos da sociedade civil. Os textos foram guiados pelos movimentos. Eu sei, porque eu escrevi tantos daqueles parágrafos da Convenção sobre Diversidade Biológica e a grande diferença para agora é que as corporações se autodenominam sociedade civil e estão

querendo escrever os textos. (SHIVA, entrevista, 2012, tradução da autora).

Por outro lado, conforme afirmamos antes, o diálogo e a influência sobre as Nações Unidas estavam longe de ser considerados as únicas finalidades dos engajados na construção do Fórum paralelo. Pianta (2001), mencionado no primeiro capítulo, explica que as cúpulas paralelas da sociedade civil têm sim como proposta a recomendação de políticas alternativas, mas também a disseminação de informação pública e a exposição da necessidade da composição de redes da sociedade civil. Observando um leque de cúpulas paralelas e entrevistas com seus participantes, os impactos mais marcantes das cúpulas paralelas se dariam sobre diversas áreas além da cúpula oficial, entre elas, a opinião pública, a mídia internacional, as organizações da sociedade civil, as políticas nacionais e internacionais.

As áreas de impacto delineadas por Pianta se assemelham às destacadas pelos entrevistados. Mesmo sem nenhuma referência à imprensa ou à mídia no roteiro de perguntas realizado³⁶, boa parte dos entrevistados enfatizaram o que eles chamaram por “mídia internacional” como amplamente presente no Aterro do Flamengo, espaço do Fórum Global. Houve inclusive, uma estratégia, naquele momento, montagem de centro de imprensa *“Pegamos a sede do instituto dos arquitetos do Brasil que fica no Flamengo e foi convertido num centro de imprensa, que na época foi o maior centro de imprensa jamais montado”* (GROSS, entrevista, 2011). Conforme vários entrevistados, o resultado do esforço foi o máximo impacto possível, com destaque da imprensa para o evento paralelo maior do que para o oficial.

Certamente, a estratégia de impacto sobre a imprensa não é fechada em si mesma. Ela pode ser compreendida como uma ferramenta para atingir a opinião pública, Estados, instituições internacionais e suas políticas. As propostas variavam entre mostrar que existia uma sociedade civil, que ela estava organizada, forte; usar da comunicação enquanto um instrumento de denúncia, de maneira mais geral, ao potencial destruidor da vida humana e do ambiente com o aprofundamento dos modos de vida pautados pelo capitalismo; e avaliar, pelos participantes engajados, o andamento da Conferência Oficial (ANDRADE, 1994).

Villareal explica que outros países latino-americanos fizeram seus

³⁶ Conforme anexo, na última página.

processos preparatórios para o Fórum Global, e lembra de uma experiência de encontro entre ONGs e movimentos sociais da região, quando houve uma tentativa de cooptação de grupos engajados.

Tínhamos muito contato com o pessoal do chamado FBOMS, com o pessoal de dentro do fórum. Mas tinham dirigentes (da Amigos da Terra) de todos os países da América Latina tratando de colocar discursos distintos. Das preparações, me lembro de uma em Alleñas (sic), no Chile, onde a sociedade civil se encontrou com os governos e eles queriam colocar seu discurso, com muita força. (...) Me lembro bem da reunião no Chile, com a estação de esqui, numa parte charmosa levaram todos a comer caviar, muito bonito, mas o governo e as corporações esperavam colocar a sociedade civil no bolso. O tiro saiu pela culatra, totalmente. (VILLAREAL, entrevista, 2012).

Uchita de Zoyza (2012) menciona ainda o Comitê Diretivo (*steering committee*) de ONGs, que tinha origens múltiplas “nós vimos emergir um fórum de stakeholders, por futuros sustentáveis, e nós criamos uma plataforma comum”. No seu país, o Sri Lanka, Uchita foi o representante do Comitê Diretivo. Tivemos a oportunidade de conversar também com o co-presidente desse Comitê, Roberto Smeraldi (2011), ambientalista ítalo-brasileiro. Entre 1989 e 1992, Smeraldi participava da rede Amigos da Terra Internacional. Atualmente, dirige a Amigos da Terra-Amazônia Brasileira.

Conforme o entrevistado, o comitê diretivo (*steering committee*) surgiu em sequência à formalização da Assembleia Geral da ONU sobre a decisão da conferência, em 1989. Seu papel se dava “em duas interfaces”: a mediação da discussão interna com a sociedade civil no Comitê e nos eventos nos países que se preparavam para a conferência, e fazer a interface externa, nas PrepComs das Nações Unidas e durante a conferência. Todo o processo do Comitê Diretivo (*Steering Committee*) visava influenciar a conferência oficial.

O objetivo mais formal do Comitê Diretivo era criar uma agenda de demandas da sociedade civil para tentar influenciar a conferência oficial. A agenda foi chamada por Agenda Ya Wananchi.

os últimos seis meses, foram dedicados a levar

essa agenda Ya Wananchi, essa agenda do cidadão, para os diplomatas, para os governos, para que ela fosse além das negociações oficiais fosse levada em consideração também essa agenda paralela, que demanda da sociedade civil. (...) Todo o processo que eu mencionei ele visava mais desembocar, influenciar a Conferência Oficial, que foi no Rio Centro. (SMERALDI, entrevista, 2011).

O secretariado era baseado em Nairobi, mesma cidade sede do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA). Isso porque o Centro de Alianças Ambientais (*Environmental Liaison Center*, ELCI), rede de organizações sociais ambientalistas ligada ao PNUMA, também era sediado lá. Também houve um secretariado em Paris, devido à Conferência das ONGs em Paris, que foi realizada em dezembro de 1991.

Porque para chegar a esse evento final em Paris, que depois culminou em um documento, a Agenda Ya Wananchi, que é uma palavra em língua swahili (idioma banto, falado em países do norte africano), que quer dizer agenda do cidadão, e tinha que preparar esse documento, tinha que preparar, eleger os representantes da sociedade civil de todos os países que iriam para essa reunião de Paris. E mantendo uma série de balanços. Balanços entre países, entre regiões, entre gênero, entre entidades que trabalhavam sobre meio ambiente, com outras que trabalhavam sobre direitos humanos, sobre aspectos sociais, sobre aspectos econômicos, como sindicatos, etc. Então, o grande desafio era preparar essas reuniões preparatórias, que ocorreram em quase todos os países do mundo, acho que em 170 países, e tinha que ir na maioria delas, e aí, em alguns países, é claro que a sociedade civil já estava mais do que preparada para tanto, às vezes podia ter até problemas de escuta ou de espaço para quem ia, tipo, países tipicamente desenvolvidos como, europeus, EUA, Austrália, aí tinha uma certa competição de instituições, " ah, eu quero representar", aí tinha que ter mais um papel de dizer que " olha, não é que todo mundo

pode ir, temos que encontrar formas de encaminhar sugestões conjuntas, não podemos ter uma hiperrepresentação de vocês só porque vocês tem uma sociedade civil já mais desenvolvidas, tem que garantir também as outras. (SMERALDI, entrevista, 2011)

A discussão sobre a representação também acontecia nos países do Sul, mas os obstáculos eram diferentes.

Tinham países como Jordânia, ou como Mauritânia, ou como Ilhas do Pacífico, onde era extremamente desafiador e difícil até montar uma conferência preparatória, porque às vezes os governos não deixavam, ou não tinham liberdades básicas para fazer isso ou as mulheres não eram permitidas de participar, ou alguns dos participantes potenciais estavam presos, e aí vai, problemas bem básicos. Então, grande parte do trabalho era fazer chegar de cada país sugestões, e depois criar um balanço. (SMERALDI, entrevista, 2011)

Certamente, o problema da representação de sociedades civis nacionais no Comitê Internacional não se resolvia completamente com essas medidas mencionadas por Smeraldi - mesmo ao se pensar nas formas de representação política diferentes da representação eleitoral, compreendendo, os debates recentes sobre a pluralização da representação (LUCHMANN, 2007; 2011). Ainda que tenha havido alguma cautela na escolha dos participantes mediante a questão geográfica, étnica, temática ou de gênero, a qualidade da representação no sentido da responsividade, da autorização pelos representados e da prestação de contas sobre as atividades ficariam suspensas. Por outro lado, assim como as experiências do Fórum Global, a busca por uma legitimidade da participação política das organizações da sociedade civil e seus ativistas restaria sobre a temática com que se relacionam e nas propostas³⁷ que apresentam, conforme mencionado no primeiro capítulo

³⁷ Sobre isso, uma das discussões recentes sobre pluralização da representação aponta para a noção de representação discursiva, trazida por Dryzek e Niemeyer (2008). A concepção é que não somente pessoas e grupos podem ser representados, como também discursos. Nesse sentido,

(VILLA, 2009).

Ao analisar a Agenda *Ya Wananchi*, firmada na Conferência de Paris, não é difícil perceber que ela se assemelha em vários pontos com os documentos oficiais derivados da CNUMAD. Faz-se destaque à seguinte proposição:

Para monitorar a implementação de instrumentos internacionais em nível global, uma Comissão em Desenvolvimento Sustentável deve ser estabelecida, e deverá ter uma estrutura de governança tripartite, sendo composta de representantes de governos do Norte e do Sul, corporações transnacionais e organizações não governamentais.³⁸

Formalmente, uma Comissão em Desenvolvimento Sustentável foi sugerida através da Agenda 21, em seu parágrafo 38.11,

para assegurar o acompanhamento efetivo das atividades geradas pela Conferência, assim como para intensificar a cooperação internacional e racionalizar a capacidade intergovernamental de tomada de decisões encaminhadas para a integração das questões de meio ambiente e desenvolvimento, e para examinar o progresso da implementação da Agenda 21 nos planos nacional, regional e internacional(...). A Comissão estará integrada por representantes dos Estados eleitos como membros, levando em consideração a distribuição geográfica equitativa. Os representantes dos Estados não-membros da Comissão terão o estatuto de observadores. A Comissão permitirá a participação ativa dos

para os autores, a pressão em torno de determinados discursos com sentido democratizante pode aferir validação democrática às atividades dos atores de ONGs, por exemplo. Os atores enfatizam as esferas públicas transnacionais e a representação discursiva já ocorreria, de fato, em diversos cenários. A noção conta com um propósito normativo, da construção de Câmaras de Discursos, para a realização de deliberações políticas. Tais reflexões, para serem aprofundadas exigiriam um estudo mais focado, ao qual esse trabalho não se pretende.

³⁸ Agenda Ya Wananchi, 1991.

órgãos, programas e organizações do sistema das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais e outras organizações intergovernamentais pertinentes e incentivará a participação das organizações não-governamentais, inclusive da indústria e das comunidades empresarial e científica.³⁹

É a mesma proposta. Certamente, tal parágrafo e a concretização posterior da Comissão se relacionam fortemente, ainda que não tenham derivado imediatamente do texto da Agenda *Ya Wananchi*. A proposta de vigilância sobre o desenvolvimento sustentável foi discutida e negociada durante as *PrepComs* e outros espaços. Mas serve aos desígnios desse trabalho explicitar, inclusive, as fortes afluências entre os documentos da sociedade civil e os oficiais da conferência.

A Agenda 21 coloca várias questões que foram realmente, colocadas pela sociedade. A começar pela responsabilização de poder e consumo dos países industrializados. Porque até então, os governos da Europa, dos EUA, não queriam que se reconhecessem formalmente suas responsabilidades. (LEROY, entrevista, 2012).

Por sua vez, Born (1998) destaca que um dos maiores resultados da Conferência teria sido a Agenda 21, documento de caráter não vinculante no sistema internacional, à diferença das convenções assinadas na mesma conferência. O que fez com que a agenda tivesse tamanha qualidade seria justamente o suporte das ONGs de todo o mundo na persecução de seus desígnios.

Cabe destacar também a compreensão distinta sobre quem são os titulares legítimos na governança global para os redatores da Agendas 21 e *Ya Wananchi*, e dos tratados alternativos da sociedade civil, no Fórum Internacional de ONGs. O sentido do Fórum Internacional era mais contra-hegemônico, e os documentos derivados explicitam melhor o afastamento:

Denunciamos o fato de as grandes corporações transnacionais se constituírem como um poder acima das nações, em conluio com muitos

³⁹ ONU, Agenda 21, 1992.

governos e instâncias públicas internacionais, apresentando-se como campões do desenvolvimento sustentável. Faz-se urgente, se não quisermos ver atingida a soberania de nossos países e desmoralizada a ONU, impor um controle democrático a essas grandes corporações e ao chamado livre mercado. Somente na medida que elas demonstrem, de fato e na prática seu empenho em abrir mão do mito do crescimento ilimitado, poderemos acreditar no seu hoje pretense engajamento no projeto de desenvolvimento sustentável.⁴⁰

Em conteúdo, fica claro que as plataformas do Comitê Internacional e do Fórum Global tinham divergências. E também as tinham na forma.

Lá no Fórum o foco era diferente. Era mais uma... vitrine, uma exposição, uma amostra do que eram as atividades e a capacidade inovadora e os projetos dessas instituições. Por outro lado, no âmbito do nosso comitê, do processo do Steering Committee, as instituições visavam influenciar a agenda da conferência. (SMERALDI, entrevista, 2011).

Então, o Steering Committee, ele era mais oficial, ele era mais, vamos dizer... minha relação com o Steering Committee foi bastante limitada. O Steering Committee era uma coisa mais da grife, assim, então, longe da efervescência do que foi o Fórum. Então, se não tivesse essa coisa de Fórum Global como ocorreu, provavelmente o Steering Committee teria sido o palco maior. Mas o Steering Committee acabou sendo ofuscado pela proeminência do Fórum Global, que foi a ordem do Maurice Strong. Então, o Steering Committee ficou uma coisa meio... uma boa ideia que acabou sendo atropelada pela dinâmica, pela efervescência pelo dinamismo da sociedade civil. Não sei se outras pessoas concordariam com isso.

⁴⁰ Declaração do Rio de Janeiro, Tratados Alternativos da Sociedade Civil, 1992.

(CAPOBIANCO, entrevista, 2011).

Apesar desses afastamentos, a origem do Fórum Internacional de ONGs é imbricada ao *Steering Committee*. Conforme Born,

durante o Prepcom 3, surgiu a proposta de um fórum dos fóruns e redes, que se baseando na Conferência de Paris e na Agenda Ya Wananchi, pudesse permitir a articulação das ONGs, com base em plataformas comuns, mas respeitando-se a diversidade de idéias e posições. (...) O Fórum Internacional de ONGs teve os membros de sua coordenação eleitos na Conferência de Paris e, sucedeu, assim, ao Comitê Diretivo estabelecido pelo ELCI. (BORN, 1998, p. 152)

É possível sugerir que os afastamentos, especialmente no sentido de uma compreensão mais conflitiva (Fórum) ou mais aceitadora de um cenário internacional constituído por uma distribuição de poder pendente ao mercado (Comitê Diretivo), se tratam, por um lado, dos momentos da escrita (dezembro de 1991 ou junho de 1992), e de uma esperança maior ou menor de serem refletidas as sugestões da sociedade civil transnacional nos documentos oficiais. Por outro lado, as distintas composições de coordenação também levam a organizações discursivas mais ou menos resistentes ao sistema.

A questão da autonomia da sociedade civil, ou de suas limitações, fica explicitada tanto no Comitê como também no Fórum. O Comitê Internacional era intimamente relacionado ao PNUMA, e haveria respaldo em relação ao Fórum Global sobre a figura de Maurice Strong, secretário geral da CNUMAD, mencionado por muitos entrevistados. Tais situações, entre outras que foram trazidas à luz pelos entrevistados, tornam pertinente a crítica aguda de Marin.

Na década de 1990, houve várias manifestações da sociedade civil, mas mais sob a tutela de programas das Nações Unidas. Eram as Nações Unidas que controlavam a agenda. Elas marcavam o próximo passo, e a sociedade civil ia. (...) Era um intento de multilateralismo, e a Rio-92 se insere nesta etapa, mas se esgotou o processo, justamente porque a sociedade civil ficava sob a

tutela das Nações Unidas. (MARIN, entrevista, 2012, tradução da autora).

Uma interpretação possível é que a compreensão de vários dos que realizavam o fluxo de interações e informações entre as Nações Unidas e a sociedade civil estavam menos preocupados com a garantia de uma ampla autonomia para a sociedade civil e, entre seus objetivos, observavam a possibilidade de fortalecimento da sociedade civil e de realização de seus intentos a partir do pretexto da CNUMAD. É interessante a visão de Capobianco, para quem

Não foi a conferência que fez com que surgisse o Fórum. Foi o compromisso. Tanto as ONGs brasileiras como as estrangeiras perceberam que tinham que se organizar para influenciar a conferência. E é essa a diferença. Claro que a conferência foi o chamariz. (...) A conferência motivou as organizações para o que estava acontecendo. (CAPOBIANCO, entrevista, 2011).

De fato, certamente as ONGs e movimentos sociais que compuseram os espaços da sociedade civil preparatórios e durante a Rio-92 não surgiram ali. Conforme os entrevistados, o engajamento data de muito antes de 1992. A metáfora do “chamariz” permite lembrar o conceito de estruturas de oportunidade política sistematizado por Tarrow (2007), que, conforme mencionado no primeiro capítulo, são elementos externos que interferem, oportunizam, mas não determinam a ação coletiva. De acordo com Tarrow (2007), o internacionalismo pode se configurar como um alargamento da noção de estrutura de oportunidade política, incluindo a relação entre os diversos atores estatais, não estatais, instituições internacionais e as oportunidades produzidas para a ação coletiva.

Entre os fatores que contribuíram para uma oportunidade política favorável à ação coletiva estão os laços, as alianças realizadas entre os ativistas e os indivíduos nos Estados e instituições internacionais. Ao mesmo tempo que eram oportunidades para a ação, essas alianças corresponderam aos resultados dos esforços empreendidos. No caso da Rio-92, conforme mencionamos, tais alianças com o plano institucional se relacionariam a uma identidade compartilhada, especialmente no campo do ambientalismo, e no reconhecimento do potencial transformador da sociedade civil por parte de políticos influentes. Eram correntes as aproximações com pessoas do governo dos

respectivos países, fossem diplomatas, parlamentares ou ministros. E novamente, as menções ao então Secretário Strong podem exemplificar.

Maurice Strong é uma figura que tem uma história de vida muito fora do comum, que é empresário e ambientalista ao mesmo tempo, e que sempre fez coisas do jeito que ele achava que tinha que ser feito. Não entendo muito bem como, mas ele criou um espaço político para ele onde ele conseguia cargos onde ele poderia colocar suas ideias pouco ortodoxas. Então, ele foi escolhido para ser o secretário geral da conferência de Estocolmo em 72, depois ele foi o primeiro diretor executivo do PNUMA. Então ele convivia e era respeitado pelo movimento ambientalista. Mas eu acho que ele, que a vontade dele, a sacada dele, de que, para a pauta de negociações no plano intergovernamental avançar, para ter mínima chance de avançar no âmbito de decisões de como implementar as recomendações tinha que ter pressão, não poderia deixar isso para delegações governamentais, para funcionários públicos. Então, eu acho que ele deve ter sacado que o esgotamento de entidades que estavam na lista oficial, e resolveu abrir, e conseguiu, não sei como, impor isso na ONU. E, disfarçadamente, foi ele que, por trás dos panos, falou com governos de países doadores, “pode parecer arriscado, mas bote dinheiro na realização do Fórum Global porque é importante”. Acredito que ele deu essa mensagem para vários governos. (GROSS, entrevista, 2011).

Mais além nessa perspectiva, cabe destacar que as estruturas de oportunidade política seriam uma dimensão do contexto político-institucional e, no caso estudado, não se encerram no evento do Rio de Janeiro em 1992. Ainda que apresentassem vários limites à participação, o plano institucional era formado por programas e agências das Nações Unidas que dialogavam com organizações não-governamentais, um elemento facilitador. Apenas para citar alguns: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, criado em 1972, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, criado em 1965, Conselho Econômico

e Social (ECOSOC), criado em 1945⁴¹. Soma-se a isso um contexto profícuo para novas ações transformadoras, pautado pelo final da guerra fria, a reconfiguração discursiva do conflito político global de Leste/Oeste para Norte/Sul, no intento do rumo à multipolaridade.

Nessa direção, as Conferências das Nações Unidas da década de 1990 se configuraram como espaços proporcionados pelas Nações Unidas que dão vez e voz para as ONGs, havendo envolvimento na apresentação de *papers* durante as reuniões, pressão para tomada de medidas específicas e o monitoramento de reuniões (VIEIRA, 2001). Para citar as Conferências abertas à participação da sociedade civil, além da CNUMAD, podemos apontar a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, em 1993; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; a Conferência sobre Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995; a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, em 1995; e a II Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, em Istambul, em 1996 (idem).

As Conferências da ONU da década de 1990, no plural, se configurariam como estruturas de oportunidade política de internacionalização das ações coletivas, e se inseriram num processo político que permitiu não somente o aprofundamento da globalização das relações sociais, como também do capital financeiro e do projeto político neoliberal.

3.5 POR UMA OUTRA RAZÃO

Caminhando pelos jardins do Parque do Flamengo durante a Cúpula dos Povos paralela à Rio +20, encontrei o Sr. Kenichi Tsugumi, japonês que já conhecia aquele local, porque participou do Fórum Global quando era voluntário da ONG Amigos da Terra Internacional em 1992. Atualmente, dirige o *International Recycling Education Center* (IREC). Ao ser perguntado se os documentos formais das Nações Unidas repercutiam as vozes da sociedade civil, levemente responde:

Documentos? Não sei sobre os documentos. Já faz 20 anos... Esta praia é muito bonita. Então, 1992.

⁴¹ Ainda assim no ECOSOC, o *status* das ONGs é consultivo, e não há ausculta ou espaço de participação garantido em instâncias como a Assembleia Geral ou o Conselho de Segurança (VIEIRA, 2001, p. 115).

Colombo veio para a América do Sul em 1492, então, 500 anos antes. Colombo e os europeus, essa intervenção dos povos brancos... (TSUGUMI, entrevista, 2012, tradução da autora).

Poucos minutos antes, Tsugumi também tinha explicado que

As fronteiras nacionais são muito artificiais, políticas. Mas o ecossistema e a atmosfera não têm fronteiras. E a chuva e o oceano não tem fronteiras. Então, o ecossistema é regional e é global. E o sistema artificial é para nós, humanos. E todo ecossistema precisa existir, e ser preservado, são sistemas vivos, não são dos humanos, não são nossos ou nacionais.

Ele tinha muito a dizer e não sabia sobre os documentos. Kenichi está entre os que me convenceram, mesmo sem ser interpelado sobre isso, que esta análise não deveria ser exclusiva sobre a Agenda 21, a Declaração do Rio ou as Convenções da CNUMAD. Num passado recente, a incidência do poder ocidental sobre o seu país era distinta dos povos do chamado Sul global. Mais importantes do que as diferenças, me pareceram as intenções de olhar para o Sul, compartilhar experiências e até aprender com o Sul.

O senhor Kenichi não era oriundo de uma cultura colonizada do Sul, assim como vários outros estrangeiros que pude entrevistar, dispostos a conversas em momentos breves entre suas participações nas atividades autogestionadas ou plenárias na Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo, em 2012. Mesmo assim, entre esses ativistas gentis, foram poucos os que contestaram um protagonismo dos povos do Sul na orientação do evento paralelo transnacional, vinte anos antes. Me pareceu que havia, naqueles visitantes ao Brasil, uma forte disposição em conviver, em compartilhar com os mais diversos povos e culturas.

Por outro lado, nas minhas caminhadas pela Cúpula dos Povos, vinte anos depois da Rio-92, abordando os transeuntes pelo Aterro do Flamengo, não encontrei nenhum ativista negro ou africano que tenha participado do evento vinte anos antes e tivesse retornado ao Aterro. Conversei também com poucas mulheres, e apenas Vandana Shiva em situação de protagonismo. Tais aspectos podem ser problematizados. De

certa forma, é possível desconfiar que alguns dos traços mais marcantes das estruturas de poder da modernidade ocidental, e de suas capacidades de exclusão, estavam reproduzidos ali.

Entre os relatos que congregam dessas desconfianças, acrescento o questionamento que fiz a Jesse Ribot, após ter visto apenas um stand na Cúpula Paralela de 2012 com participantes africanos - justamente, da rede que ele, apesar de estadunidense, participava. Ao ser perguntado sobre como foi a participação das sociedades civis africanas vinte anos antes, no fórum paralelo, Ribot respondeu que *“foi muito semelhante. Aqui, no fórum dos povos, não vejo grande diferença em relação ao que foi a participação africana”*. Já sobre a participação feminina, é possível trazer a explicação de Leilah sobre seu papel no fórum paralelo: *“Eu entrei enquanto ONG, tinha uma qualificação enquanto pesquisadora, e eu não era muito identificada como uma ativista política ali dentro: ali você tinha os craques, todos homens, era uma trupe feroz de homens”*.

Em meio a essa constituição imperfeita, havia um sentido compartilhado transformador, libertador. Destaca-se o discurso de Villareal, que retoma a insurgência de socioambientalismo como uma noção do Sul, brasileira. Para ele,

a Eco catalisou e deu mais força ao discurso socioambiental, e aí o aporte brasileiro foi fundamental. Havia um discurso socioambiental muito claro: no espaço, em toda a etapa preparatória, e que não era nem aqui no Brasil, era em Genebra ou Nova York, preparando a conferência três anos antes, aí havia uma disputa muito grande. E sim, tínhamos uma presença muito forte de pessoas do Sul, dirigentes, ecologistas, colocando a temática do desenvolvimento, da ecologia e desenvolvimento, como se podia compatibilizar a coisa. Mas de todas as maneiras, como eles (os dirigentes do Norte) viam, sequer era possível entender os problemas. (VILLAREAL, entrevista, 2012,

tradução da autora).

As considerações de Villareal explicitam que, sem um forte protagonismo do Sul, e especialmente, de suas forças da sociedade civil, os resultados da Conferência teriam sido muito diferentes. A discussão sobre população e um preservacionismo exclusivista, por exemplo, eram tônicas dos discursos dos governos do Norte.

Em 1992, entretanto, lembro que tinha um discurso importante sobre a população, porque o Norte dizia que os pobres não são democráticos, que tinham que fazer controle de natalidade e que a culpa seria disso – “eles são tantos que não podem proteger o meio ambiente... vamos criar empresas que os protejam”. Nós dizíamos não, que isso era malthusianismo. Então, era uma briga bem grande. Os representantes do terceiro mundo tiveram um papel importante em relação a isso, e que ainda persiste. Em organizações mesmas como a Amigos da Terra Internacional, que surgiu em 71, quase em redor da Conferência de Estocolmo, o grupo brasileiro era o único do Sul quando se fundou a organização. Além do Brasil, eram os Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, e uns outros. Eram quatro ou cinco grupos e o Brasil era o único do Sul. Mas a força toda eram das ONGs do Norte. Então, todos os discursos eram monotemáticos. Todos defendendo às baleias etc, mas toda a problemática socioambiental não cabia em suas cabeças para nada. E em 1992, ou seja, no processo de construção para a Cúpula, isso muda radicalmente. Entramos em outra quantidade, dissemos: não, a condição é assim, o discurso é outro, as soluções são outras, os problemas são outros. Os problemas são do capitalismo, com certeza (VILLAREAL, entrevista, 2012, tradução da autora).

Ainda que o entrevistado realize algumas conclusões predominantemente a partir da experiência de sua própria organização, a compreensão de que havia um confronto de perspectivas era clara, e ia para muito além da Amigos da Terra. Algumas lutas estavam, de fato,

mais presentes no Sul do que no Norte. Isso tem a ver com aquele ecologismo dos pobres, de Martinez (1992, 2007), e também tem a ver com a emergência de um pensamento de fronteira, capaz de articular lutas subalternas (ou subalternizadas), combinando-as para reorientar os centros e margens.

3.5.1 Desenvolvimento sustentável?

É novamente Alberto Villareal quem traz a tona a temática do desenvolvimento sustentável ao discutir as aproximações e afastamentos entre os tratados alternativos da sociedade civil e os documentos das Nações Unidas.

A construção dos tratados (da sociedade civil) foi um processo muito rico, que ficou documentado. Uma coisa poderosa, que ia justamente traçar a narrativa de desenvolvimento sustentável que nós almejávamos. Certo que isso vai por outra linha, totalmente diferente do que queriam os governos. Como te digo, os governos pretendiam seguir fazendo o capitalismo, mas com algumas distinções, com tecnologia, justamente. Não questionavam o plano, o modelo de produção como tal, “com tecnologia vamos encontrar a saída, tecnologias de colocar filtros nas chaminés no lugar de mudar o sistema de produção, vamos colocar filtros nas chaminés para que contaminem um pouco menos”, era essa a visão deles (VILLAREAL, entrevista, 2012, tradução da autora).

A preocupação por “traçar a narrativa de desenvolvimento sustentável” é importante, uma vez que seu conteúdo, seu significado, estava em disputa. Liszt entende que, para todos os efeitos, o termo carrega um significado mais relevante do que permissivo.

O relatório da comissão Brundtland foi marcante. O termo desenvolvimento sustentável passa a ser usado daí em diante. É claro que também é um nome, você pode dar diversos conteúdos a isso, não é a magia do nome, mas não há dúvida de que o nome já leva a uma discussão mais ampla que economia verde [em crítica à Rio +20], que não

vai conseguir, mas pretende encerrar em questões puramente econômicas. O desenvolvimento sustentável levava em conta outros elementos, não só o econômico, o social, mas também o ambiental, o cultural, etc. (VIEIRA, entrevista, 2011)

Pode ser interessante considerar também a avaliação de Fabio Feldmann:

Eu acho que o grande saldo do Rio de Janeiro, do ponto de vista do conteúdo, foi legitimar o conceito de desenvolvimento sustentável, adotar uma série de princípios e temas, quer dizer, as convenções são importantes. (...) Eu acho que a conferência do Rio produziu bons textos. Eu acho que os tratados internacionais obtidos no Rio são muito bem sucedidos. Eu acho que a questão de hoje é a implementação, não é a questão do conteúdo. Então com um lobby você pode dizer que, talvez, na declaração do Rio, poder-se-ia colocar isso em vez daquilo... Só que eu jamais diria que, se tivesse sido diferente, os tratados [oficiais] refletiriam em grandes mudanças. (FELDMANN, entrevista, 2011)

Em contraponto, ao ser questionada sobre o tratamento da noção de desenvolvimento sustentável pelo FBOMS, Selene Herculano responde que

Em linhas gerais era tratado como sendo uma farsa. É o que eles chamam um oxímoro, é aquela expressão impossível. Um gelo quente é um oxímoro, não pode ser, tem que ser frio. Então o desenvolvimento sustentável seria um oxímoro, porque a sustentabilidade não pode coexistir com a ideia de desenvolvimento entendida como crescimento exponencial da economia. (HERCULANO, entrevista, 2011).

Esses discursos divergentes representam bem a pluralidade das formas de tratamento da noção de desenvolvimento sustentável na ocasião. É relevante retomar a concepção mais difundida do Relatório

Nosso Futuro Comum, ou Brundtland (1987), que define como “o desenvolvimento que encontra às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, observados os limites e capacidade dos processos ambientais”.

Tal compreensão inaugura um documento pautado nas relações políticas, sociais e econômicas como se davam, e é apaziguador (e não contestador) das relações de forças entre os setores. Em contraste, pode-se apresentar um dos tratados alternativos da sociedade civil, “Empresas Transnacionais (ETNs) - Regulação Democrática de sua Conduta”,

As ETNs são responsáveis em grande parte pela crise ambiental global e por muitos problemas econômicos e sociais resultantes do “desenvolvimento”. As ETNs são as principais entidades em um processo de desenvolvimento que envolve concentração do poder econômico e da produção, que conduz à desigualdade social e política e à perda da diversidade cultural.⁴²

De qualquer forma, os tratados alternativos da sociedade civil não apresentam coerência plena entre si, uma vez que são resultados de diferentes reuniões de uma pluralidade de atores, no curto período dos doze dias de encontro. Assim, o texto sobre Mudanças Climáticas não apresenta uma recusa radical do desenvolvimento sustentável. O objetivo do documento seria

atingir a estabilização das concentrações de gases na atmosfera, a um nível que evitaria uma interferência antropogênica perigosa no sistema climático. Tal nível, deveria ser atingido em um período de tempo suficiente, para permitir que os ecossistemas se adaptassem naturalmente à mudança climática, assegurando que a produção alimentícia não seja ameaçada, e permitindo que o desenvolvimento econômico prossiga de uma forma sustentável.⁴³

⁴² Empresas Transnacionais: Regulação Democrática de sua Conduta, Tratados Alternativos da Sociedade Civil, 1992.

⁴³ Acordo Alternativo sobre Mudança Climática, Tratados Alternativos da Sociedade Civil, 1992.

Mesmo nesse texto, a tônica geral é a rejeição a um modelo de desenvolvimento econômico específico, aquele posto enquanto realidade incontestável pelo capitalismo. A Declaração do Povo da Terra faz justamente essa ressalva, ainda que também faça menção favorável ao desenvolvimento sustentável:

Procuramos alternativas para as quais ainda não existem padrões claros. O modelo dominante de desenvolvimento e suas instituições emergiram há mais de 500 anos. As duas semanas que passamos em deliberações, no Rio, são somente um começo para criar uma alternativa.⁴⁴

Por que a sociedade civil aceitou compactuar com uma expressão iniciada por “desenvolvimento”, um termo tão colado ao seu sentido utilitarista e a ideários economicistas (ESCOBAR, 1995), como componente da noção que discute a interface entre o futuro e o presente, o necessário e o possível, o social e o ambiental? Uma forma de responder a essa questão é retornando à compreensão de Santos (2001), de que num contexto de transição, uma sociabilidade de fronteira, privilegiada, impulsionaria a emergência de um novo paradigma. Ainda assim, as ações se dariam em ziguezague, em sua metáfora, pelas margens “numa navegação por cabotagem”, ora rumo ao paradigma dominante, ora rumo ao paradigma emergente.

Outra maneira de responder à questão é lembrando que não somente os criadores de discursos e projetos dominantes são capazes de atribuir sentidos. Villareal foi claro: “traçar a narrativa de desenvolvimento sustentável que nós almejávamos”. Havia projetos concomitantes, voltados à mesma expressão, sem dúvidas. E Herculano não estava enganada quando dizia que o desenvolvimento sustentável era tratado como “uma farsa”, “um oximoro”. Em geral, os movimentos não aceitaram a proposta. Mas boa parte dos entrevistados estava presente nas interfaces entre as discussões institucionais e não institucionais, e suas visões de mundo não eram afeitas a uma resistência passível de ampliar o fosso daquele processo então embrionário do estabelecimento de relações entre as Nações Unidas e a sociedade civil, notadamente através das ONGs. Um sentido menos

⁴⁴ Declaração do Povo da Terra, Tratados Alternativos da Sociedade Civil, 1992.

contestador mas, ainda assim, de tônica emancipatória, pode tê-los incitado à tal aceitação.

3.5.2 Atribuições de sentido e projetos políticos da sociedade civil transnacional

Para melhor tratar essa questão, debruçamo-nos sobre os modos de atribuição de sentido que permearam e os projetos que motivaram as ações coletivas no evento em questão. Foi possível desvendar quatro modos de atribuição de sentido para o desenvolvimento sustentável realizados pela sociedade civil na Rio-92, em especial pelas ONGs: resistência, hibridação subalterna, discurso formal e “terceiro setor”.

Modo 1) Resistência: conflituoso com a noção de desenvolvimento sustentável, devido à sua indissociabilidade do ideário neoliberal. Compartilhado por aqueles grupos de “resistência”, que se recusam a ecoar discursos fortalecedores do sistema dominante - em geral, poucos dentre esses grupos estavam organizados enquanto ONGs, eram associações, sindicatos, movimentos sociais de base e étnicos;

Modo 2) Hibridação subalterna: atribui ao desenvolvimento sustentável sentidos contestatários do modelo econômico dominante e exigentes da reorganização do sistema internacional, com vistas à democratização das relações políticas, econômicas e sociais. Visava subsidiar-se da recém-adquirida visibilidade da noção de desenvolvimento sustentável proposta pelo Relatório Brundtland e evidenciada devido à eminência da Conferência do Rio em confrontos e articulações com governos, instituições intergovernamentais e empresas em contextos locais, nacionais, regionais e transnacionais. Traz consigo a construção de um “discurso híbrido subalterno”, que combina e interpenetra diferentes projetos, ideários e valores. As negociações intersubjetivas pelo significado orientariam para uma nova versão de desenvolvimento sustentável com um viés ligeiramente diferente da noção marcadamente institucional, ao destacar dela apenas os aspectos favoráveis à transformação. Tais processos visavam a passagem de objetivos e visões de mundo subalternas para a tônica dominante;

Modo 3) Discurso formal: acata as noções de desenvolvimento sustentável propostas pelo Relatório Nosso Futuro Comum, visando a reforma do modelo econômico dominante e a reorganização do sistema internacional, com vistas ao cumprimento dos regimes internacionais de direito ambiental e direitos humanos. Também visava subsidiar-se na recém-adquirida visibilidade da noção de desenvolvimento sustentável em negociações com governos, instituições intergovernamentais e empresas em contextos locais, nacionais, regionais e transnacionais. Não era contestatário da versão institucional, especialmente devido à confiança na insurgência de uma institucionalidade internacional mais democrática, justamente pela participação em espaços mais formais, pelo diálogo com instituições de suas organizações ou redes dos processos preparatórios das constituições de discursos institucionais, e/ou devido à identificação com o conteúdo geral dos documentos formais;

Modo 4) “Terceiro setor”: acata as noções de desenvolvimento sustentável propostas pelo Relatório Nosso Futuro Comum, visando oportunidade de atuação na realização de projetos e na vigilância de práticas propostas pela Agenda 21. Pretendia se subsidiar na recém-adquirida visibilidade da noção de desenvolvimento sustentável como pretexto para articulações utilitaristas com governos, empresas, instituições intergovernamentais e fundações em contextos locais, nacionais, regionais e transnacionais. Não era crítica à versão institucional, e era perseguida mais por indivíduos do que por coletivos. Tal modo de atribuição de sentido poderia se atribuir aos líderes de organizações do “terceiro setor” que tinham como finalidade a obtenção de lucro ou status.

As convergências e divergências nos discursos nos levam a tentar responder quais modos estariam orientados por um projeto político de construção de contra-hegemonia(s) ou por um projeto político de colaboração com o sistema dominante. Tais aproximações e afastamentos se demonstram na figura abaixo:

Figura 1. Modos de atribuição de sentido ao desenvolvimento sustentável pela sociedade civil transnacional na Rio-92, conforme projetos políticos.



Fonte: Construção da autora.

No processo transnacional, de grupos multifacetados, esses modos não estavam distribuídos necessariamente conforme a origem geocultural, sentimento de pertença étnico ou temático - com a exceção do modo *hibridação subalterna*, percebido nos ativistas oriundos do Sul. Mais além, a escolha por modos não era estanque, necessariamente exclusivo entre um e outro. Os modos de atribuição de sentido aqui propostos representam apenas modelos, tipologias gerais, referentes à atribuição de significância para o desenvolvimento sustentável. Os sentidos para ação eram difusos. Para exemplificar as interfaces de modos de atribuição de sentido para o desenvolvimento sustentável para além do Relatório Brundtland, observaremos novamente a Agenda 21.

Como dissemos, a Agenda se trata de um programa de ações redigido durante a Conferência do Rio que se destaca por ser um dos documentos mais conhecidos derivados de conferências das Nações Unidas (BORN, 1998), mencionado com otimismo por boa parte dos entrevistados. Mediante a pluralidade de atores que incidiram politicamente em seu texto, não é difícil perceber ela mesma como fruto de discursos em confronto. Em suas linhas, compartilham o mesmo espaço a repulsa pelas injustiças sociais e entre as nações, e as sugestões de estratégias para superação dos problemas ambientais através de um

melhor gerenciamento, com vistas à prosperidade. Conforme trecho do preâmbulo da Agenda21:

defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos - em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável.⁴⁵

Esse documento se desdobrou no imenso apoio de ONGs ao redor do mundo, sem discriminá-lo por seu tom carregado de uma percepção de que a natureza deve servir ao homem e de que o crescimento econômico, através da liberalização do comércio, deve ser indubitavelmente perseguido pelos países. Tais olhos fechados podem se dever aos vários avanços também cunhados nos seus capítulos, tais como o sentido da discussão sobre a dívida externa (ainda que se voltasse ao alívio da dívida, e não seu cancelamento efetivo), a sugestão de realocação de recursos dispendidos em atividades militares, a já mencionada composição democrática de uma Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), entre outros. Assim, o Plano de Ação da Agenda 21 faz concessões a pressões da sociedade civil, mas majoritariamente congrega o apelo dos países do Sul pela valorização do desenvolvimento econômico que buscavam, e a tônica dos países do Norte em manterem seus estilos de vida e realizarem sugestões conservacionistas.

Comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, florestais, camponesas, emblemáticas da imbricação socioambiental, seriam quase invisíveis ao desenvolvimento sustentável em seus termos institucionais. Assim, o discurso híbrido que constitui a Agenda 21 e o Relatório

⁴⁵ ONU, Agenda 21, 1992.

Brundtland é diferente daquele discurso híbrido subalterno que se reinventa e se fortalece nas lutas da sociedade civil, e inclui alguns excertos desses documentos. Nos termos trazidos no segundo capítulo, chamamos por modo de *hibridação subalterna* o discurso híbrido que insurge nas margens, nas fronteiras, com a apropriação da narrativa do sistema vigente do centro para atribuição de outros signos, mirando oportunizar objetivos políticos que confrontam o paradigma dominante. Nas palavras de Grosfoguel (2008), em vez de rejeitarem a modernidade, “as epistemologias de fronteira subsumem, redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno”. Nesses discursos híbridos, a melhor tradução para desenvolvimento sustentável seria socioambientalismo.

Por sua vez, a o modo do *discurso formal* também se respaldou numa composição discursiva de várias vozes. Em geral, os partícipes desse modo de atribuição de sentido congregavam um sentido de construção de uma outra civilização possível, e o resultado de seus esforços subsidiou iniciativas subalternas e de transformação. Sua distinção em relação ao modo anteriormente mencionado é que os participantes ficaram satisfeitos com os consensos internacionais, forjados em um campo de forças sociais no qual o “sistema mundo europeu/euro-norte-americano/moderno/capitalista/colonial/patriarcal”, de Grosfoguel, era dominante e definidor do possível e do impossível.

Resistência e “*terceiro setor*”, os dois outros modos delineados, são antagônicos. O modo de resistência ao aprofundamento do sistema vigente, nega a capacidade emancipatória de uma noção pautada pelo paradigma dominante, e prefere o confronto à cooperação com as instituições. Em geral, estavam mais preocupados, assim como Escobar (1995), com as alternativas ao desenvolvimento do que com desenvolvimentos alternativos. Os grupos contestatários da ONU se organizariam enquanto entidades pequenas, sindicatos, movimentos sociais de base, mas também enquanto ONGs. Alguns dos sentidos orientadores desses grupos estavam mais próximos da diversalidade de Mignolo (1993), sendo assim projetos de insurgência de outras hegemonias, no plural, quando organizados em torno de questões identitárias; ou no caso das ações coletivas de cunho marxista, eram orientados pelo projeto político de construção de uma outra hegemonia no singular, em termos gramscianos.

Por sua vez, os modos de atribuição de sentido de “*terceiro setor*” ao desenvolvimento sustentável foram apontados nas entrevistas apenas em algumas pistas:

foi incrível, porque inclusive o governo brasileiro (refere-se à possibilidade de realizar o evento no Autódromo) tinha conseguido o apoio de uma ONG que estava interessada, no fundo, em vender um projeto arquitetônico para o Fórum Global, uma das coisas que acontecem, né... (CAPOBIANCO, entrevista, 2011).

Ao explicar sobre o FBOMS, Herculano (2011) se refere aos discursos que insurgiam em momentos de disputa, que mencionavam *“interesses escusos”* e a *“suspeita de que alguns estariam ali fazendo todos aqueles esforços para ter alguma visibilidade, para conseguir cargos na ONU”*. E sobre alguns resultados sociais da Conferência, Rocco afirma que

o espaço da militância é descomprometido com formação profissional, com conhecimento técnico, isso meio que desapareceu, foi perdendo espaço, e então os ambientalistas tiveram que, de alguma forma, se preparar para um outro momento, que é um momento em que, pela incorporação da agenda ambiental por governos e por empresas, os mais bem qualificados desses processos da sociedade civil começaram a ser levados para governos e alguns para empresas, ou para consultorias, para formação de empresas de consultoria... O movimento foi tendo esvaziamento. Não houve uma renovação muito grande dos movimentos de militância justamente porque a nova geração que começava a se interessar pela questão ambiental já nascia sob a égide de um novo pensamento, um novo momento, que era exatamente um de uma visão profissional da pessoa ela vai atuar com a questão ambiental, ela vai porque ela vai se formar na área, ela vai se habilitar profissionalmente, ela quer ganhar dinheiro. (ROCCO, entrevista, 2011).

Assim como desenvolvimento sustentável, “terceiro setor”⁴⁶

⁴⁶ Inclusive, a discussão sobre terceiro setor na América Latina é apresentada pela literatura consolidada enquanto insurgente na metade da

também possui muitos significantes. Longe de definir o campo das ONGs, a noção trazida aqui é a trabalhada no primeiro capítulo, de “terceiro setor” enquanto um espaço de vazio ideológico, colonizado pelo sistema e sem compartilhar de um sentido democratizante das relações sociais. Na Rio-92, não havia como impedir a presença daqueles com motivações individuais mais do âmbito do lucro ou do status. O envolvimento pretendia, antes de definir ou criticar o desenvolvimento sustentável, se qualificar para prestar serviços, se credenciar para gerir os fundos internacionais que seriam direcionados a partir dos eventos. E por isso, o projeto político que esse modo reforça é aquele de colaboração com o sistema dominante.

Cabe acrescentar que as atribuições de sentido apresentadas podem ter sido mais ou menos difusas, não cabendo em apenas um modo. Alguns grupos podem ter, simultaneamente, construído discursos híbridos subalternos e também ter compartilhado de sentidos mais formais, mais próximos das Nações Unidas; ou ter estado alertas à discussão sobre desenvolvimento sustentável e contribuído para sua ressignificação, ainda que apresentassem estratégias de resistência; e até mesmo alguns podem ter conseguido participar de negociações institucionais e contribuído para o discurso formal, mesmo com objetivos mais personalistas ou utilitaristas. Esse sentido difuso, que por um lado pode dificultar uma categorização, por outro permite apreender a complexidade das motivações e formas de ação dos eventos paralelos à Rio-92. Os projetos políticos sobre os quais os grupos de diferentes modos de atribuição de sentido se embasaram, entretanto, eram mutuamente excludentes, e podem ser reconhecidos meramente por seu grau de aproximação conforme foi apresentado na Figura 1. Assim, os distintos modos de atribuição de sentido levaram os grupos a ficarem mais próximos ou mais distantes de seus objetivos políticos.

década de 1990, e por vezes é percebida enquanto discurso importado especialmente dos Estados Unidos, e também de países europeus (vide LANDIM, 2008; SANTOS, 2008). Desconfiamos que tais desdobramentos no subcontinente podem se relacionar com os encontros transnacionais realizados no Rio de Janeiro em 1992, e com os propósitos recíprocos de aproximação entre as Nações Unidas e ONGs presentes na ocasião.

4 CONCLUSÕES

A partir da experiência emblemática da Rio-92, percebeu-se a possibilidade frutífera de se usar várias lentes para a análise da influência da SCT. De fato, as diversas visões sobre o fenômeno transnacional da sociedade civil, suas redes, os confrontos, as oportunidades, os projetos, as lutas contra a hegemonia, e seus sentidos subalternos, antes que mutuamente excludentes, complementaram-se. A proposta foi demonstrar a influência da SCT num evento específico, e para tanto, foi necessário evidenciar também as formas de ação, fortalecimento e atribuição de significâncias, bem como os projetos políticos e discursos concomitantes do ator.

Apresentou-se o ator, sob vários prismas, e então o contexto de organização do sistema, através da crítica pós-colonial. A partir daí, procurou-se demonstrar como negociações e articulações transnacionais realizadas por representantes, predominantemente, de ONGs se organizaram em torno de propósitos insurgentes de transformação da sociedade e de suas relações com a natureza. Nesses processos, couberam sentidos plurais, resultantes de fissuras no imaginário dominante.

Foi possível observar que, naquela ocasião, as ações coletivas do Norte global não foram responsáveis pela orientação das ações dos grupos do Sul. Especialmente no caso da Rio-92, houve protagonismo de estratégias e razões oriundas do Sul do globo. De toda forma, agentes das mais diversas origens contribuíram para a construção de discursos híbridos: fossem nas arenas formais que começaram aos poucos a ouvir a SCT devido à pressão social e aos seus fortes aliados políticos, fossem nos espaços paralelos forjados pela própria SCT.

Muito decorreu da Rio-92: fortalecimento das noções de desenvolvimento sustentável, forte demonstração do papel das ONGs na imprensa global, maior abertura para a sociedade civil nas Nações Unidas, novas relações entre ativistas, movimentos e ONGs provenientes de inúmeras partes do globo, aproximação de lutas que até então eram intraduzíveis ou antagonistas.

Nessa direção, a influência da sociedade civil transnacional no Rio de Janeiro em 1992 esteve em fazer da ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o que de fato se tornou: um todo maior que a soma das partes. Para além da Conferência e de

seus objetivos formais, a influência da SCT voltava-se também a criar uma ocasião para demonstrar e fortalecer a si mesma como ator no cenário internacional. A Rio-92 foi mais que a CNUMAD, mais que o fórum paralelo, o fórum oficial, as incontáveis atividades simultâneas, o sem número de novos laços relacionais que foram construídos, as fronteiras de identidade, gênero, etnia, projetos e nações que foram transgredidas e aproximadas. Esse momento de culminância, de interação e de interculturalidade, representou a promessa de uma nova forma de organizar a sociedade civil: fortalecida, plural, transnacional, permeada de novos desafios. Tal ocasião repercutiu em novos significantes, como aquele do socioambientalismo.

E a intenção mais geral dos engajados em lutas sociais e ambientais no encontro era grandioso. Projetava-se participar da construção de uma globalização⁴⁷ contra-hegemônica, pautada por ideários subalternos, pela insurgência da diversidade epistemológica, com espaço para a intercomunicação, para o intercultural, para o múltiplo, com potencial de reintegrar ser humano e natureza.

Não faltaram eventos paralelos internacionais nos anos subsequentes à 1992. Discursivamente, houve eventos alternativos que estavam construídos “paripassu” às reivindicações mais contra-hegemônicas da sociedade civil. No campo ambiental, entretanto, houve ainda exigências que se tornaram cada vez mais especializadas, e com pouca capacidade de penetração dentro dos Estados nacionais. Dos vários setores e lutas, foi possível perceber uma baixa potência da sociedade civil (e também das OIGs com as quais muitas vezes se aliam), em fazer frente aos interesses do capital, que estão arraigados inclusive nos valores políticos e sociais de muitos governos nacionais e suas populações.

Das cúpulas paralelas da SCT às conferências internacionais, pude acompanhar a Cúpula dos Povos na Rio +20, em junho de 2012. Anos após outros eventos subsequentes à Rio-92, como a Rio +5, em Nova York, e a Rio +10, em Johannesburgo, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) se fez no Brasil, e

⁴⁷ A disposição de participar de um encontro transnacional me deu licença para usar, ainda que como metáfora, a noção de globalização contra-hegemônica de Santos (2008).

contou com eventos preparatórios e paralelos da sociedade civil transnacional. Assim como a Cúpula, foi possível observar de perto também um de seus eventos preparatórios, o Fórum Social Temático, em Porto Alegre, em janeiro do mesmo ano. Desde o Fórum, já se avisava qual seria o tom dos discursos da SCT: “a economia verde é o verde do dólar” ou “não podemos deixar que o capitalismo se maquie de verde”, eram motes de vários grupos, demonstrando clara oposição às posturas da Conferência formal.

Havia, nesses eventos, uma pluralidade de identidades, projetos e repertórios de ação, mas que, diferentemente de 1992, tinha justamente no antagonismo ao evento formal um senso de convergência. O próprio encontro paralelo, a Cúpula dos Povos, se pretendia “Por Justiça Social e Ambiental” enquanto a conferência formal se voltava ao tal “desenvolvimento sustentável”, em seu sentido mais próximo ao reconhecimento do papel preponderante do mercado em relação às demais esferas sociais, e considerando inclusive as grandes corporações como membros da sociedade civil. Os avanços formais no acesso de ONGs às discussões e espaços decisórios das Nações Unidas, tão defendidos durante os processos da Rio-92, em pouco serviram para refletir as intenções mais gerais da SCT na Rio + 20 e em suas duas antecessoras (+5 e +10).

Nesse contexto, se vários entrevistados responderam que a influência da sociedade civil transnacional sobre a Conferência do Rio em 1992 foi muito significativa, em muito eles estavam pautados pelo contraste iminente com a Rio +20, norteada pela noção reducionista de economia verde, muito distante das intenções da SCT, sem quaisquer discursos híbridos subalternos conseguindo incidir.

Estamos falando de um evento que ocorreu há vinte anos. Sabemos que o projeto antagonista foi maior. E aquele, que foi um planejado, suado e envolvente momento de transição societária, foi obstaculizado. Foram vários os muros para a transformação: eles foram construídos por quem compartilhava dos projetos de colaboração com o sistema dominante e estava nas corporações, nos governos, nas Nações Unidas e na própria sociedade civil.

E como não seria possível aqui demonstrar quanta esperança esvaeceu, prefere-se, neste espaço, atarmo-nos a considerar que a capacidade do projeto mais difundido da sociedade civil transnacional, a construção das globalizações contra-hegemônicas, não foi suficientemente forte para superar o paradigma posto. É interessante como muitos dos entrevistados responderam à pergunta sobre a

influência da SCT sobre a Rio-92 com “não sei”. Após ouvir outras respostas, pareceu que todos eles sabiam: a sociedade civil transnacional possibilitou que a Rio-92 tivesse a magnitude que apresentou, mas até agora a mesma SCT não teve capacidade de confrontar o projeto antagonista a ponto de estabelecer, para além do Aterro do Flamengo e das concessões nos documentos oficiais, os seus projetos de transformação.

Por outro lado, as expectativas de construção de globalizações contra-hegemônicas não se encerraram nos eventos do Rio de Janeiro. As lutas se mantiveram, assim como seus processos de aproximação, suas superposições e dissensos. As ocasiões políticas internacionais foram objetivadas em outros eventos alternativos, com protestos e repertórios novos, mais recentemente contando com a maior velocidade da troca de informações proporcionada especialmente pela internet.

O aprofundamento da democracia no seu sentido mais amplo, a proposta emancipatória da sociedade, mantém-se perseguida por agentes preocupados em promover vínculos, discursos, projetos e práticas locais e transnacionais. Remarca-se ainda que todos os ativistas que foram entrevistados permaneciam engajados depois de tantos anos e, dentre eles, muitos retornaram ao Aterro do Flamengo. E suas percepções foram críticas, lúcidas, mas não céticas. Há faíscas no escuro que a Rio-92 ajudou a acender, e elas ainda cintilam.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias de movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Revista Lua nova**, nº 76. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> Acesso em 10 de abril de 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda, GEWANDSZNADJER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais. Pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo, Pioneira, 2001.

AMOORE, Louise; LANGLEY, Paul. Ambiguities of global civil society. **Review of International Studies**, Londres: Copyright British International Studies Association. pp.89–110. 2004.

ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. **Meio Ambiente e Imprensa: Estudo de caso sobre a Eco 92 e o Fórum Global**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado/Mercado. Habermas, Cohen e Arato. **Revista Novos Estudos CEBRAP** nº 36, pp.213 – 222, 1993.

BALLESTRIN, Luciana. Associativismo transnacional: uma proposta analítico conceitual. **Revista de sociologia e política**, volume 18 no. 35, pp. 41-54. Fevereiro de 2010.

BARROS, Flavia Lessa; MARTINS, Paulo Henrique. A Sociologia latino-americana entre os desafios da descolonização planetária e a reconstrução da utopia democrática - Uma reflexão a partir da ALAS. Entrevista com Paulo Henrique Martins. In: **Série CEPPAC**, n.34, Brasília: CEPPAC/UnB, 2011.

BATISTOSO, Atilio, PANINI, Carmela, BELLÍ, Eunice. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 18/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

BEAU-DOUÉZY, Jean Philippe. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 18/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp.45-68; 326-352, 1998.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**. vol.27, n.2. pp. 263-288, 2012.

BORN, Rubens Harry. **Os regimes internacionais da Rio-92** (Agenda 21 e Convenções de Clima e de Biodiversidade): a participação de atores não governamentais, novos valores e instrumentos para a gestão do desenvolvimento humano. Tese. Universidade de São Paulo, 1998.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echarte. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos** n.46(1):28-36, janeiro/abril de 2010.

CAMARGO, A., 1978. O ator, o pesquisador e a História, impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: **A Aventura Sociológica** - Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social (E. O. Nunes, org.), Rio de Janeiro: Zahar, pp. 276-304, 1978.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2ª ed. São Paulo:Ed.USP, 1998.

CAPOBIANCO, João Paulo. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 24/11/2011 através do software Skype, 2011.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. vol.7 no.15 Porto Alegre Julho, 2001.

COHEN, Jean. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. Tradução de Vera Pereira. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Vol. 46, nº 3 pp.419 - 459. , 2003.

COHEN, Jean.; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoria política**. Fondo de cultura economica: Mexico, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

COSTA, José Pedro de Oliveira. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 06/09/2011, na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 153-166. 2002.

COSTA, Sergio. Categoria analítica ou passe-partout político normativo: Notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 8. 1997.

COSTA, Sergio. Democracia cosmopolita: déficits políticos e teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.53, São Paulo:2003.

COSTA, Sergio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. No. 60 vol. 21. Fevereiro de 2006a.

COSTA, Sergio. **Dois atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

COX, Robert. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: Um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org) **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.

CUNNINGHAM, Sue. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 19/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J. ; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. SP:Paz e Terra;

Campinas:Unicamp, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In MATO, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DIJK, Teun A. van. **El discurso como interaccion social**. Barcelona, Gedisa Ed, pp.19-66, 2005.

DRYZEK, John S., NIEMEYER, Simon. Discursive Representation. **American Political Science Review**, 102, pp. 481-493, 2008.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina, pp.55-70. Setembro de 2005.

ELLIOT, Lorraine. **The global politics of the environment**. Londres, Macmillan Press LTD, 1998.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del tercer mundo**. Globalizacion y diferencia. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, Colômbia, 2005

FELDMANN, Fabio. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em.01/09/2011, FF Consultoria, São Paulo, SP, 2011.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e Nova Ordem Mundial. In: COUTINHO, Carlos; TEIXEIRA, A. P, org. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 112–125, 2001.

FREITAG, Bárbara. Dialogando com Jürgen Habermas. Revista **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, RJ, p.161-188. 2005.

FUNG, A. Associations and democracy: Between theories, hopes, and

realities. In: **Annu. Rev. Sociol.** pp. 515–539. 2003.

FUNG, A.; COHEN, Joshua. Democracia radical. **Política & Sociedade**, n. 11, Florianópolis, ago. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1293/1210>

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER e GASKELL, **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Editora Vozes. Petrópolis, pp. 244-270, 2004.

GILL, Stephen et al. **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro, UFRJ, pp. 27-31; 157-197, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo, 4ª Ed., pp. 121-131; 257-271; 338-345. 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 80, pp. 115-147, Mar. 2008. Disponível em: http://www.eurozine.com/articles/article_2008-07-04-grosfoguel-pt.html

GROSS, Anthony. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 26/07/2011, Instituto Socioambiental, Brasília, DF, 2011.

GURZA-LAVALLE, Adrian. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos Cebrap**, n. 66, jul 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la acción comunicativa, I**. Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S.A. 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa, II**. Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S.A. 1999b.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003.

HALPERN, Shanna. **United Nations Conference on Environment and Development**: Process and documentation. Providence, RI: Academic Council for the United Nations System (ACUNS). 1992. Disponível em: <http://www.ciesin.org/docs/008-585/unced-home.html> . Acesso em 04 de dezembro de 2010.

HERCULANO, Selene. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 29/08/2011, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

HERCULANO, Selene. Entre o Heroísmo e a Cidadania - O Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Sociedade Civil e o Estado: um estudo de caso sobre o exercício da cidadania pelos segmentos intelectualizados das classes médias. Tese de doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

HOUTART, François, **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 18/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

KATZ, Hagai. Gramsci, hegemonia e as redes da sociedade civil global. In: **REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales**. Volume 12, junho de 2007. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>

KAIAPO, Puiú. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 19/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Cornell University, Nova York, 1998.

KRASNER, Stephen. **International Regimes**. New York: Cornell University Press. pp.01-22. 1983.

LAISNER, Regina et al. “Sociedade Civil e Democracia: Reflexões sobre a realidade brasileira”. Dossiê Movimentos Sociais. **Revista Idéias**. IFCH/ UNICAMP, Ano 5 (2)/6(1) 1998/1999

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs** - do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Volume I. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993.

LANDIM, Leilah. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em.29/08/2011, residência da entrevistada, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

LANDIM, Leilah. Thirty years and recent dilemmas:NGOs and Third Sector in Brazil (and Latin America) . Paper presented to the 8th International Conference of the International Society for Third Sector Research (ISTR), 2008. Disponível em: http://www.istr.org/resource/resmgr/working_papers_barcelona/xlandim.pdf . Acesso em 12/01/2013.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Vozes, UFSC: 1999.

LEROY, Jean Pierre. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em.17/06/2012, no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; BORBA, Julian. Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir de institucionalidades emergentes. In: **XXXI Encontro Anual da ANPOCS**. ST. Estrutura Social, ação coletiva e poder político. 2007. Disponível em http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/15_10_2007_11_54_29.pdf

LUCHMANN, Ligia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, 70: 139-170, 2007.

LUCHMANN, Ligia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, São Paulo, 84: 141-

174, 2011.

MARIN, Gustavo. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista em espanhol realizada em 21/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

MARTÍNEZ, Juan M. Alier. El ecologismo de los pobres. In: **Revista Envío**. Universidade Centro Americana. n° 125. Abril de 1992. Disponível em: <http://www.envio.org.ni/articulo/718> Acesso em 13 de maio de 2010.

MARTÍNEZ, Juan M. Alier. El ecologismo popular. In: **Revista Ecosistemas**. v. 16 (3) 148-151. Asociación Española de Ecología Terrestre. Setembro de 2007. Disponível em: <http://revistaecosistemas.net/pdfs/498.pdf> Acesso em 13 de maio de 2010

McADAM, Doug; TARROW, Sidney ; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, n.76, São Paulo, 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf.

MELLO, Alex Fiuza de. **Mundialização e política em Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1996

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge University Press, Cambridge: 1996

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In: **Lua nova: Revista de Cultura e política**, no 17, São Paulo 1989.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales. In: **Revista Chilena de Literatura**. No. 47, Santiago, pp. 91-114, Novembro, 1995.

MUTZ, D. C. **Hearing the other side**. Deliberative versus participatory democracy. NY: Cambridge University Press, 2006.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil: entre o político estatal e o universo gerencial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** vol.18 no.52 São Paulo, Junho de 2003.

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence**. 3rd. Ed. New York: Longman. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Documentos oficiais da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponíveis em: <http://www.un.org/en/documents/>

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. As formas do discurso. Editora Brasiliense. 1983

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: **Em aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817>. Acesso em 22 de janeiro de 2012.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo**. São Paulo, Ed.Cortez, 1989.

PIANTA, Mario. Parallel summits of global civil society. In: ANHEIER, HELMUT, GLASIUS, KALDOR, **Global Civil Society Yearbook 2001**, Oxford University Press, 2001.

PIANTA, Mario. UN World Summits and civil society. The state of art. In: **Civil Society and Social Movements Programme Paper**, Number 18, United Nations Research Institute for Social Development, Agosto de 2005.

PRESTRE, Philipe Le. **Ecopolítica Internacional**. Trad. Jacob Gorenader. São Paulo: Ed. Senac. 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**.

Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, pp.227-278. Buenos Aires:2005.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: ARAUJO, Cicero; AMADEO, Javier. **Teoria Política Latino Americana**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, pp. 21-44. 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política Ciber cultural: Ativismo político a distância na comunidade transnacional imaginada virtual. In: ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino americanos – novas leituras**, Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000.

RIBOT, Jesse. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 19/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

ROCCO, Rogério. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 25/08/11, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Rio de Janeiro, RJ, 2011.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro, Editora Garamond: 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Volume 1.. São Paulo, Ed. Cortez: 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo, Cortez:2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (org).

Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis, Ed. UFSC, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. Hucitec, Rio de Janeiro, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Revista Sociedade e Estado**, UNB, V. 21, n. 1, pp. 109-130, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH** [online] vol.21, n.54, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo:Ed. Loiola, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias:** nas lutas contra a exclusão e direitos humanos. Curitiba: Ed. Appris, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse.. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. Palestra na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade”, **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em: <http://www.npms.ufsc.br/programas.php>

SELL, Carlos Eduardo. Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária? **Revista de sociologia e política**, Curitiba, 2010.

SHIVA, Vandana. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz.** Entrevista em ingles realizada em. 19/06/2012, no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

SILVA, Ana C.A.B. **Meio ambiente e movimentos sociais:** um olhar sobre as conferências das Nações Unidas da década de 90. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas, 2005.

SILVA, Marcelo. K. Sociedade civil e construção democrática: do

maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Revista Sociologias**, vol. 8, p. 156-179, 2006.

SMERALDI, Roberto. **Entrevista concedida a Fernanda Bravo Cruz**. Entrevista realizada em 20/09/2011 através do software Skype, 2011.

SOETENDORP, Awrahaw. **Entrevista concedida a Fernanda Bravo Cruz**. Entrevista em inglês realizada em 18/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ 2012.

STRANGE, Susan. **The retreat of the State**. The diffusion of power in the World Economy. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

TARROW, Sidney. **The New Transnational Activism**. New York: Cambridge University Press, 2007.

TARROW, Sidney. Transnational politics: contentious and institutions in international politics. **Annual Review of Political Science**. Vol 4, pp. 1-20. 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez. 2001.

TOSTES, Ana Paula. Um casamento feliz: direito internacional e sociedade civil global na formação dos regimes internacionais. **Revista de Sociologia e Política**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/06.pdf>

TSUGUMI, Kenichi. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista em inglês realizada em 20/06/2011, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

TURNER, Scott. **Global Civil Society, Anarchy and Governance: Assessing an Emerging Paradigm**. Journal of Peace Research, Vol.35, No.1 .pp.25 – 42. 1998.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION. **Non-governmental organizations**. Disponível em <http://www.un.org/dpi/ngosection/criteria.asp>

VIEIRA, Liszt. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo**

Cruz. Entrevista realizada em 26/08/2011, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania**, Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.

VILLA, Rafael Duarte. Uma crítica às teorias celebratórias da sociedade civil internacional. In: ARAUJO, Cicero; AMADEO, Javier. **Teoria Política Latino Americana**. São Paulo:Hucitec: Fapesp, pp. 205-214. 2009.

VILLAREAL, Alberto. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista em espanhol realizada em 18/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

WARREN, Mark. **Democracy and Association**. Princeton : Princeton University. 2001.

WARREN, Mark. Democracy and the State. In: DRYZEK, J; HONIG, B.; PHILLIPS, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Political Theory**. Oxford University Press, 2006.

WILLETS, Peter. From Stockholm to Rio and Beyond. The impact of the environmental movement on the United Nations consultative arrangements for NGOs. **Review of international studies**. 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/20097431>>. Acesso em 01 de agosto de 2009.

YIN, Robert. **Estudo de caso: Planejamento e método**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2003.

YOUNG, I. M. Communication and the other: beyond deliberative democracy. In: BENHABIB, S. **Democracy and difference**. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

YPERSELE, Jean Pascal Von. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz**. Entrevista em inglês realizada em 18/06/2012, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

ZOYZA, Uchita de. **Entrevista concedida a Fernanda Natasha Bravo Cruz.** Entrevista em ingles realizada em.21/06/2012, Arena da Barra, Rio de Janeiro, 2012.

ANEXO

Roteiro flexível para entrevistas semiestruturadas

- Por que você participou da Eco 92? Qual a sua trajetória anterior (militante, profissional, em linhas gerais)?
- Como foi a sua atuação no Fórum (mesmo no momento preparatório, pré Eco 92)?
- O que significou para você ter participado desse processo (em termos de visões de mundo, e de engajamento militante posterior)?
- Como você enxerga o papel dos Fórum Global paralelo da sociedade civil?
- Como você enxerga o papel da Conferência institucional, das Nações Unidas?
- Quais eram os grupos ou os indivíduos chave no trânsito entre a Conferência da ONU e o Fórum da sociedade civil?
- Qual era o papel desses que realizavam o fluxo entre os dois fóruns?
- Como você entende que foi o diálogo entre a preparação do Fórum da Sociedade Civil e as *Prep Coms* (preparação da conferência formal)?
- Você entende que o diálogo entre os movimentos que não tinham acesso às formalidades da conferência se dava somente com as ONGIs presentes, ou que aquelas vozes também eram ouvidas por Estados e pela própria ONU?
- Como você observa que se deu a interação que houve entre os movimentos presentes no fórum e as ONGs que tinham acesso à Conferência formal?
- Para você, quais eram as estratégias de impacto mais marcantes da sociedade civil durante a conferência?

Quais ações foram as mais marcantes tomadas pelos movimentos durante as duas semanas de conferência?

- Como era tratado pelos fóruns (institucional e paralelo) o tema do desenvolvimento sustentável?
- Você entende que a influência da sociedade civil sobre a conferência foi significativa? Por quê?
- Você poderia sugerir alguém para uma entrevista como esta nossa?
- Você tem algum material (jornal, revista, fotografia) relacionado à conferência que você possa compartilhar com este trabalho em andamento?